001)

**Determinantes da capacidade funcional de idosos da zona leste da cidade de São Paulo, segundo os critérios de raça/cor da pele - Ms. Alexandre da Silva**

**Introdução**

Até o ano de 2025 espera-se que a população idosa mundial alcance 694 milhões de pessoas. Em 2050, a maior parte destes estarão em países em desenvolvimento. Os contextos atual e futuro apontam para a redução da fertilidade e, consequentemente, maior participação do idoso na sustentação econômica de um país.1.

Em 2007, o Brasil tinha uma população de 20 milhões de idosos, que correspondia a 10,5% da população, com predominância brancos (8,8 milhões), seguidos por 4,4 milhões de pardos e 1 milhão de negros. De acordo com esse censo, a população de mulheres idosas com mais de 60 anos apresentou maior expressividade e longevidade em relação aos homens, ainda que passando por um período maior de debilidade física antes da morte.2

A alta miscigenação de raças e culturas no Brasil torna particular o processo de envelhecimento. A relação raça/cor e envelhecimento ainda é pouco estudada no Brasil, além de ser difícil separar a influência que a condição raça/cor da pele exerce sobre a etnia e vice-versa. O termo “raça” é definido como o conjunto de indivíduos com determinada combinação de características físicas geneticamente condicionadas, como a “cor da pele”, e transmitidas de geração a geração. Características relacionadas à inteligência e temperamento ainda não foram cientificamente relacionadas à raça.3 Já o termo “etnia” diz respeito aos fatores culturais de um grupo, como afiliação tribal, religião, língua, nacionalidade, valores e tradições e que são transmitidos por meio da linguagem e do pensamento.3

Venturi e Bokany reforçaram a importância de se investigar os motivos das desigualdades sociais no Brasil para entender os graves problemas vividos por segmentos específicos, como as idosas e idosos negros.4 Outro estudo destacou que as condições socioeconômicas são também elementos determinantes de mortalidade, morbidade e incapacidades funcionais.5 Não possuir bens, pouca ou nenhuma poupança, pensão ou pagamento de seguro social tornam homens e mulheres mais vulneráveis no meio social.1

Capacidade Funcional é a condição necessária para realizar todas as atividades cotidianas e que passou a ser um importante indicador da condição de saúde do idoso.6–9 Essas atividades englobam desde o simples autocuidado até atividades mais complexas, como sair de casa para fazer compras, praticar atividade física e planejar a realização de um curso no exterior. Para cada atividade cotidiana exige-se uma determinada capacidade funcional: é mais fácil pentear o cabelo e andar dentro de casa do que sair de casa para pagar contas ou viajar. As capacidades físicas (como força, equilíbrio, controle da dor e coordenação) e cognitivas (como memória, capacidade de resolução de problemas e de aprendizagem), assim como o ambiente que o idoso convive são os aspectos que permitem diagnosticar a real capacidade funcional que ele possui para realizar as atividades cotidianas – que também são chamadas de atividades de vida diária (AVD). (Blay et al., 1988; Maria & Lebrão, 2003; Rosado, Franceschini, Ribeiro, & Pereira, 2010)

Pouco se tem estudado sobre as políticas públicas de saúde voltadas para os idosos negros. Na revisão sistemática publicada em 2010, não houve qualquer referência selecionada que discutisse, como temática central, a questão raça/cor da pele, envelhecimento e fatores associados.11

Acredita-se que idosos negros e idosas negras tenham maior acometimento clínicos e funcionais justificados pelos fatores socioeconômicos, como também pela múltipla exclusão que sofreram ao longo de séculos de vida por serem pobres, negros, com baixa escolaridades e agora velhos,3 cuja história mistura, na maioria das vezes, situações de sobrevivência, humilhações e discriminações. Desta forma, espera-se que sua autoestima, qualidade de vida e condição de saúde não sejam semelhantes a de outros idosos não-negros. O objetivo deste estudo foi de verificar a condição da capacidade funcional de idosos segundo o critério de raça/cor da pele e identificar fatores socioeconômicos, sociodemográficos ou clínico-funcionais que possam estar associados.

**Método**

Tratou-se de estudo transversal analítico com amostra de 196 idosos, cujos critérios de inclusão foram: idade igual ou superior a 60 anos, não possuir déficit cognitivo que o impossibilitasse de responder às questões da pesquisa e de realizar os testes, ser capaz de deambular, ainda que com o uso de algum dispositivo de auxílio à marcha, enquanto que os critérios de exclusão foram: possuir doenças psiquiátricas graves e ser exclusivamente cadeirantes ou acamados. O tipo de amostragem foi por conveniência em grupos de idosos frequentadores de centros comunitários gratuitos voltados à terceira idade dos bairros Vila Ema, Vila Matilde e São Miguel Paulista, da zona leste do município de São Paulo.

Como parte da preparação técnica dos avaliadores, houve a realização do teste piloto e discussão sobre a melhor forma de abordagem dos idosos para identificar sua raça/cor da pele. Somente após o treinamento para o uso dos questionários e testes, além de esclarecimentos sobre os mesmos foi que a pesquisa com os sujeitos da amostra final iniciou. Para início da aplicação de questionários e realização de testes de desempenho, foi lido e explicado a cada idoso participante a proposta e os objetivos da pesquisa e, caso aceitasse participar, fornecia-se Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Coletaram-se dados referentes às condições socioeconômicas e sociodemográficas (raça/ cor da pele autodeclarada, sexo, idade, vida conjugal, ocupação profissional, arranjo familiar, moradia, idade, escolaridade e renda familiar por habitante) e clínico-funcionais (capacidade funcional- uso da parte referente a esse aspecto do instrumento *Olders American Resources Service* (OARS)9, uso de medicamentos, percepção subjetiva de visão e de saúde, ocorrência de quedas e quase quedas- ocorrência e quantidade de eventos-, cognição12- uso do instrumento *Mini Exame do Estado Mental* -, doenças associadas, mobilidade – uso de teste “*Timed up and Go Test*13, no qual se maior o tempo, em segundos, pior a condição do idoso-, medo de queda e percepção de auto-eficácia em relação às quedas.14.

Este trabalho faz parte da linha de pesquisa cadastrada no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulada “*Estudo da influência da etnia/raça/cor e gênero nas condições relacionadas ao envelhecimento*”, certificada pela Universidade Cruzeiro do Sul. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética desta mesma instituição.

Quanto à análise descritiva, foram calculadas as frequências absoluta e relativa para as variáveis qualitativas e medidas de tendência central e de dispersão para as variáveis quantitativas. Em relação à variável dependente “capacidade funcional”, esta foi tratada preliminiarmente de forma quantitativa e, a seguir, houve a sua dicotomização em: independência funcional (Independ.) e dependência funcional (Depend.). Para esta última situação, foram utilizados os testes de Fisher e qui-quadrado e, quando analisados os subgrupos de acordo com a raça/ cor da pele foram utilizados o teste qui-quadrado e os testes Anova fator único ou dois fatores, seguidos de comparações múltiplas no modelo de Bonferroni e Tukey, além do teste de Levene para se estudar as duas variáveis de acordo com as outras variáveis quantitativas. Além desses dois testes, verificou-se também o possível efeito de interação entre as variáveis capacidade funcional e raça/cor da pele. Assumiu-se o nível de 5% de significância para todas as analises inferenciais e o uso do pacote estatístico PASW Statistics 18 for Windows.

**RESULTADOS**

Em relação ao total da amostra, participaram deste estudo 196 idosos, sendo 139 (70,9%) mulheres, sem vida conjugal (55,6%), mas que não viviam sozinhos (68,4%), que usufruíam de pensão ou aposentadoria (79,1%), com residência própria (84,2%) e que não moravam na região central paulistana (93,9%).

Quanto à distribuição por raça/cor da pele autodeclarada, quase a metade 48,5% eram brancos, e uma distribuição bem próxima entre negros e pardos (23,5% e 28,1%, respectivamente).

Tabela 1: Dados socioeconômicos, demográficos e clinico-funcionais de idosos da cidade de São Paulo (zona leste) distribuídos de acordo com a raça/cor da pele autodeclarada.

Variáveis Total Negro Branco Pardo valor p

(n=46) (n=95) (n=55)

n (%) n (%) n (%) n (%)

Raça/ Cor da pele (autodeclarada)

Negro 46(23,5)

Branco 95(48,5)

Pardo 55(28,1)

Capacidade funcional (grau de incapacidade funcional)

Nenhuma (incapacidade) 35(76,1) 67(70,5) 36(65,5)

Leve 7(15,2) 23(24,2) 16(29,1)

Moderada/grave 4(8,7) 5(5,3) 3(5,5) 0,53

Sexo (gênero)

Feminino 139(70,9) 25(54,3) 75(78,9) 39(70,9)

Masculino 57(29,1) 21(45,7) 20(21,1) 16(29,1) 0,01

Vida Conjugal

Sim 87(44,4) 24(52,2) 40(42,1) 23(41,8)

Não 109(55,6) 22(47,8) 55(57,9) 32(58,2) 0,48

Ocupação Profissional

Pensionista /

Aposentado 155(79,1) 39(84,8) 79(83,2) 37(67,3)

Assalariado e

Aposentado 15(7,7) 1(2,2) 6(6,3) 8(14,5)

Outros 26(13,3) 6(13,0) 10(10,5) 10(18,2) 0,08

Morar sozinho

Não 134(68,4) 31(67,4) 62(65,3) 41(74,5)

Sim 62(31,6) 15(32,6) 33(34,7) 14(25,5) 0,49

Situação de Moradia Própria

Sim 165(84,2) 39(84,8) 81(85,3) 45(81,8)

Não 31(15,8) 7(15,2) 14(14,7) 10(18,2) 0,85

Uso regular de medicamentos

Não 55(28,1) 8(17,4) 29(30,5) 18(32,7)

Sim 141(71,9) 38(82,6) 66(69,5) 37(67,3) 0,18

Percepção subjetiva de visão

Excelente/Boa 56(28,6) 10(21,7) 30(31,6) 16(29,1)

Regular 95(48,5) 29(63,0) 40(42,1) 26(47,3) 0,23

Ruim/péssima 23(23,0)

continua....

...continuação

Variáveis Total Negro Branco Pardo valor p

(n=46) (n=95) (n=55)

n (%) n (%) n (%) n (%)

Percepção subjetiva de saúde

Excelente/Boa 71(36,2) 10(21,7) 41(43,2) 20(36,4)

Regular 106(90,3) 31(67,4) 45(47,4) 30(54,5)

Ruim/péssima 19(9,7) 5(10,9) 9(9,5) 5(9,1) 0,18

Ocorrência de quedas nos últimos 12 meses

Não 98(50) 14(30,4) 56(58,9) 28(50,9)

Sim 98(50) 32(69,6) 39(41,1) 17(49,1) 0,006

Medo de cair

Não 41(20,9) 3(6,5) 24(25,3) 14(25,5)

Sim 155(79,1) 43(93,5) 71(74,7) 41(74,5) 0,023

Ocorrência de quase-quedas

Não 67(34,18) 5(10,9) 43(45,3) 19(34,5)

Sim 129(65,82) 41(89,1) 52(54,7) 36(65,5) <0,001

**Media(DP) Media(DP) Media(DP)**

Idade(anos) 70,54(6,76) 70,46(7,01) 68,49(4,05) 0,19

Escolaridade (anos) 3,87(1,88) 4,75(2,96) 4,11(2,77) 0,14

Renda familiar(R$) 913,85 1405,00 1255,91 0,03

(423,12) (1068,80)**$** (1256,80)

Doenças(total) 2,00(1,19) 1,47(1,20) **$** 1,56(1,29) 0,05

Quedas 2,3(3,26) 1,03(2,08) **$** 1,53(3,1) 0,03

Quase quedas 3,61(3,42) 2,85(4,44) 4,25(7,8) 0,30

Cognição(pontos) 24,35(3,13) 24,48(4,48) 23,64(3,64) 0,44

Mobilidade(s) 13,07(3,60) 11,46(3,18) **$** 11,07(2,56) **$** 0,004

Medo de queda (FES-Brasil) 87,22(15,04) 90,59(16,71) 87,78(19,22) 0,45

Capacidade Funcional (AVD 4,48(3,30) 2,48(2,6) **$** 3,31(3,29) 0,001

(realizadas com pouca dificuldade)

$ diferença significante em relação os negros;

s:segundos ...finalização.

Tabela 2: Capacidade funcional de idosos da cidade de São Paulo (zona leste) distribuídos de acordo com a raça/cor da pele autodeclarada, de acordo com a raça/cor da pele.

Negro Branco Pardo valor de p

Variável

Capacidade funcional

Independente 35(25,4) 67(48,6) 36(26,1)

Dependente 11(19,0) 26(48,3) 19(32,8) 0,51

Tabela 3: Capacidade funcional de idosos da cidade de São Paulo (zona leste) distribuídos de acordo com com a raça/cor da pele e gênero

Gênero

Variável Feminino Masculino valor de p

Capacidade funcional Independente

Negro 19(54,3) 16(45,7)

Branco 51(76,1) 16(23,9)

Pardo 25(69,4) 11(30,6) 0,08

Dependente

Negro 6(54,5) 5(45,5)

Branco 24(85,7) 4(14,3)

Pardo 14(73,7) 5(26,3) 0,12

Tabela 4: Fatores relacionados à capacidade funcional de acordo com a raça/cor da pele de idosos residentes na cidade de São Paulo.

Negro Branco Pardo

Independ. Depend. Independ. Depend. Independ. Depend

Variáveis media(DP) media(DP) media(DP) media(DP) media(DP) media(DP) valor de p

Idade(anos) 71,17(6,34) 68,55(6,35) 70,13(6,68) 71,25(7,83) 69,78(6,72) 70,29(7,37) 0,54

Escolaridade (anos) 3,83(1,96) 4,0(1,67) 4,85(2,85) 4,5(3,2) 3,92(2,69) 4,47(2,95) 0,93

Renda familiar (R$) 870,2(1038,5) 1052,7(527,0) 1495,9(1134,2)**$**1187(872,92)**$** 1372,2(1427,2) 1035,53(836,5) 0,024

Doenças(total) 1,97(1,2) **#** 2,09(1,22) **#** 1,19(0,94) **$#** 2,14(1,48) **$#** 1,44(1,16) **#** 1,79(1,51) **#** **$**0,03/ **#**0,002

Quedas(total) 2,34(3,38) 2,18(2,96) 1,07(2,34) **$** 0,93(1,3) **$** 1,11(2,34) 2,32(4,15) 0,031

Quase-quedas(total) 3,29(3,03) 4,64(4,43) 2,79(4,37) 3,0(4,66) 3,11(6,06) 6,42(10,18) 0,10

Cognição(pontos) 24,37(3,07) 24,27(3,47) 24,91(4,2) 23,46(5,01) 23,42(3,62) 24,05(3,72) 0,40

Medo de cair (pontos) 88,46(14,73) **#** 83,27(16,07) **#** 91,46(15,95) **#** 88,50(18,5) **#** 91,28(13,72) **#** 81,16(25,93) **#** **#**0,036

Mobilidade(s) 12,74(3,34) 14,09(4,37) 11,10(3,99) **$#** 12,32(2,45) **$#** 10,64(2,19) **$#** 11,89(3,03) **$#** 0,002/**#**0,011

Capacidade funcional

(pouca dificuldade) 4,34(3,57) 4,90(2,34) 2,58(2,92) **$** 2,25(1,60) **$** 2,94(3,19) 4,0(3,46) 0,001

$ diferença significante em relação os negros; #diferença significante quanto à capacidade funcional; Independ.: independência funcional; Depend.: dependência funcional; s: segundos; DP: Desvio-padrão

Tabela 5: Fatores relacionados à capacidade funcional de acordo com a raça/cor da pele de idosos residentes na cidade de São Paulo.

Negro Branco Pardo

Independ. Depend. Independ. Depend. Independ. Depend

Variáveis n (%) n (%) n (%) n (%) n (%) n (%) valor de p

Sexo (gênero)Feminino 19(54,3) 6(54,5) 51(76,1) 24(85,7) 25(69,4) 14(73,7)

Masculino 16(45,7) 5(45,5) 16(23,9) 4(14,3) 11(30,6) 5(26,3) NS

Vida conjugal

Sim 20(57,1) 4(36,4) 28(41,8) 12(42,9) 16(44,4) 7(36,8)

Não 15(42,9) 7(63,6) 39(58,2) 16(57,1) 20(55,6) 12(63,2) NS

Morar sozinho

Não 24(68,6) 7(63,6) 45(67,2) 17(60,7) 25(69,4) 16(84,2)

Sim 11(31,4) 4(36,4) 22(32,8) 11(39,3) 11(30,6) 3(15,8) NS

Possuir casa própria

Não 4(11,4) 3(27,3) 12(17,9) 2(7,1) 3(8,3) &  7(36,8) &

Sim 31(88,6) 8(72,7) 55(82,1) 26(92,9) 33(91,7) & 12(63,2) & 0,014&

Percepção subjetiva de visão

Excelente/boa 7(20,0) 3(27,3) 24(35,8) # 6(21,4) #13(36,1) 3(15,8)

Regular 24(68,6) 5(45,5) 31(46,3) # 9(32,1) #16(44,4) 10(52,6)

Ruim/péssima 5(11,4) 3(27,3) 12(17,9) # 13(46,4) # 7(19,4) 3(31,6) 0,015#

Percepção subjetiva de saúde

Excelente/boa 6(17,1) 4(36,4) 34(50,7) # 7(25,0) # 12(33,3) 8(42,1)

Regular 24(68,6) 7(63,6) 29(43,3) # 16(57,1) # 21(58,3) 9(47,4) #0,034

Ruim/péssima 5(14,3) 0(0,0) 6(6,0) # 5(17,9) # 3(8,3) 2(10,5)

Uso de medicamentos

Não 6(17,1) 2(18,2) 24(35,8) 5(17,9) 12(33,3) 6(31,6)

Sim 29(82,9) 9(81,8) 43(64,2) 23(82,1) 24(66,7) 13(68,4) NS

Ocorrência de Quedas

Não 11(31,4) 3(27,3) 41(61,2) 15(53,6) 31(58,3) 7(36,8)

Sim 34(68,4) 8(72,7) 26(38,8) 13(46,4) 15(41,7) 12(63,2) NS

Medo de cair

Não 3(8,6) 0(0,0) 19(28,4) 5(17,9) 12(33,3) 2(10,5)

Sim 32(91,4) 11(100) 48(71,6) 23(82,1) 24(66,7) 17(89,5) NS

Ocorrência de quase quedas

Não 5(14,3) 0(0,0) 30(44,8) 13(46,4) 15(41,7) 4(21,1)

Sim 30(85,7) 11(100) 37(55,2) 15(53,6) 21(58,3) 15(78,9) NS

&: diferença significante entre os pardos; #: diferença significante entre os brancos; $ diferença significante em relação os negros; #diferença significante quanto à capacidade funcional; Independ.: independência funcional; Depend.: dependência funcional; s: segundos; DP: Desvio-padrão

**Discussão**

Na literatura internacional, os termos raça e etnia ainda se misturam e são tratados de forma muito semelhante, dificultando algumas comparações com os estudos brasileiros que preferem o termo raça/cor da pele, ainda que, conceitualmente a cor da pele seja um das características que se usa para classificar as raças.15 Atualmente boa parte das pesquisas sobre essas temáticas usam o critério “raça/cor da pele” para melhor definir o que os entrevistados autodeclaram16–18.

Segundo o Painel de Indicadores do Sistema Único de Saúde (SUS), são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população e, que não somente a exclusão social, mas o preconceito e a discriminação são fatores responsáveis pelas iniquidades em saúde.19 Quanto às características dos idosos de acordo com a raça/cor da pele, notou-se a maior prevalência de idosos brancos. Em pesquisa no território nacional, em 2003, percebeu-se um sinal positivo quanto à redução do preconceito de cor no país. Questionamentos quanto aos juízos generalizantes e estereotipados sobre pessoas diferenciadas pela cor pele diminuíram, assim aumentaram os aspectos de não manifestação de preconceito e a taxa de preconceito leve, com direta redução da taxa de preconceito forte. Isso pode, em medio prazo, mudar a distribuição de idosos segundo esse critério16. Idosos negros de hoje, possivelmente, conviveram com imagens negativas e, muitas vezes, de excessiva servidão e exercício parcial da sua cidadania se comparados aqueles que irão envelhecer nas próximas décadas.

Venturi e Bokany sugeriram que o aumento da presença dos negros na mídia, em condições de vida mais salutares, positivas e sem conotação com o histórico escravocrata, como também de mudanças na educação, como revisão dos conteúdos preconceituosos e de manifestações de discriminação, aumentaram a autoestima dos negros, repercutindo diretamente na identidade racial deste grupo16. Houve também, nos últimos anos, os esforços de movimentos sociais de combate ao racismo e de valorização da cultura de origem africana auxiliando na reconstrução da identidade racial.16,20–22 Isso também poderá repercutir nos resultados das pesquisas futuras que investigarão a relação da raça com as diversas condições de saúde e de acesso às instituições de saúde e de educação. A prevalência de negros na sociedade brasileira mudou nos últimos anos, muito possivelmente em decorrência da maior valorização do negro (também chamado de afrodescendente, nas novas publicações do Estado).23

Dados atuais apontam que mais da metade da população brasileira é considerada negra, que 65% dos pobres são negros e que vivem em condições de trabalho mais desfavoráveis se comparados aos não-negros. A população paulista possui a maior quantidade de negros em termos percentuais (30% aproximadamente), embora São Paulo não seja o estado com maior concentração de negros. No entanto, a região metropolitana de São Paulo é uma das cidades que mais concentra negros que, na maior parte, não se localizam na região central da cidade.24

Assim como ocorreu no presente estudo, o envelhecimento mundial vivencia o fenômeno da feminização, ou seja, o aumento do número de mulheres em relação aos homens e isso fez com que organizações mundiais procurassem estudar esse fenômeno. No Brasil, as mulheres já ultrapassaram 67% da população total de idosos.1,25 Ainda em relação às mulheres, sabe-se que são menos praticantes de atividade física e, ainda que exercendo mais atividades domésticas, estas são mais sedentárias, independentemente da raça/cor da pele.26 Nos EUA, as mulheres caucasianas são menos sedentárias se comparadas aos mulheres afro-americanas, não importando o grau de escolaridade, renda e ocupação.26 No entanto, as estatísticas relacionadas as atividades de trabalho não conseguiram registrar o que é desenvolvido no setor informal, onde existe grande atuação de mulheres tomando conta de casa, dos netos ou de pessoas doentes, possibilitando que pessoas mais jovens possam atuar no setor formal de trabalho.1 As mulheres idosas ainda enfrentam sérios problemas como violência doméstica, discriminação no acesso à educação, bons salários, alimentação, trabalho e poder político, tornando-as vulneráveis à pobreza e isolamento social, principalmente quando a escolha é para se viver sozinha.1

Este estudo mostrou que ter casa própria e possuir uma renda alta foram condições associadas a melhor capacidade funcional (Tabelas 4 e 5).Venturi e Bokany reforçam a importância de se investigar os motivos das desigualdades sociais no Brasil e entender graves problemas vividos por segmentos específicos, como as idosas negras.4 De acordo com Kalache e Keller os países em desenvolvimento aumentaram sua população idosa em um curto período, se comparados aos países desenvolvidos e isso não permite o desenvolvimento socioeconômico necessário.27 Morar em regiões com baixa disponibilidade de serviços de saúde públicos ou privados faz com que o idoso procure menos esses serviços e conviva mais tempo sofrendo com uma condição de saúde ruim, mas que poderia ser tratada adequadamente.28

Em relação à ocupação profissional, ser aposentado/pensionista foi a condição prevalente para os três grupos (Tabelas 1 e 5). Nos países da América Latina, ainda é alto o percentual de idosos que precisam se manter economicamente ativos. Em outros países desenvolvidos, os idosos qualificados e experientes podem optar pelo trabalho voluntário em instituições de seu interesse, como religiosas e da sua comunidade.1, o que ainda não é tão comum na nossa sociedade.

No Censo de 2010, a diferença salarial entre brancos e negros chegou a ser duas vezes maior, privilegiando o primeiro grupo.23 Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro de 1999, o Brasil assumiu a 79ª posição no ranking mundial, que o colocou numa condição de país miscigenado e de maioria branca. Ao analisar esses dados e considerando apenas a população branca, notou-se um salto do Brasil para a 43ª posição, comparando-o a países desenvolvidos considerados com IDH elevado, entretanto ao realizar essa mesma análise com a população negra, o Brasil decaiu para a 108ª equiparando-o a países pobres do Oriente Médio e África com IDH considerado médio, o que simboliza uma fraqueza econômica e social frente a outras nações. Ainda assim, Neri relatou que as atitudes sociais em relação à velhice são aprendidas desde a infância, seja pela convivência com outros idosos ou com a própria velhice.22 Os meios midiáticos, como exemplo, exercem influências negativas criando estereótipos com as mulheres negras, na maior parte das vezes, desempenhando papéis de empregadas domésticas nas novelas, reforçando o caráter histórico de servidão e impactando na autoestima. Bandura trata da importância da crença coletiva de eficácia em determinados seguimentos da sociedade e, segundo ele, é essa crença que garante a força para o alcance de objetivos pessoais. Pode-se entender que, ao longo da constituição da população brasileira, os negros não conseguiram desenvolver satisfatoriamente essa característica, pois, segundo Florestan Fernandes, para os negros sempre houve a imposição do estilo “homem branco de ser” e que alguns resultados reforçavam a ideia “da exceção que confirma a regra”, isto é, o negro quando bem sucedido é porque adotou comportamentos do branco.29.

A sociedade costuma relacionar diretamente o *status* econômico com a competência que a pessoa possui e isso nem sempre é verdadeiro.22 E, uma vez que o sistema econômico atual possui resquícios de um período escravocrata, os idosos negros sofrem com esta condição e têm maiores dificuldades para o acesso a bens e serviços.21 Neste mesmo contexto, não se sabe a real dimensão do impacto das futuras pensões e aposentadores concedidas pelo Estado àqueles que, por lei, tem esse beneficio adquirido1 Em um levantamento feito nos EUA, os idosos negros foram menos praticantes de atividade física e menos participativos desta prática durante os momentos de lazer, condição que se manteve mesmo quando estão aposentados.26

Já a alta escolaridade esteve associada a rendas maiores e, por se tratar da população que hoje está envelhecida, ainda prevaleceu a influência positiva na população branca dos seus descendentes europeus. Mas quando brancos e negros estão na condição de pobreza, o nível de escolaridade está semelhante, o que permite hipotetizar a não influência da raça para garantir mais anos de escolaridade, assim como ocorreu neste estudo e, mais uma vez, apontando a inexistência de comprovação cientifica de que a raça é um fator determinante desta característica.1,3

As condições de queda e quase quedas no último ano e o medo de cair foram prevalentes nos idosos negros, fato que pode estar associados a uma condição físico-funcional comprometida destes. Num estudo norte-americano, Faulkner e colaboradores já apontaram que idosos afro-americanos tiveram mais ocorrências de queda quando comparados aos caucasianos.30.

As percepções de saúde e de visão quando analisadas considerando apenas a condição de raça/cor da pele não mostraram diferença entre os grupos (Tabela 1). No entanto, ao se incluir a presença ou não de dificuldade funcional, os idosos brancos foram aqueles que melhor capacidade funcional apresentaram (p=0,034 e p=0,015, respectivamente; Tabela 4). Esses indicadores são amplamente usados na área da gerontologia, indicando a necessidade de maiores investigações por parte dos profissionais de saúde.17,31

Com relação à capacidade funcional, notou-se que boa parte da amostra (76,1%) possui boa independência, ou seja, não possui grandes comprometimentos físicos e/ou cognitivos que dificultam a realização das atividades de vida diária, sejam as mais básicas (como tomar banho e levantar da cadeira) ou mais complexas (sair para fazer compras ou ir ao supermercado), independentemente da raça/ cor da pele, o que reforça a influência de outros fatores não genéticos causadores da condição de saúde mais comprometida para os idosos negros.32

Em pesquisa realizada nos EUA, percebeu-se que os idosos afro-americanos aposentados apresentavam mais comorbidades se comparados aos caucasianos e isso ajudava a justificar o aumento da inatividade física, independentemente do grau de escolaridade, renda e ocupação profissional.26 Os caucasianos costumavam ter maior participação nas atividades físicas durante o seu tempo de lazer. Um dos argumentos apontados foi que os afro-americanos trabalham em atividades mais fisicamente extenuantes.26

A associação do comprometimento funcional com as variáveis auto percepção de saúde e de visão já foram relatadas em outros estudos.6,8,17 Os idosos brancos e com independência funcional apresentaram melhores relatos para a visão e saúde, o que reforça outros achados socioeconômicos e funcionais que apontaram para a sua melhor condição de saúde.6,8,17,21,23,26,30,33–35 Idosos com mais de duas incapacidades funcionais, com sintomas depressivos e de ansiedade, insônia, uso de polifarmácia e, principalmente, baixa renda familiar apresentaram auto-avaliação ruim ou muito ruim de saúde.36

Fatores sociodemográficos, socioeconômicos e clinico-funcionais são potentes indicadores que ajudam a explicar o atual cenário dos idosos moradores da cidade de São Paulo 3,17,21,30. Dados nacionais recentes confirmam que os brancos ainda possuem maior longevidade, melhores condições de acesso aos serviços de saúde, melhores salários ou rendas, ratificando os dados encontrados nesse estudo e mostrando associações com a capacidade funcional (Tabelas 4 e 5).23 Isso fortalece a ideia de que a capacidade funcional esteve mais comprometida nos idosos negros por fatores não genéticos, mas socioeconômicos e, indiretamente, por determinadas condições clinico-funcionais que mostraram-se piores aos negros, mas que poderiam não existir caso as condições de acesso aos serviços de saúde fossem iguais ao que acontece para os idosos brancos.3,17,23,28 Os idosos com maior dependência funcional apresentaram mais associação por não terem casa própria (considerando os pardos, Tabela 5) ou renda (Tabela 4).

Quanto à análise de determinadas variáveis, a distribuição da ocupação profissional, considerando a capacidade funcional e a raça/cor da pele apresentou uma distribuição muito irregular, dificultando a análise paramétrica. Isso mostra a heterogeneidade da distribuição de renda entre os idosos investigados, ainda que os maiores valores favorecessem os idosos brancos. Esse aspecto remete ao passado dos antepassados desses idosos negros e pardos que não deixaram qualquer herança ou condição de vida capaz de facilitar a formação profissional e garantir um bem-estar material adequado para o seu desenvolvimento profissional 3,21. Ainda assim, muitos idosos sobrevivem com rendas baixas. A vulnerabilidade social associada à pobreza e baixa escolaridade é maior nas mulheres mais velhas e com incapacidades.25 Em um estudo da Fundação Perseu Abramo e o Serviço Social do Comércio (SESC) percebeu-se que boa parte dos negros sobrevive com até dois salários-mínimos por mês, o que não permite o exercício pleno da sua cidadania.

A pobreza também pode estar associada aos eventos incapacitantes e altamente geradores maior dependência funcional, como as quedas. Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que quanto mais pobres as idosas, maior era a exposição ao risco de quedas, fraturas, dores e incapacidades.37 No presente estudo, os negros caíram mais que os brancos, tanto na prevalência como na quantidade,(p=0,03) e apresentaram menores escores na auto-eficácia para quanto às quedas (p=0,03). Embora não exista um consenso de que os idosos brancos caiam mais que os negros, Faulkner e colaboradores estudaram a prevalência de quedas entre idosos caucasianos e afro-americanos e não encontraram diferença quanto à prevalência das quedas, mas puderam perceber que os mecanismos para a ocorrência destas foram diferentes, assim como o risco para a ocorrência de fraturas e os locais de ocorrência. Os idosos afro-americanos tenderam a cair para frente, fazendo uso da mão ou do punho como tentativa de evitar ou atenuar a queda e, frequentemente, dentro de casa. Já os idosos caucasianos tenderam a cair para as laterais, sem o uso de mãos e punhos e, normalmente, fora de casa.30 Segundo Kressing e colaboradores, que investigaram as características demográficas, funcionais e comportamentais relacionadas com o medo de queda (MQ), os idosos afro-americanos apresentaram maiores restrições de atividades relacionadas ao MQ se comparados com os idosos caucasianos. Nesse mesmo estudo, verificaram que estar deprimido, usar algum dispositivo de auxilio à marcha, andar lentamente e ser afro-americano estavam diretamente relacionados com o MQ.38 Não se sabe exatamente por quais razões o MQ pode ser diferente em determinados grupos raciais.38,39 A compreensão destas particularidades pode justificar a necessidade de abordagens terapêuticas diferentes e em determinadas situações e grupos étnicos.30 E quanto a auto-eficácia para a capacidade de evitar quedas, sabe-se que as mulheres encontram-se em desvantagem quando comparadas aos homens.25

Quanto a investigação sobre a raça/cor da pele, ainda se pode levantar diversos questionamentos quanto a especificidade e sensibilidade dos meios atuais de classificação. O auto relato é uma das formas conhecidas e aceitas no meio científico.16–18 Quanto a administração dos instrumentos de avaliação, o treinamento prévio dos avaliadores foi importante para padronizar a forma de abordagem, de se familiarizar com os instrumentos e questionários. Ainda assim, pode-se questionar se a presença ou não de mais avaliadores negros poderia mudar a resposta de alguns dos avaliados, condição também discutida em outro trabalho da mesma temática16 Análises estatísticas de reprodutibilidade intra e interavaliadores, bem como testes de concordância para a definição de raça/cor da pele são sugestões interessantes que ajudarão forma de se entender as informações coletadas nas próximas pesquisas. Ainda quanto a análise, houve o cuidado de se verificar interações confundidoras entres as variáveis capacidade funcional e raça/cor da pele.

Ainda como limitações metodológicas e estatísticas deste estudo, pode-se citar a forma de amostragem e a dicotomização da varíavel principal. Em relação a forma de amostragem, embora a distribuição de idosos com e sem capacidade tenha seguido os achados de outro estudo multicêntrico e que investigou idosos paulistas,6 é válida a sugestão para os próximos estudos que sejam incluídas áreas que representem a heterogeneidade dos aspectos socioeconômicos e demográficos dos idosos paulistanos. Dessa forma, atenua-se a influencia de facilidades regionais de acessos à saúde, educação e serviços sociais. Já quanto a dicotomização da variável capacidade funcional, esta escolha decorreu da análise da distribuição das prevalências de idosos com nenhuma, pouca ou muita dificuldade, permitindo melhores e robustas análises estatatísticas, garantindo melhores condições para a assertividade da análise estatística. Estudos com amostras maiores e mais representativos da população brasileira poderão elucidar relações que tiveram pouca ou nenhuma comprovação estatística no presente estudo, mas que possuem razões teóricas e de outros estudos científicos já realizados.

Embora não tenha sido citado no Método deste estudo, tentou-se realizar a analise de regressão para calcular possíveis *odds ratio.* No entanto, a distribuição dos dados, de acordo com as categorias definidas pelas variáveis principais deste estudo, não foi suficiente para essas estimativas. Mais uma vez, um tamanho amostral maior, para os estudos futuros, seja a resolução eficiente e adequada para este calculo.

Alguns fatores socioeconômicos e demográficos não puderam ser detalhadamente estudados. Por se tratar de um estudo transversal, não se pode definir em qual momento, por exemplo, a capacidade funcional começou a ficar comprometida, considerando o início da aposentadoria destes.

Muito pouco se encontra nas bases de dados nacionais, bem como nos setores e departamentos nacionais sobre a saúde a respeito de idosos negros e dos fatores associados, criando um campo para a iatrogenia em relação a modelos de diagnóstico e de tratamento. A literatura traz diversos estudos cuja temáticas são: crianças, gravidez, HIV/SIDA, Hipertensão Arterial, Diabetes, Anemia Falciforme, procedimentos anestésicos. A chegada da velhice pode estar associada a aspectos negativos como doenças, debilidades físicas, desânimo, perda da vontade de viver e dependência física que dificultam a capacidade de realizar suas atividades de vida diária (AVD).4,40 Os estudos nacionais tendem a mostrar resultados particulares se comparado ao de outros países, como os Estados Unidos e Inglaterra, uma vez que a alta miscigenação das raças, das etnias e o rápido crescimento da população idosa tornam o estudo da sociedade brasileira algo inédito e útil para novas tomadas de decisão quanto as politicas públicas de saúde e propostas adequadas de capacitação dos profissionais de saúde, além de melhor compreensão das futuras implicações financeiras das políticas de aposentadoria.21,41,11 Para que o envelhecimento seja uma experiência positiva é fundamental que se abram oportunidades contínuas de saúde, participação e segurança1 A política que trata sobre o Envelhecimento Ativo baseia-se não nas necessidades dos idosos apenas, mas sim nos direitos, para que haja o exercício de sua participação nos processos políticos e em outros aspectos da vida.

Assim, o presente estudo confirma a hipótese de que fatores socioeconômicos (possuir casa própria e renda familiar) e clinico-funcionais (percepção subjetiva de visão e de saúde, doenças associadas, quedas, baixa auto-eficácia em relação às quedas , mobilidade e total de AVD comprometidas) estiveram associadas com determinação da capacidade ou incapacidade funcional apresentada pelos idosos investigados. Em geral, os idosos negros apresentaram maior prevalência de incapacidades funcionais se comparados aos idosos brancos.

**Referencias Bibliográficas**

1. Anon. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. *World Health*. 2005;1(1a.):60.

2. Inácio L, Mantega G, Brasileiro I. DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.

3. Santos GA dos, Lopes A, Neri AL. Capitulo 4 - Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2007:288.

4. Venturi G, Bokany V. Capitulo 1- A velhice no Brasil - contrastes entre o vivido e o imaginado. In: *Idosos - no Brasil - vivências, desafios e expectativas na terceira idades*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2007:288.

5. Guralnik JM, Kaplan G a. Predictors of healthy aging: prospective evidence from the Alameda County study. *American journal of public health*. 1989;79(6):703–8. Available at: <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=1349627&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>.

6. Maria O, Lebrão L. *O PROJETO SABE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO : uma abordagem inicial*. 2003.

7. Lima-costa MF. Desigualdade social e saúde entre idosos brasileiros : um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Socioeconomic circumstances and health among the brazilian elderly : a study using data from a National Household Survey. 19(3):745–757.

8. Alves LC, Machado CJ. Fatores associados à incapacidade funcional dos idosos no Brasil : análise multinível Factors associated with functional disability of elderly in Brazil : a multilevel analysis. 2010;44(3).

9. Blay SL, Ramos LR, Mari J de J. Validity of a Brazilian version of the Older Americans Resources and Services (OARS) mental health screening questionnaire. *Journal of the American Geriatrics Society*. 1988;36(8):687–92. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3403873. Accessed May 11, 2012.

10. Rosado L, Franceschini SCC, Ribeiro AQ, Pereira ET. Fatores determinantes da capacidade funcional em idosos longevos Determinant factors of functional status among the oldest old. 2010;14(4).

11. Camacho ACLF, Coelho MJ. Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2010;63(2):279–84. Available at: http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n2/17.pdf. Accessed July 4, 2012.

12. Folstein MF, Folstein SE MP. Mini-mental: a practical method for grading the cognitive state for the clinician. *J Psychiatr Res*. 1975;12:189–198.

13. Podsiadlo D, Richardson S. The timed “Up & Go”: a test of basic functional mobility for frail elderly persons. *Journal of the American Geriatrics Society*. 1991;39(2):142–8. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1991946. Accessed March 22, 2012.

14. Silva A da. Tradução, Adaptação Cultural e Validação da Escala de Auto-Eficácia em relação ao Medo de Queda FES-BRASIL. 2007:83.

15. Al Snih S, Kaushik V, Eschbach K, Markides K. Ethnic differences in physical performance in older Americans: data from the Third National Health and Nutrition Examination Survey (1988-1994). *Aging clinical and experimental research*. 2008;20(2):139–44. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18431081. Accessed May 28, 2012.

16. Venturi G, Bokany V. Livro Racismo no Brasil\_Gevanilda Santos e Maria Palmira da Silva\_capitulo 1. In: Perseu Abramo E, ed. *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*. 1a. ed. São Paulo: Perseu Abramo, Editora; 2005:17–36. Available at: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br/).

17. Silva A, Faleiros HH, Shimizy WAL, et al. Prevalência de quedas e de fatores associados em idosos segundo etnia The prevalence of falls and associated factors among the elderly according to ethnicity. *Ciências & Saúde Coletiva*. 2012;17(8):2181–2190. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n8/28.pdf>.

18. Peres KG, Dumith SC, Gigante DP. Diferenças socioeconômicas entre autoclassifi cação e heteroclassifi cação de cor / raça Socioeconomic differences between self- and interviewer-classifi cation of color / race. 2008;42(2):324–334.

19. Df B. O Painel de Indicadores do SUS é distribuído gratuitamente . Para recebê-lo , escreva ao Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Ministério da Saúde SAFS - Setor da Administração Federal. 2010:84.

20. Silva MP. Livro Racismo no Brasil\_Gevanilda Santos e Maria Palmira da Silva\_capitulo 2. In: Perseu Abramo E, ed. *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*. 1a. ed. São Paulo; 2005:37–44. Available at: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br/).

21. Lopes D, Deus SIA de. Capitulo 5 - Negritude e envelhecimento. In: *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2007:288.

22. Neri AL. Capitulo 2 - Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2007:288.

23. Belchior M, Brasileiro I. *DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE*.

24. Popula M, Pa NDO. Maior população negra do país. 2005;(Tabela 1):1–10.

25. Neri AL. Capitulo 3 - Feminização da velhice. In: *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2007:288.

26. Crespo CJ, Smit E, Andersen RE, Carter-Pokras O, Ainsworth BE. Race/ethnicity, social class and their relation to physical inactivity during leisure time: results from the Third National Health and Nutrition Examination Survey, 1988-1994. *American journal of preventive medicine*. 2000;18(1):46–53. Available at: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10808982>.

27. Kalache A, Keller I. The greying world: a challenge for the twenty-first century. *Science progress*. 2000;83 ( Pt 1):33–54. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10800373. Accessed July 14, 2012.

28. Pinheiro RS. Estudo da desigualdade na utilização de serviços de saúde por idosos em três regiões da cidade do Rio de Janeiro Inequality in health care use by the elderly in three districts in the city of Rio de Janeiro. 1999;15(3):487–496.

29. Fernandes F. *O negro no mundo dos brancos*. 2a. ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda. 2007:313.

30. Faulkner K a, Cauley J a, Zmuda JM, et al. Ethnic differences in the frequency and circumstances of falling in older community-dwelling women. *Journal of the American Geriatrics Society*. 2005;53(10):1774–9. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16181179. Accessed May 10, 2012.

31. Silva D. Fatores considerados pela população como mais importantes para manutenção da saúde Factors considered important for health maintenance by the population. 2009;43(6):1–13.

32. Gitlin LN, Hauck WW, Dennis MP, Schulz R. Depressive symptoms in older African-American and white adults with functional difficulties: the role of control strategies. *Journal of the American Geriatrics Society*. 2007;55(7):1023–30. Available at: <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=2907298&tool=pmcentrez&>rendertype=abstract. Accessed October 19, 2012.

33. August KJ, Sorkin DH. Racial and Ethnic Disparities in Indicators of Physical Health Status : Do They Still Exist Throughout Late Life ? 2010:2009–2015.

34. Shadlen M, Larson EB, Gibbons LE, et al. Ethnicity and Cognitive Performance Among Older African. 2001:1371–1378.

35. Mehta KM, Simonsick ÃEM, Rooks R, et al. Black and White Differences in Cognitive Function Test Scores : What Explains the Difference ? 2004:2120–2127.

36. Lima-costa MF, Firmo JOA. A estrutura da auto-avaliação da saúde entre idosos : projeto Bambuí The structure of self-rated health among older adults : the Bambuí health and ageing study ( BHAS ). 2004;38(6).

37. Nations U, Variant M. Gender , Health and Ageing. 2003. Available at: <http://whqlibdoc.who.int/gender/2003/a85586.pdf>.

38. Kressig RW, Wolf SL, Sattin RW, Grady MO. Characteristics with Activity-Related Fear of Falling Among Older Adults Transitioning to Frailty. *Transition*. 2001:1456–1462.

39. Simonsick EM, Guralnik JM, Fried LP. Who walks? Factors associated with walking behavior in disabled older women with and without self-reported walking difficulty. *Journal of the American Geriatrics Society*. 1999;47(6):672–80. Available at: http://ukpmc.ac.uk/abstract/MED/10366165/reload=0. Accessed May 10, 2012.

40. Lebrão ML, Duarte YA de O. Capitulo 12 - Saúde e independência: aspirações centrais para os idosos. Como estão sendo feitas? In: *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo; 2007:288.

41. Policies H. sobre as políticas de saúde para as populações negra e indígena ) the black and indigenous populations ). :178–181.

002)

**Receitas de cura e autonomia feminina: as experiências das agricultoras do agreste paraibano com o resgate de plantas medicinais nos cuidados com a saúde - Mariana Leal Rodrigues**

**1. Introdução - Chegando no Agreste da Paraíba**

Essa comunicação tem o objetivo de contar parte de meu relato etnográfico com trabalhadoras rurais no agreste da Paraíba que cultivam plantas medicinais e difundem seus conhecimentos com a intenção de recuperar saberes tradicionais sobre cuidados com a saúde. É parte da discussão que desenvolvo em minha pesquisa de doutoramento cujo objetivo é realizar um estudo comparativo sobre as formas de transmissão de conhecimentos sobre o uso e manejo de plantas medicinais entre mulheres que participam de grupos comunitários no estado do Rio de Janeiro e no Agreste da Paraíba. Em ambos locais, existem grupos de mulheres organizados em prol da produção de remédios à base de plantas medicinais como xaropes, garrafadas, sabonetes, pomadas, tinturas e chás.

No Rio de Janeiro, destaca-se a Rede Fitovida, formada majoritariamente por mulheres em mais de cem grupos de todo o estado. Os grupos produzem preparações medicamentosas com plantas medicinais, suplementos alimentares (como a multimistura), sabonetes e pomadas que são vendidos a preço de custo ou doados. A Rede Fitovida começou a se formar em 2001, reunindo e articulando grupos em encontros e visitas mútuas.

No agreste da Paraíba, há centenas de mulheres que se dedicam ao resgate e a valorização de cuidados com a saúde a partir do uso de remédios caseiros. Cada quintal tem uma história que combina fatos da vida pessoal e coletiva. A descoberta das semelhanças entre os grupos do Rio e da Paraíba aconteceu na primeira vez em que estive na região, incumbida de acompanhar a realização de um vídeo documental e informativo sobre a importância dos intercâmbios de experiência para os agricultores envolvidos em projetos de agroecologia apoiados pelas organizações não-governamentais AS-PTA e ActionAid. Essas organizações atuam na região em parceria com uma rede de sindicatos de trabalhadores rurais, o Polo Sindical da Borborema, e outras organizações não-governamentais fundadas por técnicos e pesquisadores ou por grupos ligados às ações da Igreja.

Existem pontos em comum entre os trabalhos nos dois estados: grupos de mulheres que se organizam em espaços comunitários para produzir medicamentos feitos com plantas medicinais, em ambos os casos, as iniciativas são apoiadas pela organização não-governamental AS-PTA. Há também muitos pontos divergentes, como o fato dos grupos da Paraíba estarem localizados na área rural, estarem organizadas via sindicatos e os fins do trabalho de sistematização e transmissão de conhecimento serem distintos. No Rio de Janeiro, os grupos estão organizados por meio de uma associação, a Rede Fitovida, e reivindicam o reconhecimento dos saberes praticados como patrimônio imaterial. Na Paraíba, o debate sobre o resgate das plantas medicinais faz parte de um modelo mais amplo de sistematização de conhecimento tradicional e de fortalecimento da agricultura familiar por meio da visibilidade do trabalho produtivo da mulher.

A escolha por realizar dois relatos etnográficos a fim de comparar grupos diferentes de mulheres que tem em comum a mesma prática, a preservação de saberes sobre plantas medicinais, pode parecer estranha à primeira vista. São realidades, sistemas produtivos e formas organizativas distintas, há enorme risco de comparar experiências diferentes. Entretanto, apesar de haver características peculiares ao trabalho com plantas medicinais entre as agricultoras paraibanas, além de oferecer um contraponto à experiência da Rede Fitovida, a pesquisa em uma área rural abre um caminho para a percepção das características gerais e comuns entre esses grupos que transcendam a especificidade de cada região e nos permita chegar a conclusões que tenham validade sobre essas práticas.

A viagem ao agreste paraibano se revelou surpreendente em muitos aspectos, sobretudo na presença das questões de gênero nas falas das personagens e das instituições que as assessoram, como as ONGs e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Entre os imponderáveis que a pesquisa de campo nos revela, percebi e me surpreendi como a frequente problematização de questões relativas à igualdade de gênero, que não surgiam nos grupos de mulheres das periferias urbanas do Rio de Janeiro.

Na Paraíba, o trabalho com plantas medicinas está inserido nesse amplo sistema produtivo, na qual os problemas para o cultivo e o uso das plantas medicinais são semelhantes aos do cultivo de alimentos, seja de hortas ou até mesmo a criação animal. É parte de um amplo projeto de desenvolvimento econômico, de combate à pobreza e fortalecimento da agricultura familiar. No Brasil, é a população rural é que apresentas os índices mais altos de pobreza, 21% da população vive com rendimento mensal per capta de até R$70, segundo o censo (IBGE,2010), enquanto a média nacional é de 6,3%.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada durante vinte e cinco dias em que coabitei com duas informantes, Maria Inês e Maria Isabel, moradoras das áreas rurais dos municípios de Massaranduba e Solânea, respectivamente. Por meio da observação participante pude acompanhar suas atividades cotidianas, sempre utilizando uma câmera de vídeo ou fotografias como ferramenta de registro. Minha aproximação com as duas agricultoras aconteceu por meio de um contato iniciado com a AS-PTA e foi intermediado pelas integrantes da Comissão de Saúde e Alimentação do Polo Sindical da Borborema, que acolheram meu pedido e escolheram as duas mulheres.

Além da convivência cotidiana com essas mulheres, em minha curta pesquisa de campo, pude acompanhar um encontro do Polo Sindical onde se reuniam as lideranças de cada município para debater os temas relativos aos projetos de desenvolvimento local, como a difusão do uso de plantas medicinais. Outras pessoas que fazem parte da rede de relações e reciprocidade dessas mulheres também forneceram informações importantes a respeito da dinâmica desses saberes na região. De modo que os dados coletados em Massaranduba e em Solânea são oriundos de minhas principais informantes e de outras mulheres e homens de suas comunidades.

3. Resultados e discussão: o resgate dos conhecimentos tradicionais sobre cuidados com a saúde

“Esse trabalho das plantas medicinais tem favorecido muitas vidas. Falo que eu, se não fosse ter me envolvido com esse trabalho, eu vivia igual a uma *gata borralheira*. *Era só para trabalhar no roçado e em casa*. E graças a Deus, veio trazer conhecimento não só para mim, mas de minha parte tem me favorecido muito. Eu era uma das que antes já tinha trabalho, mas parei por causa de meu marido, ele aceitou, graças a Deus, hoje é muito gratificante. No início, eu sofri muito, mas hoje tenho muito o que contar, trouxe conhecimento para mim. Mas, graças a Deus, com as benditas mulheres, está indo muito além. Isso é uma graça para nós mulheres. *A gente é reconhecida*, não só por esse motivo de ser reconhecida, mas trouxe conhecimento para nós e tirou nós de uma *prisão em casa*. Porque, muitas vezes, a gente trabalha tanto, não desclassificando vocês homens, mas tem muitos homens que não valorizam o nosso trabalho, e o *nosso trabalho no dia-a-dia é muito pesado*. Se não fosse a gente ter continuado esse trabalho, não sei o que era de nós. Muitas vezes, desejei até a morte para mim, com tanto problema, mas graças a Deus esse trabalho veio trazer pra mim, é gratificante, e o trabalho da água, no início foi muito difícil, só tinha uma cisterna. Com a cisterna calçadão aumentou o meu beneficio e a minha vida. Não digo vida, vidas, sã e salva. É muito gratificante”.

Maria Isabel em depoimento realizado no Encontro do Polo Sindical da Borborema em julho de 2011

Maria Isabel é uma agricultora de 56 anos que vive na zona rural de Solânea, no agreste paraibano, com o marido e um de seus seis filhos. Ela é uma das principais referências da região em plantas medicinais e, em seu quintal, um cercado protege mais de cento e quatorze espécies. Freqüentemente, ela é requisitada pelos vizinhos para indicar e fornecer plantas que auxiliem na cura de doenças e até mesmo a produzir remédios caseiros como xaropes e lambedores. São pedidos constantes, ora algumas plantas para preparar chá, ora as preparações já prontas.

A coleção foi constituída ao longo de quatorze anos, a partir do envolvimento de Maria Isabel em atividades do sindicato dos trabalhadores rurais do município (cuja diretoria integra atualmente), de organizações não-governamentais e da Igreja, por meio de grupos de catequese. Para manter vivas tantas espécies de plantas em uma região cujo regime de chuvas é irregular, concentrado em alguns meses do ano, foi preciso difundir práticas de armazenamento e aproveitamento de água, eixo central das ações de apoio à agricultura familiar promovidas pelas organizações não-governamentais e sindicatos e que ao longo do tempo se constituíram como projetos governamentais.

A aquisição de conhecimento para colocar em prática projetos de agroecologia está baseado, sobretudo, em visitas mútuas, as chamadas visitas de intercâmbios de experiências, na qual agricultores visitam as propriedades uns dos outros para aprender técnicas diversas de armazenamento de água, produção de alimentos ao redor de casa, substituição de agrotóxicos por pesticidas naturais, de cultivo de plantas, animais e roçados em condições climáticas adversas, entre outros temas relacionados aos projetos de agroecologia. Ao avaliar o que conseguiu acumular, de plantas e conhecimentos, ao longo dos anos em que se envolveu com o “trabalho”, Maria Isabel não deixa dúvidas sobre a importância dessas atividades para sua vida pessoal.

“Durante quatorze anos eu adquirir essas cento e quatorze plantas, quando eu adquirir as quinhentas eu paro. É muito difícil, mas cada dia que passa, eu quero aumentar mais. Eu não tinha o conhecimento que eu tenho hoje, nem tinha essas plantas. E é uma benção.”,Maria Isabel, em entrevista concedida em sua casa.

Assim como em Solânea, Massaranduba tem a agricultura como principal atividade econômica. É nesse município que vive Dona Maria Inês, 52 anos, em um sítio de dois hectares com cinco de seus seis filhos e o marido Antônio. A terra é herdada de seus avós e ela foi a única dos quatro irmãos que ali permaneceu. Sua história de vida é contada relembrando episódios extremamente difíceis. Seu primeiro casamento foi marcado pela viuvez precoce. Casou-se novamente com o irmão mais novo de seu primeiro marido e foi morar no sítio, onde seguiu cuidando das tias já idosas e cegas. Essas tias são a origem de seus primeiros aprendizados sobre remédios caseiros e uso de plantas medicinais. Ao lado de Antônio, seu atual marido, experimentaram as diversas formas de trabalho precário na agricultura na região, trabalharam “alugados” (recebendo diárias por serviços na terra de outros proprietários). Foi justamente a partir da aproximação de Maria Inês e sua família do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massaranduba que as plantas medicinais ganharam maior espaço em seu sítio.

“Um dia, fui pagar meu sindicato e tinha uma comissão de mulheres fazendo remédio, sabonete para coceira, xarope para tosse, e me convidaram. E falaram que seu eu tivesse alguma planta medicinal levasse pra gente fazer remédio. Aí, levei saião, a casca do cajueiro roxo, a raspa do juá, o melão de São Caetano, um mato que chamado salsa para sarna. E cheguei lá, cada uma havia trazido outras coisas. Combinamos, fizemos e deu certo. Nessa época tinha muita criança doente que ficaram boas com o lambedor e mulher que comprava também as garrafadas, ficou boa. (...) Antes de terminar um a gente fazia outro, fazia multimistura, que ainda hoje fazemos. Distribuímos para as crianças necessitadas na associação e mulheres grávidas desnutridas e está dando certo. Continuo plantando plantas medicinais e sempre que alguém me procura para fazer o lambedor , eu faço. Assim, para curar um ferimento, eu indico o saião, que é muito bom. Acho bom que a gente se envolve bem, conhece pessoas que a gente não conhecia, a gente leva experiência e ganha experiência. E achei ótimo. Começou há uns 20 anos. Antes no sindicato, a gente só ia lá pagar., não tinha nada para aprender,não tinha nada para ensinar.” Maria Inês, em entrevista concedida em sua casa.

Agricultores, sindicatos, Ongs – modelos de trabalho e desenvolvimento

O projeto de desenvolvimento na qual apostam os sindicatos que fazem parte do Polo Sindical da Borborema está baseado na ideia de “convivência com o semiárido” por meio de estratégias de adaptação que permitam o fortalecimento da produção da agricultura familiar para o autoconsumo e a comercialização do excedente. A ideia de “convivência com o semi-árido” está baseada em três eixos: o fortalecimento da organização produtiva do pequeno agricultor, a valorização de suas tecnologias e demais saberes tradicionais, e uma nova relação homem-natureza (GONÇALVES, 2011:257). Esse conjunto de ações se constitui em oposição à ideia do “combate à seca” e busca nas formas tradicionais de cultivo as soluções necessárias para o combate à pobreza e a fome

Os recursos necessários para viabilizar esses projetos são oriundos de fontes como a cooperação internacional (na qual se incluem agências internacionais e organizações não-governamentais internacionais), programas governamentais, de projetos sociais financiados por grandes empresas (como a Petrobrás), pelos próprios trabalhadores rurais por meio da criação de fundos comunitários e pelo empreendimento da própria força de trabalho em regime de mutirão. Desta forma, no agreste paraibano, foi feita a construção de barragens, poços de pedra, cisternas de placa para armazenar água da chuva, entre outras benfeitorias, que tem transformado a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Foi a partir do final dos anos 90, que começou a ser definida uma estratégia de atuação com base em dois eixos: inovação agroecológica e o foco nas políticas públicas (SILVEIRA, FREIRE, DINIZ, 2010:16). Antigas formas de atuação comunitária dos movimentos de trabalhadores rurais da região foram privilegiadas, como o financiamento com os Fundos Rotativos Solidários, e trabalho em mutirão, “*fundadas nas tradicionais relações de reciprocidade e no princípio da solidariedade”* (SILVEIRA, FREIRE, DINIZ, 2010:19).

Os agricultores familiares são estimulados, a partir de visitas mútuas e da troca de experiências bem-sucedidas, a utilizarem técnicas de fertilização e cultivo sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Dessa forma, além de produzirem alimentos livres de “veneno” (como são designados os agrotóxicos pelos agricultores), conseguem ter uma produção mais barata. O controle de pragas, o que motivaria o uso de pesticidas, é feito com formas diferenciadas de cultivo, como lavouras consorciadas, agroflorestas e pesticidas naturais. A adubação e a fertilização do solo é feita com o aproveitamento de folhagens, evitando-se queimadas e a “limpeza” do terreno. É neste contexto que o cultivo de plantas medicinais é incentivado e se constitui como parte da estratégia de valorização de conhecimentos tradicionais implementada pelas ONGs e STRs. Os quintais produtivos ao redor de casa são parte dos projetos que visam fortalecer a produção de alimentos para autoconsumo e tem as mulheres como principal público alvo, já que são as principais responsáveis pelos cuidados com a alimentação e saúde da família.

De certa forma, se por um lado, estimular os cultivos nos arredores de casa reforçam os “padrões ideais da cultura rural”, por outro, demanda mudanças na gestão de recursos, sejam naturais ou financeiros. Somente é possível cultivar plantas medicinais e hortaliças com acesso à água durante o período de estiagem e com a construção de cercas para proteger do assédio de animais. Dessa forma, o cultivo de plantas medicinais, assim como as demais atividades previstas para os “arredores de casa dependem principalmente da viabilidade da infraestrutura adequada. Em muitos casos, os produtos dessas atividades (hortaliças, ovos de galinha capoeira, animais de criação e até mesmo remédios caseiros) passam a ser geridos pelas mulheres.

A Comissão Saúde e Alimentação

O uso de plantas medicinais entre as trabalhadoras rurais do agreste da Paraíba e o tipo de beneficiamento que essas plantas recebem que as transformam em produtos (garrafadas, sabonetes, lambedores, xaropes, etc) é resultado de diversas interações entre saberes de diferentes fontes, o que é aprendido em família, a partir da prática de pais, avós e vizinhos, e o que é aprendido a partir de eventos organizados para difusão dessas práticas e ensinamentos, que tem sido promovidos pelos sindicatos e ONGs.

Esse conhecimento sistematizado é reproduzido em uma série de eventos organizados pelos sindicatos, associações e ONGs que fortalecem as redes de relações sociais .As chamadas “visitas de intercâmbio de experiências”. são eventos em que um grupo ou família de agricultores recebe outros para mostrar um tipo de experiência bem-sucedida. São consideradas pelas organizações que as promovem como “poderosa ferramenta de empoderamento das famílias agricultoras” por colocar o agricultor, e não um técnico ou assessor, como protagonista do evento e como aquele que tem algo a ensinar ao outro, o que permitiria que o aprendizado de forma prática e “na mesma língua” do agricultor. Esses eventos são comuns a toda rede de organizações que disseminam a agroecologia como modelo de produção para a agricultura familiar, ocorrendo em diversas regiões do país.

O “trabalho” com as plantas medicinais começou a partir de experiências locais nos municípios de Solânea e Lagoa Seca que motivaram a formação de grupos de mulheres nos demais sindicatos e a construção de uma representação desses grupos no Polo Sindical, a Comissão Saúde e Alimentação. Majoritariamente formada por mulheres, a comissão costuma se reunir mensalmente para debater e organizar as atividades relativas aos projetos de melhoramento dos arredores de casa implementados pelos STRs. Nos municípios, organizam oficinas sobre como reordenar os quintais com o plantio de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais e ainda a criação de pequenos animais. Como as atividades dos “arredores de casa” dependem do acesso à água, constantemente, as atividades da comissão saúde e alimentação são comuns às atividades da comissão de recursos hídricos, ambas envolvem oficinas de capacitação onde determinados procedimentos são transmitidos.

“A Comissão Saúde e Alimentação do Polo que iniciou sua ação aqui em 2003, no final de 2002. Começou o trabalho aqui a região a partir do trabalho da Comissão de Mulheres de Lagoa Seca e da Catequese Familiar de Solânea. Então, essa Comissão está pautada no resgate e na valorização das plantas medicinais, na importância dessas plantas medicinais para a vida das famílias, para a garantia da saúde das famílias (...) A Comissão de Mulheres de Lagoa Seca e da Catequese de Solânea começou a mobilizar a mulheres e a mobilizar o conhecimento das mulheres em relação às plantas medicinais. Começaram a se organizar, a entender, a valorizar o conhecimento das mulheres em relação a essas plantas, mas também preocupado com a forma que a gente podia garantir as plantas nos arredores de casa. Foi muito mais a partir dessas duas experiências, e, a partir daí, os outros municípios foram se integrando a essa Comissão, foram conhecendo a experiência da Catequese de Solânea, entendendo de que forma fazia a multimistura, as oficinas de remédios caseiros, as capacitações, para então os outros municípios foram entendendo o papel que essa Comissão tem a partir desses dois temas para mobilizar o conhecimento das mulheres, tirar as mulheres de casa, o que não é uma coisa muito fácil, mas que esse trabalho hoje tem resultados e impactos importantes aqui na região..” Lea, presidente do STR de Massaranduba na abertura da visita de intercâmbio das integrantes da Comissão ao sítio de Maria Inês.

Uma das fontes de inspiração da criação da Comissão foram as experiências da Catequese Familiar do município de Solânea, coordenado por Socorro Raimundo desde 1995 e com intensa participação de Maria Isabel, e do STR de Lagoa Seca. Além de remédios caseiros com plantas, era produzida a multimistura, distribuída como complemento alimentar usado no combate à desnutrição. Ao organizar as mulheres para ampliar o uso de plantas medicinais para o cuidado da saúde, a comissão também discute uma questão central para a agricultura na região: o acesso à água e a produção de alimentos ao redor de casa.

Provocar o interesse em reproduzir a experiência dos arredores de casa e do cultivo de plantas medicinais é um dos objetivos das visitas de intercâmbio e outras formas de aprendizagem coletiva, que acontecem, sobretudo, em pequenos grupos de diálogo, associados dos sindicatos e associações locais, reunidos em consórcios de cisternas, comissões, grupos familiares, etc. Tanto nos encontros, quanto nas visitas, as falas revelam o entendimento que essas mulheres têm da importância do cultivo de plantas medicinais dentro de todo sistema que engloba a agricultura familiar orientada pela agroecologia. É enfatizado o papel da mulher na família como cuidadora e responsável pela manutenção da saúde e pela alimentação, de forma que esse passa a ser o eixo central do “trabalho”. As integrantes da comissão organizam oficinas sobre como reordenar os quintais com o plantio de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais.

“Em Massaranduba a gente aproveitou os momentos para estar tratando do tema das plantas medicinais. E aí, um dos momentos que foram bastante ricos foram os encontros com as famílias da cisterna calçadão. Ainda há muitos desafios também, como envolver aquelas mulheres que ainda não tem ou não valorizam nem reconhecem as plantas como algo importante para sua família. Porque, muitas vezes, a gente dá aqueles xaropes pros meninos da gente e é o mesmo que tomar água do pote, não serve de nada aquele xarope que a gente toma na farmácia”, Lea, presidente do sindicato de Massaranduba em reunião da Comissão durante o Encontro do Polo.

Entre as questões apontadas pelas integrantes está a necessidade da continuidade das oficinas de formação para que novas mulheres possam apreender a “valorizar” as plantas medicinais.

“A gente já tem vários tipos de plantas, muitas pessoas tem medo de usar, não sabem como usar. O alecrim, não sabem como usar o chá, a quantidade, a malva rosa, muitas tem as plantas, não sabem usar e tem medo, tem um chá que pode dar para as crianças e tem medo de usar. E precisa a gente ficar tratando essa informação, esse incentivo, para poder passar para as pessoas. Na associação participam 70 mulheres, e precisa de orientação, por isso estou aqui participando para levar o conhecimento e com a chegada dessas cisternas por lá, vai fortalecer, porque tem pessoas que nem a água de qualidade tem.” Agricultora em reunião da Comissão durante o Encontro do Polo.

Na reunião da Comissão Saúde e Alimentação realizada durante o Encontro do Polo Sindical da Borborema em julho de 2011, o debate mostrou que ampliar o número de mulheres nas oficinas e encontros requer intensa participação e disponibilidade daquelas que já possuem experiências bem estruturadas. As dificuldades estão para além do domínio sobre o cultivo e uso de plantas, mas também são relativas à dinâmica de mobilização das pessoas.

“Está lembrado de uma oficina de plantas medicinais que a gente fez em Massaranduba? De lá, a gente criou metodologia para fazer oficinas municipais e a Anunciada, depois, quando perguntei como é que foi, disse: “Foi muito bom, mas a gente só conseguiu trocar mudas, porque a gente não tinha segurança de falar sobre as plantas porque a gente não tinha conhecimento suficiente. Então nesse caso tem que ir atrás de uma pessoa que sabe mesmo, então você tem um papel importante, Maria Isabel, seu Raimundo, outras pessoas de Alagoa Nova, Lucia, Quinca, outras pessoas que não conheço muito bem, conhece das plantas, aí dá um apoio das plantas. Socorro tem um conhecimento profundo, sobre o uso das plantas, manipulação, que horas colher, que horas guarda, como seca, tudo isso Socorro acumulou, então, a gente sempre utilizou do conhecimento dela para isso. Mas concordo com você que tem uma parte da articulação, da mobilização municipal que concordo que não dá para você segurar a barra. Acaba que você não consegue”, Roberval Silva, assessor técnico da ASPTA em resposta ao relato de uma das integrantes da comissão afirmando que não havia condições de acompanhar todas as atividades de municípios próximos, em reunião da Comissão durante o Encontro do Polo Sindical.

A motivação acaba sendo associada à possibilidade de acessar benefícios como a construção de cisternas e, com isso, promover melhora na qualidade de vida aderindo ao modelo dos arredores de casa, que podem ser viabilizados pela participação em fundos rotativos solidários ou até mesmo pela inserção nos projetos federais de construção de cisternas. Mas é na hora de sair de casa que os limites da desigualdade entre gêneros se impõem. Dona Maria Inês fala sobre como é difícil “tirar as mulheres de casa”.

“Os de casa sempre reconheciam, mas os vizinhos se incomodam muito, diz que a pessoa vai bater perna, fica na rua sem ter o que fazer, parece que ao tem casa, não tem marido, mas se for dar ouvidos aos outros, não faz nada, fica parada sem ir. Tem vizinha que a gente chama que diz que isso é para quem não tem o que fazer, que é para mulher desocupada. A gente convida para ir a um encontro, quantas vão? Não vai mesmo. Elas confirmam que vai, mas se você for esperar para elas irem, você fica o dia todo, atrapalha a sua viagem e não vai. As mulheres não vão de jeito nenhum, acha que não é coisa que sirva, acha que é uma besteira”, Maria Inês, em entrevista concedida em sua casa.

Dessa forma, ao difundir a “*importância que as plantas medicinais tem para as famílias*”, os STRs ligados ao Polo difundem também um modelo de desenvolvimento e de agricultura que consideram mais adequado para a região, a unidade produtiva baseada na família conjugal, que, como em todo Brasil rural (DURHAM, 2004:147), está baseado na dominação paterna e reforça a divisão sexual das tarefas. Ao mesmo tempo, esses mesmos projetos estimulam a participação da mulher no ambiente público, provocando uma problematização das questões relativas à igualdade de gênero e, inevitavelmente, conflitos.

A sistematização do conhecimento nativo sobre as plantas medicinas

“Quando me casei participava das reuniões da Igreja, mas não tinha esse incentivo das plantas medicinais. Quando eu comecei participando dos intercâmbios, foi quando a gente descobriu, essa serve para quê, inclusive vem muitas visitas e as pessoas dizem, “olha, essa planta serve para isso”, às vezes eu nem conhecia.”, Maria Isabel, em entrevista concedida em sua casa.

Maria Isabel conta que aprendeu a usar três plantas medicinais com a mãe e, praticamente, só conhecia essas plantas até começar a participar das ‘formações’. Apesar do uso de plantas medicinais já fazer parte das práticas de cuidados aprendidos em família e a “herança familiar” sempre ser mencionada, foi na participação em eventos, como oficinas, mutirões e visitas de intercâmbio que ampliou seu conhecimento e seu acervo de espécies de plantas vivas.

O lambedor que hoje Dona Maria Inês prepara é uma das receitas que ela aprendeu nas reuniões do sindicato. Até então, ela não conheça o “jeito certo” de fazer o lambedor.

“Você descobre coisas que não sabia. Eu fazia o lambedor, botava um monte de água no fogo, para cozinhar com aquelas folhas, depois ia coar aquelas folhas para fazer um lambedor. Hoje não, a gente forra a panela de folhas, com aquele material, uma parte, põe açúcar, e vai forrando, colocando uma camada de açúcar e uma camada de folha, leva o fogo, abafa e vira um belo lambedor, sem colocar um pingo de água, e deu tudo certo. Pode ser do que for, o lambedor não leva água, levou água, cozinhou, acabou o lambedor.” Maria Inês em entrevista concedida em sua casa.

Assim como Maria Inês, as mulheres que participavam de visitas e oficinas, foram aprendendo novos usos e indicações para plantas conhecidas e desconhecidas, o “jeito certo” de fazer garrafadas, lambedores, e sabonetes. Os mutirões eram oportunidades de levar para as panelas as plantas que já conheciam, de praticar e ensinar às novas integrantes das comissões de mulheres.

A adesão de novas integrantes é uma questão central para a ampliação do ‘trabalho’, identificada em reuniões e conversas particulares. Entretanto, não existe uma lógica expansionista. Ao contrário, o apelo às adesões acontece em meio à sociabilidade com vizinhos. São constantes os pedidos para preparação de remédios à noite para aliviar crianças da vizinhança. Nessas ocasiões, quem pede, além de receber o remédio solicitado, muitas vezes, recebe a oferta de uma muda de planta e, até mesmo, um convite para participar das oficinas de remédios.

“Novas mulheres tem que se inserir no trabalho do sindicato que também já tem o conhecimento, que a gente passou, o que a gente aprendeu, foi passando, mas tem muitas mulheres que são novas no trabalho. Então, a ideia que a gente tem é de fazer um resgate do que a gente já fez, anterior, e fazer outra que a gente fez aqui. Fazer uma oficina com plantas medicinais mesmo e uma oficina com o conhecimento das plantas, como o último encontro que gente fez aqui, saber das plantas, para que servem, que tipo de planta é aquela, o nome que as pessoas conhecem, e aproveitando isso fazer uma troca de plantas. Já era para a gente ter feito isso no último semestre, mas não deu por causa do tempo, quando eu não estava ocupada, a Anunciada estava. A gente esta pensando em fazer agora nesse começo de semestre, para que a gente aproveite a época das chuvas quando a gente tem mais plantas, mais diversidade e, com essa diversidade, a gente pode fazer a troca entre as mulheres.” Integrante do STR de Queimadas em reunião da Comissão Saúde e alimentação durante o Encontro do Polo.

Os encontros da Comissão Saúde e Alimentação debatem, entre outros pontos, a agenda de visitas e oficinas, eventos que tem o objetivo de difundir experiências bem-sucedidas e provocar a adesão de novas integrantes. Já os mutirões de produção de remédios realizados nos STRs, costumam depender do trabalho das mesmas pessoas, evidenciando a centralidade dos laços afetivos e da sociabilidade.

“São sempre as mesmas, a Dona Iraci, Dona Socorro, Dona Francisca, eu, comadre Léa, Dona Anunciada, tinha Ana, tinha Leopoldina, tinha a irmã dela, também. Só que elas parou de vir, se desinteressaram por completo, não fizeram mais. Fazem, sim, lá na comunidade delas, tinha uma menina do São Miguel que parou de vir, a gente fazia detergente, fazia amaciante, fazia várias coisas, só que isso tudo parou de fazer. Os mais velhos ficaram doentes, agora comadre Lea, como presidente do sindicato, ela vai juntar mais uma comissão de mulheres para ver se resgata pelo menos as filhas dessas mulheres para não parar tudo de uma vez, cada um vai fazer nas suas casas quando precisar e esse povo novo não vai aprender a fazer o lambedor. Fazer alguma coisa para futuramente quando esses mais velhos pararem, morrerem, não tem quem faça mais o lambedor, não tem quem faça uma garrafada, um sabonete para sarna, essas coisas. O sabonete de aroeira é passado até pelo médico para coceira, mas o povo não quer fazer, não se interessa, e se esses mais velhos morrer, quem é que vai fazer? Vai acabando a cultura.”, Maria Inês em entrevista concedida em sua casa.

Considero que esse caráter seletivo, “*são sempre as mesmas*”, e afetivo das redes de trocas de conhecimento e dos mutirões não deve ser entendido como um problema ou limitação, mas como uma característica marcante desse tipo de participação, baseada nas relações de prestações de ajuda mútuas. A ampliação do “trabalho” depende da multiplicação de polos de mobilização e disseminação desses saberes, como a adesão de novas comunidades aos STRs e de novos STRs à rede sociotécnica. Essa rede precisa apresentar soluções, que podem ser de infraestrutura produtiva, como, por exemplo, o acesso à água, para os problemas enfrentados pelos agricultores e, sobretudo, pelas agricultoras no que diz respeito ao consentimento dos maridos. Além dessas limitações, o trabalho feminino nas hortas e com as plantas medicinais concorre com os cuidados demandados pela família, as tarefas domésticas e muitas outras atividades produtivas realizadas pelas mulheres, como o trabalho no próprio roçado ou no roçado de vizinhos.

Em Massaranduba, uma das estratégias do STR para despertar o interesse de novas integrantes foi oferecer oficinas de artesanato que possam capacitar as mulheres a fazerem produtos para vender, uma clara estratégia que mistura a sociabilidade e a inserção das mulheres em um modelo econômico que transcende o modelo “autosustentado” da agricultura familiar, permitindo a geração de renda.

“Ensina crochê, a fazer flor, ensina vários tipos de atividade. Como a Ana, que faz o sabonete de Nim, de melão de São Caetano, faz garrafada, faz crochê, faz aqueles artesanatos que você viu na feira do agricultor. Foi tudo desenvolvido no sindicato.”, Maria Inês em entrevista concedida em sua casa.

Outro bem cuja circulação começa no sindicato são os remédios e a multimistura produzidos em mutirão a cada dois meses. Grande parte do material necessário, como as sementes de girassol, amendoim, açúcar e os diferentes tipos de farinha, é comprada pelo sindicato. As folhas para o preparo de remédios e até mesmo da multimistura costumam vir de quintais e roçados, seja das participantes, seja de seus vizinhos.

A circulação e distribuição de mudas de plantas medicinais e árvores frutíferas é também uma estratégia de atrair novas participantes às redes de solidariedade e troca de saberes, acontece de forma organizada em eventos promovidos pelos STRs (visitas de intercâmbio, festas e oficinas) e de forma espontânea, quase obrigatória nas visitas, individuais ou coletivas.

Em Solânea, a dinâmica da produção e circulação de remédios é diferente. A manipulação das plantas medicinais e o preparo de xaropes, lambedores e sabonetes não acontece no sindicato, mas na sede da Ongifa ou fica restrito à casa das próprias mulheres de acordo com demandas individuais de vizinhos e familiares. As plantas também são trazidas de quintais e roçados, como o de Maria Isabel, ou até mesmo compradas na feira. Por já ser reconhecida como uma referência nos cuidados com a saúde e pelo cultivo de plantas, ela é freqüentemente solicitada para fornecer plantas frescas, como poejo, e até mesmo produzir lambedores e garrafadas para vizinhos em sua própria casa. É na vizinhança que acontecem as trocas de mudas com maior freqüência. Muitas das plantas de Isabel foram trazidas de canteiros que já não existem mais. Suas plantas são cultivadas em pequenos sacos plásticos, que, segundo ela, “é mais fácil de aguar”, o que também faz com que estejam prontas para doação.

Mulheres no sindicato

O fortalecimento da participação feminina em espaços políticos, como os STRs, e nos projetos de desenvolvimento implementados em parceria pelos STRs, ONGs e até mesmo representantes do poder público (EMATER, ATER, etc) é uma das estratégias de combate à pobreza e a fome na região. Conforme ressalta M. Carneiro (1994), a presença feminina em movimentos sociais no campo não é um fenômeno recente. Entretanto, é somente a partir da década de 80 que a condição de gênero ganha maior destaque (CARNEIRO, 1994:11).

A mobilização das mulheres, a construção da identidade como trabalhadoras rurais é um dos eixos dos projetos de desenvolvimento local realizados pelos sindicatos com o apoio das ONGs. A ocupação desses espaços de decisão por mulheres é resultado de anos de construção de legitimidade de lideranças femininas em meio a um universo predominantemente masculino. Em 2011, o STR de Massaranduba era presidido por Lea e Maria Isabel fazia parte da direção do STR de Solânea. Essa participação é estratégica para ao sucesso do modelo de produção e desenvolvimento escolhido e o incentivo ao debate e à retomada do cultivo de plantas medicinais é identificado pelos técnicos e integrantes das ONGs como um fator de mobilização das mulheres, um estímulo à aproximação com os sindicatos.

“A ideia é fazer a troca de conhecimento para o sindicato de Remígio e para todos. É um tema que mobiliza muito as mulheres, é um tema onde elas conseguem sair de casa, é um tema que elas dominam, a gente tem tido uma porta aberta para conseguir trazer essa s mulheres para o trabalho”, Giselda, do STR de Remígio, em reunião da Comissão durante o Encontro do Polo.

P. Capellin (1994) reforça a emergência das questões de gênero sobre as questões de classe como um fenômeno que se inicia os anos 80 e que é acompanhado por uma resignificação do “feminino”.

“Em meados dos anos 80 uma outra dimensão emerge como temário das trabalhadoras urbanas e rurais: os elos e os impasses da articulação entre o mercado de trabalho e a família. A própria autodenominação de muitos grupos "movimentos de mulheres trabalhadoras" é expressão do interesse em manter unidos, na diferença, dois papéis sociais que foram até pouco tempo atrás considerados opositivos aos olhos de um suposto bem-estar da família. Esta autodenominação é sinal também do interesse de repensar algumas imagens do movimento operário que priorizavam a contradição de classe sobre a discriminação de gênero. Assim a feminilidade é assumida como um conjunto de significados ligados ao exercício de diferentes papéis: de esposa, de mãe ou filha, ao lado da inserção no mercado de emprego”. (CAPELLIN, 1994:278)

A região faz parte da história da participação das mulheres em movimentos de trabalhadores do campo. Foi nesse mesmo Brejo Paraibano onde viveu e atuou a líder sindical Margarida Alves, eleita para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (um dos sindicatos que atualmente integra o Polo Sindical da Borborema) em 1973, reeleita em 76, 79 e 82. Mesmo sem um impeditivo legal, havia resistência dos sindicatos rurais em filiarem mulheres e absorverem em seus quadros de direção, uma das alegações era de que a mensalidade poderia prejudicar a renda familiar”(CARNEIRO, 1994:12).

A construção da identidade de trabalhadora rural e o reconhecimento da condição desigual da mulher como uma construção social dos papéis de gênero não significou o abandono dos papéis tradicionais femininos de mãe, de cuidadora e de responsável pelo trabalho doméstico. Se por um lado, na experiência sindical ainda permanecem as contradições entre modelos de emancipação e igualdade e os papéis de gênero tradicionais, por outro lança luzes sobre um universo subjetivo, o trabalho doméstico e as experiências individuais cotidianas.

“A incorporação desta renovada perspectiva feminista sugere às trabalhadoras o resgate das referências culturais que permeiam a reprodução das relações de dominação na sociedade. Mais ainda, esta perspectiva incentiva a compreensão da necessidade de olhar de perto a experiência individual, não só nos locais públicos de trabalho, mas nos próprios lares, para valorizar o significado social das tarefas domésticas. Ao recuperar a abordagem feminista sobre a subjetividade, as trabalhadoras também introduzem a articulação entre as dinâmicas de exploração e as formas de dominação patriarcal. Mais ainda, a divisão sexual nos locais de produção é vinculada à divisão sexual do trabalho no lar. A partir deste conjunto vem sendo reconhecida a complexidade das pressões sociais sobre as trabalhadoras que podem limitar a preservação da atividade profissional, que podem até desestimular sua participação nas práticas sindicais e que às vezes fomentam a sua exclusão na disputa para a militância sindical. Aprofundando este ternário, emergente nos anos 80 entre as trabalhadoras, as mulheres rurais conseguem ir mais longe. Elas introduzem a análise crítica dos significados culturais e simbólicos para avaliar as assimetrias sexuais na unidade de produção familiar. São sobretudo elas que apontam como indispensável renovar na imagem de feminilidade os conteúdos de passividade, de submissão sexual, assim como a importância em visualizar a interligação entre os elos afetivos que vinculam os membros de uma família e a disparidade de poder nas tomadas de decisão econômicas ligadas à gestão da unidade de produção familiar. É aqui que se reforça a autoridade profissional masculina frente às responsabilidades femininas no seio do lar.” (CAPELLIN, 1994:280)

Os projetos desenvolvidos pelos sindicatos junto às ONGs revelam essa contradição: o espaço do trabalho feminino é nos arredores de casa. São elas que fazem a manutenção da água das cisternas (quando não há cisternas, são elas que buscam água, muitas vezes em locais distantes), dos pequenos animais e das hortas. Para as trabalhadoras rurais associadas aos sindicatos do Polo, nas principais reivindicações está o reconhecimento do trabalho feminino, ao invés de qualificá-lo somente como “ajuda ao marido”. Para além dos arredores de casa, há a possibilidade de participar de atividades nos próprios sindicatos, como cursos de capacitação, oficinas, reuniões e até atividades remuneradas (como a prestação de serviços para os próprios eventos dos sindicatos em atividades consideradas “femininas”, como a preparação de refeições e lanches, por exemplo). Entretanto, a ausência do lar costuma ser fonte de conflitos domésticos e na vizinhança, vencer a resistência de filhos e maridos é um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres trabalhadoras rurais que se envolvem em atividades dos STRs e ONGs. Inevitáveis, os conflitos introduzem novas temáticas na medida em que se problematiza o desequilíbrio entre os poderes públicos dos homens e os privados das mulheres, o machismo, por exemplo, passa a fazer parte da linguagem sindical. São então reavaliadas as atribuições diferenciadas entre os sexos: ser mãe, ser pai; ser esposa e ser chefe de família, ser dona-de-casa e ser trabalhador, ser educadora e ser representante ‘político da família’(CAPELLIN, 1994:281).

A mobilização das mulheres e sua participação em movimentos reivindicatórios face às condições socioeconômicas atuais, ampliam o coro de demandas dos trabalhadores rurais pelo direito à terra, acesso à água, a mercados e a modalidades específica de crédito rural, sobretudo diante das dificuldades de reprodução social da família, resultantes do endividamento, da dificuldade de ampliar o acesso à terra e expandir a produção. A organização do movimento de mulheres pode ser entendida como uma das estratégias para garantir um mínimo de segurança através do direito aos benefícios sociais (aposentadoria), como também é uma maneira de reforçar a luta do campesinato travada pelos sindicatos (Carneiro, 1994). Na medida em que as mulheres se tornam porta-vozes das reivindicações por melhorias nas condições de vida, comprometendo-se com a produção e a reprodução da família, também agregam demandas mais amplas por direitos sociais, em primeiro lugar, o direito ao trabalho digno e os benefícios sociais a ele relacionados.

“No caso da mulher rural, não se trata de reclamar por trabalho (ao contrário, ela não quer trabalhar “fora de casa”), mas de torná-lo visível, considerado socialmente como obrigação no exercício de seus papéis femininos. O desejo de ter uma profissão socialmente reconhecida é, principalmente entre as mulheres do Nordeste, uma pré-condição para que mudanças ocorram ao nível das relações homem-mulher, já que o seu trabalho, tanto dentro de casa como fora, não é valorizado.” (CARNEIRO, 1994)

É preciso problematizar a utilização da categoria trabalhadora rural por ONGs e sindicatos no campo, enquanto parte de um projeto político e de propostas de transformação social da qual elas fazem parte. “*A mulher no campo é pensada a partir de seu papel como ator político, ou seja, a partir de seu compromisso com uma determinada visão de participação no processo de transformação social que envolve lutas e reivindicações diversas*”(Carneiro, 1995). A organização e mobilização das mulheres, via associações de agricultores e sindicatos, é percebida como a o meio de romper o isolamento das mulheres e de conferir visibilidade a sua participação na produção. Desta forma, é enquanto trabalhadora, e, não, como esposa de agricultor ou dona de casa, que as mulheres conseguem acessar “direitos” e a própria “cidadania”. M. Carneiro (1995) ainda chama a atenção para o caráter universalizante dessa categoria:

“Se, de um lado, a ênfase no aspecto produtivo se justifica politicamente pela necessidade de garantir direitos sociais em relação ao Estado, sobretudo os previdenciários, de outro exclui a possibilidade de pensar e enxergar a mulher como sujeito de ações diversificadas com inserções sociais que não estão, necessariamente, vinculadas à sua condição de produtora.” (CARNEIRO, 1995)

Trabalho – definindo o que faz a mulher

A atividade relacionada ao cultivo, manejo e uso de plantas medicinais é categorizada por essas mulheres paraibanas como trabalho, que acontece tanto no ambiente doméstico quanto público, e está inserida na variedade de projetos produtivos para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares coordenados por ONGs e sindicatos. Desta forma, é preciso compreender essa atividade dentro do sistema produtivo da agricultura familiar. Assim como outras atividades produtivas para o autoconsumo que dependem exclusivamente do trabalho das mulheres, cultivar plantas e preparar remédios não se traduz como uma fonte de renda para essas famílias.

É por meio da afirmação da identidade como trabalhadora rural que essas mulheres se envolvem nas atividades coletivas de aprendizado e manejo de plantas medicinais. Inseridas em atividades promovidas via sindicato, as atividades produtivas que antes estavam inseridas no sistema econômico da agricultura familiar passam a ser destacadas como um trabalho específico, não mais excluindo as mulheres do processo produtivo. Para Maria Isabel, conhecer e cultivar dezenas de plantas medicinais confere um significado especial para sua vida.

“Hoje, não tenho palavras para falar. Se eu não tivesse me envolvido nesse trabalho das plantas medicinais, de sair para as reuniões, eu não sei o quer era de mim. Mas agradeço a Deus por ter me envolvido nesse trabalho excelente, mas que no início foi muito difícil para mim. A minha família não me apoiava, fico emocionada, foi difícil. Cheguei a pensar que minha vida não tinha mais sentido. Se não fosse por esse trabalho, não sei o que seria de mim.” Maria Isabel, em entrevista concedida em sua casa.

Cuidar das plantas, preparar remédios, visitar outros agricultores, receber visitas de outros grupos e freqüentar as reuniões é trabalho. A participação requer a ausência do ambiente doméstico, o que provoca conflitos e questionamentos por parte de familiares, tendo em vista que a responsabilidade por todas as tarefas domésticas (lavagem de roupa, abastecimento de água, cuidado com animais e hortas ao redor de casa, preparo de refeições, compra de mantimentos) é da mulher.

Ainda que o “trabalho” não seja remunerado, a experiência de sociabilidade, como viagens, reuniões e visitas, e o aprendizado relativo a práticas da agricultura familiar é percebido como uma recompensa. “*Às vezes, as pessoas só trabalham se tiver o dinheiro na hora. A gente ganha o conhecimento, a amizade... O conhecimento, às vezes, faz com que a gente viva bem*” (Maria Isabel). É na passagem da dimensão privada para a pública que a “recompensa” pela participação em movimentos sociais é percebida. E. Durham (2004:290) chama a atenção para a “extraordinária freqüência” de depoimentos como o de Maria Isabel nesse meio. Embora elas próprias reconheçam que mesmo sem remuneração, o “trabalho” recompensa, nem sempre o mesmo é percebido pelas famílias e maridos. Na base desse conflito entre os resultados concretos (construção de cisternas, cercados, compra de animais para criação, cultivo de hortaliças) e os subjetivos (conhecimento, amizade e reconhecimento enquanto detentoras de saberes), pode estar a ênfase no conteúdo econômico e político baseada em um *bias produtivista*, conforme ressalta M. Carneiro.

“O bias produtivista que predomina na construção da identidade da mulher rural tem como subseqüência a afirmação da situação de dupla exploração da força de trabalho feminina, na medida em que legitima e sustenta a inserção da mulher na produção sem que esse esforço seja acompanhado por um questionamento da divisão sexual do trabalho doméstico de maneira a liberar a mulher de parte de suas atribuições” (CARNEIRO, 1995).

Transitando entre família, Igreja e Sindicato e ONGs

É a partir da adesão ao projeto de convivência com o semi-árido que as histórias de Maria Inês e Maria Isabel se cruzam, embora sejam distintas a relação de cada uma com os respectivos sindicatos e as formas de apoio familiar. Enquanto para Maria Isabel participar das atividades do sindicato e da diretoria criava conflitos com a família, para Maria Inês foi a partir do envolvimento da família que a relação se intensificou. Em ambos os casos, a perspectiva de melhorias nas condições de infraestrutura da propriedade, como a construção de cisternas, foi determinante para a participação e a permanência nos projetos.

“Meu marido sempre trabalhou na agricultura e não queria aceitar que eu participasse das reuniões. Como eu comecei a participar, às vezes era a semana inteira nas formações. Por exemplo, fui a Remanso de Bahia duas vezes, Cajazeiras, isso era a semana inteira. Quando eu chegava em casa era muito difícil. Mas hoje, graças a Deus, mudou muito mesmo, hoje me sinto realizada. Até porque enfrentei a batalha, agradeço a Deus e a meu marido também, com muita luta, foi luta. Ele chegou a correr comigo de casa. Não, nem sai de casa, nem deixei o trabalho. E graças a Deus, hoje ele aceitou. Quando ele está com problema de saúde, ele diz, vai fazer um remedinho de suas plantas. Outro dia, na brincadeira, disse, tá vendo? Ele me chama de doutora. Você não falava porque eu ia para os intercâmbios, agora está resolvendo os nossos problemas.”, Maria Isabel em entrevista concedida em sua casa.

“Quantas vezes deixei essa casa de pernas pro ar e fui embora para conseguir essa cisterna, só fui por causa de João. Porque ele falava, ‘vá, mãe’, porque ninguém dava força não”, Maria Inês em entrevista concedida em sua casa.

Elas transitam entre os universos doméstico e público, da casa para o mundo. Para Isabel, suas andanças podem demandar uma semana de ausência ou alguns dias, isso não diminui sua disponibilidade e disposição para freqüentar reuniões e formações. Ela já esteve em diversos estados da região Nordeste, no Sudeste, e freqüentemente recebe visitas em sua casa. O marido atualmente se resigna, “*Minha mulher não tem tempo, anda no mundo com os trabalhos dela*”. Entretanto, embora já tenha se ausentado na época em que a mãe idosa demandava cuidados intensos (que ficara a cargo da filha mais velha), nem sempre os cuidados com a família ficam em segundo plano na hora de aceitar convites. Ela declinou a participação, por exemplo, na Marcha das Margaridas de 2011, uma caravana de trabalhadoras rurais organizadas pelos sindicatos que percorre Brasília anualmente. O tipo de viagem, com acomodações precárias em alojamentos, com vários dias de duração, tornavam difícil que ela viajasse e companhia do filho mais novo, Paulo, de 15 anos, ainda muito dependente da mãe.

Inês evita participar de atividades que sejam muito distantes e demandem viajar. Embora tenha disponibilidade para trabalhar voluntariamente um dia inteiro no sindicato na produção de remédios caseiros, multimistura ou até mesmo cozinhando almoço e lanche das crianças nos dias de mutirão.

“Se vai ter um encontro, por exemplo, na sexta-feira, eu já me preparo, se tiver uma maniva para plantar, eu planto logo, se eu tiver feijão para plantar, eu planto. Quando for no dia seguinte, vou cuidar de comida, deixo tudo pronto e, aí, vou para minha atividade. No outro dia, o que ficar para fazer em casa, tem a semana toda. Porque isso não é a semana inteira, multimistura, para fazer, é um dia, se tiver muita gente para fazer, é menos de um dia. Se for garrafada, um lambedor, também é um dia, não é a vida toda”, Maria Inês em entrevista concedida em sua casa.

Participar dessas atividades, seja no sindicato, seja em outras cidades, não as exime de suas responsabilidades domésticas. Cada uma elabora estratégias para poder se ausentar e participar das visitas. A rotina diária de Maria Isabel é intensa e ágil. Ela se levanta diariamente por volta das 4h30 da manhã/ 5h e começa sua prática diária de acender o fogo, colocar o feijão para cozinhar, matar a galinha, se for necessário, fazer o café, ir para o roçado, ir lavar duas tinas de roupa na Loca, o tanque de pedra localizado a cerca de trezentos metros de sua casa. “São dois roçados”, diz ela, referindo-se aos locais onde cultiva alimentos e plantas medicinais.

“Eu nunca tenho férias, dona de casa já viu como é que é... No sábado, no domingo, ensino catecismo, crisma, o trabalho é gratificante para mim, porque só traz benefícios para a gente. Às vezes as pessoas só trabalham se tiver o dinheiro na hora, a gente ganha o conhecimento, a amizade, o conhecimento, às vezes, faz com que a gente viva bem. Quando eu era jovem, tinha vontade de viajar, papai não deixava, graças a Deus, hoje , estou com essa possibilidade, através das viagens que faço. Quando eu era solteira, jovem, não tive chance, hoje estou tendo. Durante a semana é difícil eu parar em casa,de segunda a domingo. Depois de velha, estou tendo, me sinto muito feliz, era meu sonho, ainda falta aprender a tocar violão, mas um dia eu vou aprender, meu sonho era baixo, não era muito alto não.” Maria Isabel em entrevista concedida em sua casa.

Ausentar-se para participar de atividades do sindicato, formações e até mesmo viajar, significa deixar de lado e acumular as atividades domésticas ou ainda, tentar, na medida do possível, deixar tudo encaminhado, como um feijão já pronto.

“Durante a semana eu não sei em quantas eu me viro. Porque tem o trabalho do roçado, tem o trabalho da casa. inclusive a casa eu deixo, que só Deus sabe. É muito trabalho numa casa. (...) É muitas coisas para fazer na faxina , nas plantas, e o tempo é pouco. Vou na mata buscar estrume para fazer as mudas, as mudas eu faço, porque na época da seca economiza água e agora eu recebi a cisterna calçadão, agora é dois espaços. (...)Aí tem coentro, tem pimentão, tem alface, ao redor da cisterna. É muito trabalho para mim. Só é eu em meu marido, meu marido vai pro roçado, ele não me ajuda nas plantas.”, Maria Isabel, em entrevista concedida em sua casa.

São recorrentes os relatos de diferentes trabalhadoras rurais ligadas ao Polo Sindical da Borborema, sobre como a participação de atividades de formação os sindicatos enfrentou a resistência de familiares e maridos. Uma das parceiras de Maria Isabel em sua região, Zue, é enfática quando perguntada qual é maior dificuldade enfrentada pelas mulheres.

“Os maridos [risada]. Eu digo os maridos porque, na maioria das vezes, conversando nos encontros, sempre as mulheres que participam falam que a dificuldade maior são os maridos. Porque não querem ficar em casa só, porque não querem fazer comida, para a mulher passar dois ou três dias fora de casa. Então, a maior dificuldade de tudo isso é os maridos”, Zue, em entrevista concedida em sua residência.

A princípio, as técnicas de cultivo agroecológico, que prescindem do uso de agrotóxicos e adubos químicos, foram questionadas em sua eficácia e sofreram resistência por parte de muitos agricultores, até mesmo por serem experimentais. Somente com os resultados obtidos por grupos de “agricultores experimentadores” é que foram ganhando legitimidade. Aqueles que aceitam por em prática as inovações aprendidas em eventos de formação são constantemente considerados “malucos” até que suas iniciativas apresentassem resultados positivos. A esse componente de resistência à inovação, no caso dos arredores de casa e das plantas medicinais, é preciso acrescentar a questão específica de gênero que é e a atitude de familiares e maridos. Há casos em que houve mudança da resistência para a aceitação e, em alguns casos, até para a adesão ao projeto produtivo da mulher.

Entre as experiências relatadas das agricultoras do Polo Sindical da Borborema, a geração de renda, e a conseqüente autonomia financeira em relação aos maridos, é destacada nos materiais produzidos, como vídeos e boletins. Embora esse seja o caso de algumas agricultoras, como Wanda, também integrante da Comissão Saúde e Alimentação e de Dona Irene, a autonomia financeira a partir de uma atividade realizada pela mulher não é um padrão. A história de Wanda inclui desde a conquista de um lote de reforma agrária, a luta com o poder público via sindicato por melhores condições de moradia para os assentados (durante anos foram vizinhos de um lixão), até a produção e comercialização de derivados de leite em uma feira agroecológica. A história de Dona Irene também está ligada às plantas, mas estas são ornamentais, que passaram a ser cultivadas e vendidas na feira, o que transformou o perfil produtivo de sua propriedade. Atualmente, o marido aderiu à atividade produtiva iniciada pela esposa.

Em outro informativo produzido pelo Polo Sindical da Borborema sobre a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, uma das mobilizações pelo Dia Internacional da Mulher, são destacados os discursos sobre a importância do enfrentamento do machismo e da reafirmação da inserção das mulheres no trabalho e na luta sindical.

“Foi através desses ensinamentos que botei minha filha para estudar, para trabalhar na enxada e continuei com elas na luta, por isso elas estão hoje aqui comigo, na luta. Eu digo a você, se todas as mulheres não baixassem a cabeça para os maridos, digo que vale a pena participar. Por isso ensino a todas as jovens, quando casar, dizer logo para o marido: nós nos amamos, nós nos queremos bem, mas quando eu for fazer minhas viagens, quando for viajar, você não pode me impedir de ir”( Terezinha, agricultora de Solânea e integrante da Comissão Saúde e Alimentação)

E para além do machismo, outras questões relativas à desigualdade, como discriminação racial, emergem como questões cruciais para a emancipação dos trabalhadores e das mulheres.

“Eu fui muito humilhada porque eu sou mulher, negra e agricultora. Eu estava cursando a 5ª série no colégio quando fui humilhada porque morava no sítio, porque eu era negra, eu tive que deixar o meu estudo porque já não aguentava mais tanta humilhação. Eu fui muito discriminada na minha vida. Eu sofri tanto que chegou a um ponto de eu mesma ter discriminação comigo. Chegou a um ponto de eu ficar dentro de casa e ter vergonha de sair. Eu sofri demais até o dia que falei: vou colocar um ponto final. E comecei a sair para reunião. Meu esposo não queria deixar não. Fui, cheguei lá, participei. Fiquei lá calada no canto e pensei: porque a gente tem que ficar só na cozinha e não pode participar de reunião? Então eu conquistei minha liberdade com meu marido.” Tereziana, agricultora, na Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia, março de 2010.

Sem dúvida, essas mulheres já se apropriaram de uma série de discussões relativas à igualdade de gênero e são capazes de avaliar sua própria realidade de forma crítica. Foi justamente a clareza com que debatam temas delicados, como a violência doméstica, que demonstram que se, aparentemente, elas estão presas ao modelo da família conjugal, existe uma transformação em curso, uma desnaturalização dos papéis de gênero e das relações de poder. Durante uma visita de intercâmbiuo de experiências que as integrantes da Comissão Saúde e Alimentação realizaram ao sítio de Maria Inês, uma interessante conversa se travou na cozinha.

Maria Inês - O dia todinho eu estou aqui nessa cozinha de lenha, quando eu tenho um espaço, eu vou para o roçado, porque eu odeio o trabalho de casa, Deus me perdoe. Você chega na cozinha, tem o que fazer, volta para a sala, tem o que fazer, e não acaba! É uma coisa que nem a cantiga do grilo, direto. E no roçado, você está fazendo as coisas e vendo o efeito, está arrumando o que comer, está arrancando o mato, se está plantando, você começa aqui, quando você pensa que não, já está acolá. E a casa não, meu Deus, a vida da mulher se consome numa casa, num tanque e numa pia.

Maria Isabel - O homem tem o coração muito ruim...

Maria Inês - Se meu marido não e desse valor, eu nem por um diabo eu vivia com um homem. Eu nasci para ser mulher e não para ser escrava. Meu marido pega lavagem para porco, faz o pesado, faz fogo, varre casa, eu não sou escrava. Tem homem que faz da mulher escrava, meus filhos nem cueca deles eu lavo, eles é que lavam. É verdade. Cuidar da comida, da roupinha lavada e tem homem que ainda mete o pau nas mulheres. Não sei porque essa lei Maria da Penha, só para ter o nome, morre mulher todo dia no cacete. Você liga o jornal, o marido matou, o pai...

Wanda - Elas sofrem caladas e não tem coragem de denunciar.

Maria Inês - E quando denuncia, não tem jeito, eles precisam ter um comprovante e o comprovante é a defunta. Não sei para quê.

Wanda - Muitas se preocupam com o que é que a sociedade vai pensar delas e ficam caladas sofrendo.

Maria Inês - Eu não passo o que minha mãe passou, o que eu vi minha mãe passar, jamais.”

Embora o modelo da família conjugal ainda seja dominante entre as mulheres do agreste paraibano, está claro que um novo modelo de família emerge como desejável e possível.

“A autoridade marital pode enfim implodir deixando parecer a emergência das crises, da censura de propostas, de projetos, o lento superar das indecisões, os provisórios e frágeis consentimentos. A formação do projeto familiar é um processo complexo porque evidencia a diversidade de propostas que se confrontam, algumas podendo ser abandonadas, podendo não ser aceitas, podendo não conseguir aglutinar os diferentes membros da família. Cabe à família, conjunto de subjetividades diversas, formular estratégias que possam responder às necessidades, às expectativas, aos desejos de todos os seus membros. Neste contexto é legitimo reconhecer finalmente as distintas alternativas, ricas de referências individuais. Pertencer a um sexo é, a partir desta crise da tradicional assimetria entre os sexos, uma realidade cultural que estimula a formação da identidade não mais fechada a um único padrão de orientações”.(CAPELLIN, 1994:281).

4. Conclusão

“Ao fazer esse remédio sinto uma paz muito grande dentro de mim, porque vai trazer saude para as pessoas, isso a gente faz não pelo dinheiro, mas por amor e com amor. Eu amo fazer isso aqui, só faz 10 anos que eu faço.” Zue

A prática de mulheres como Maria Isabel, Maria Inês e tantas outras integrantes das comissões de mulheres dos STRs que fazem parte do Polo Sindical da Borborema priduz efeitos que vão muito além da economia que a escolha por remédios caseiros possa representar. Essa dimensão prática que em parte justifica a ação dessas mulheres é somente um dos aspectos desse fenômeno cultural.

Ao analisarmos o processo de “resgate” do conhecimento sobre plantas medicinais - tendo como principal agente as mulheres, mas também sindicatos, ONGs, assessores técnicos, agricultores, religiosos, etc – é possível perceber a reelaboração de um sistema simbólico, na qual a relação homem x natureza é resignificada. Ao retomar práticas de cuidados com a saúde, com os animais e com a terra consideradas tradicionais, essas trabalhadoras rurais implementam formas de resistência a situações de dominação em diferentes instâncias. Na dimensão prática e econômica, poupam recursos escassos com gastos com “remédios de farmácia” (“dar esses xaropes de farmácia para os filhos, é o mesmo que dar água do pote”, como disse uma agricultora) e insumos químicos como fertilizantes pesticidas. Além de exercerem uma resistência a modelos produtivos globais dominantes, tanto na agricultura quanto nos cuidados com a saúde (marcados pela tendência à medicalização e à assistência individual em detrimento de práticas de prevenção), elas constroem uma identidade positiva para si próprias e redefinem seus papéis enquanto sujeitos.

“Provocou que deixou as mulheres mais inteligentes, porque a gente mulher tem um problema de sair de casa , ficava só na beira do fogão, lavando, cuidado de comida, no roçado, e agora pelo menos a gente vai conhecer gente, se distrai aprende a fazer um remédio, aprende a fazer uma comida, aprende várias coisas e aprende a se envolver com as pessoas, porque era quase que nem uns bicho do mato, não tinha coragem para nada, era só dentro de casa. E agora a gente aprende a envolver mais com as pessoas, conversar. Falar sobre uma experiência, falar o que tem vontade de ter para o sitio, eu por exemplo não tinha água, tomava água de longe de cacimba, hoje já tenho minha cisterna”, Maria Inês em entrevista concedida em sua casa.

Sair de casa para participar de reuniões, mutirões, oficinas, ajudar um vizinho em necessidade são formas de reforçar estruturas de reciprocidade, mas são sobretudo formas de se recolocarem no mundo, de não mais serem “bichos do mato” e de fazerem circular dádiva. Desse movimento emerge uma identidade coletiva de mulheres guardiãs de saberes, um sujeito político coletivo sujos saberes são instrumentos de uma luta por poder. Se na Paraíba, a questão da desigualdade de gênero em algumas de suas manifestações ganha destaque nas falas das mulheres, no Rio de Janeiro, os grupos de mulheres estão às voltas com outro aspecto relacionado às práticas curativas: os limites legais para quem produz e receita remédios caseiros, daí a “manipulação simbólica” (DURHAM, 274: 2004) dos grupos fluminenses ser construída no campo da cultura e sua reivindicação ser o reconhecimento como patrimônio imaterial.

A dimensão local dessas práticas no agreste paraibano aponta para a emergência das questões relativas à igualdade de gênero, sinal que há um profundo processo de transformação em curso nas relações familiares, nas relações produtivas e na relação com o meio ambiente.

O processo de “resgate” desses conhecimentos, conforme verifiquei em minha pesquisa e está evidente nas falas das agricultoras, é um processo de circulação e atualização desses conhecimentos. A fonte desses saberes tanto pode ser a memória e a herança familiar de hábitos alimentares e de cuidados com a saúde, com pode ser oficinas com profissionais de saúde e especialistas.

5. Bibliografia

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. Estudos Feministas, n°

especial, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

CARNEIRO, Maria José. Rural como categoria de pensamento. Ruris, vol., nº1, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho 1994: 11-22.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista de Estudos Feministas, 2001, vol.9, no.1, p.22-55.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 1989.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico*. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 1997.

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Desenvolvimento, mercado e política sociais em

comunidades camponesas no Estado da Paraíba. Revista IDeAS, v.5, n. 1, p.249-273, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

INGOLD, Tim & KURTTILLA, Terhi. *Perceiving the environment in Finish Lapland*. Body Society, 2000.

SABOURIN, Eric Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 37-61.

SILVEIRA, Luciano M.; FREIRE, Adriana G., DINIZ, Paulo C. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. Revista Agriculturas, v.7, nº1, 2010.

WOORTMANN, Ellen F.. Método comparativo, família e parentesco: Algumas discussões e perspectivas. Revista Anthropológicas, ano 9, volume 16(1): 87-108 (2005)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações In Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; 2009.

003)

**CERCAS QUE SE LEVANTAM: ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM QUATRO ANOS DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA - Maria Terezinha Nunes**

O presente artigo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos na pesquisa de mestrado que realizei no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, pela qual busquei conhecer as práticas judiciárias nos casos de violência doméstica contra a mulher, a partir de análise das decisões definitivas do Superior Tribunal de Justiça, nos primeiros quatro anos de vigência da Lei Maria da Penha, criada especificamente para esses casos.

A Lei Maria da Penha, originalmente pensada por segmentos feministas, ao ser publicada, sofreu imensas resistências dos operadores do direito no âmbito do Poder Judiciário, em especial, porque confere tutela específica à mulher no contexto de violência doméstico-familiar, afasta a aplicação da Lei nº 9.099/95, prevê a criação de um Juízo especializado a esses casos e prevê procedimentos específicos, como um extenso rol de medidas protetivas de urgência para a proteção das mulheres em situação de violência. Contudo, em aparente paradoxo, a Lei busca o engajamento dos operadores do direito na efetivação de um dos serviços de atendimento no âmbito do Poder Judiciário, essencial à rede de proteção às mulheres em situação de violência. Diante desse cenário, torna-se importante saber se a atuação dos operadores do direito, em especial dos magistrados, está se voltando para assegurar a proteção das mulheres em contexto de violência doméstica, em todas as instâncias judiciárias, conforme determina a Lei Maria da Penha.

Com a presente pesquisa, pretendeu-se alcançar apenas as práticas de alguns órgãos do Poder Judiciário: o Superior Tribunal de Justiça e aqueles que emergirem de suas decisões definitivas. A escolha do STJ deveu-se ao fato de que esse órgão passou a protagonizar papel importante na interpretação da Lei Maria da Penha, pela sua competência constitucional em dirimir conflitos de interpretação entre duas Leis Federais, Lei nº 9.099/95 e a Lei nº 11.340/2006, pela força simbólica e extraordinário alcance de suas decisões para as demais instâncias judiciárias. Assim, a cada decisão, seja individual (monocrática) ou coletiva (acórdão), os ministros e ministras do STJ vem repassando seu reposicionamento às demais instâncias ou “moldando” a interpretação desta nova Lei de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa foi conhecer as práticas judiciárias nos primeiros quatro anos de vigência da Lei Maria da Penha, a partir da análise das decisões definitivas do STJ nesses casos. Como objetivo específico, buscou-se fazer emergir alguns dos entraves na aplicação da Lei Maria da Penha; trazer e analisar as respostas do STJ a essas questões; avaliar os reflexos para as mulheres em situação de violência; avaliar os reflexos para a rede de enfrentamento desta violência.

3. METODOLOGIA

A pesquisa constituiu-se de um estudo exploratório, com ênfase na parte empírica de análise das decisões. Para a análise, foi utilizada a técnica de análise prática documental, a partir de uma abordagem quantitativa, em relação às características dos processos sobre os quais se referem as decisões do STJ, e outra qualitativa sobre os argumentos expendidos nessas decisões. A análise qualitativa foi realizada sobre os argumentos, na origem, assim entendidos aqueles utilizados para levar a causa ao STJ; e sobre os argumentos dos Ministros e Ministras para decidir a causa.

Considerando que as informações referentes às partes envolvidas nas decisões são sucintas, apenas o marcador de gênero foi analisado. Contudo, não constitui objetivo da pesquisa destacar individualmente os julgadores. O interesse deste estudo centrou–se no papel institucional do STJ, como órgão essencial do Poder Judiciário na aplicação e efetivação da Lei Maria da Penha e mudança de paradigma na compreensão da violência doméstica contra a mulher como violação de direitos humanos. Assim, a interpretação dos dados terá por base o conceito de Gênero de Joan Scott (1988) como “elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e gênero como uma forma primeira de significar as relações de poder.

A análise prática documental tem sido utilizada em pesquisas que analisam o sistema de justiça, como são exemplos os trabalhos de Grosner (2008) e Silva (2010), em abordagens quantitativa e/ou qualitativa. Diferente desses trabalhos, a presente pesquisa trabalhou todas as decisões do STJ, na esfera penal, no período de 22/09/2006 a 22/09/2010, referentes aos casos de violência doméstica contra a mulher. Para coleta dos dados na base jurisprudencial do Tribunal, foi adotado o método de pesquisa conjugada para resgatar as decisões pela referência legislativa: número e nome da Lei Maria da Penha; definição legal “violência doméstica e familiar” e órgão julgador, resultando no seguinte critério de pesquisa:

*lei @ref="11340" ou (lei prox5 ("11340"$ ou "11.340"$)) ou (lei adj2 maria adj2 penha) ou violencia prox5 (domestica ou familia$) e (5t.org. ou 6t.org. ou 3s.org.)*

O critério acima foi incluído no campo “livre” de pesquisa de Jurisprudência do STJ ([www.stj.jus.br/SCON/](http://www.stj.jus.br/SCON/)), inserindo-se a *data de publicação* de início 22/09/2006 e final 22/09/2010, no campo referente ao período pesquisado. Assim, foram obtidas 70 decisões coletivas (acórdãos) e 648 individuais (monocráticas), totalizando 718 documentos. Tendo em vista o propósito da pesquisa de analisar as decisões definitivas com análise de mérito, ou seja, aquelas que mereceram maior argumentação para a decisão final, essa base de decisões passou por filtros. Após exclusão dessas decisões, a base documental ficou reduzida a 188 decisões, sendo submetidos à nova leitura para identificação da questão central discutida. Após leitura, sobressaíram três temas distintos de discussão:

* A definição de qual Juízo irá processar e julgar os casos de violência doméstica contra a mulher.
* A manutenção ou revogação das medidas protetivas de afastamento e de prisão preventiva.
* A (im) prescindibilidade da representação nos delitos lesão corporal contra a mulher.

Com relação ao primeiro eixo de discussão, esta pesquisa defende que, à semelhança do ocorrido nos anos oitenta, quando as feministas alertaram para as peculiaridades do crime de violência contra a mulher e pressionaram pela criação das delegacias especiais (GROSSI, 1994), a criação de um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal ou a prorrogação da competência das Varas Criminais, vem também cumprir o papel de tratar de uma forma diferenciada a prática desses delitos; agora, no âmbito do Poder Judiciário, conforme artigo 33 da LMP. Com relação ao segundo tema, cabe assinalar que a LMP deu novo comando à análise de pedidos de revogação de medidas protetivas de afastamento ou prisão preventiva, devendo ser levado em conta a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência, nos termos do artigo 313, inciso IV, do Código Penal. O terceiro tema aponta para a discussão de um fenômeno há muito identificado nos estudos feministas: o movimento “de idas e vindas” das mulheres para representar e, passado algum tempo, desistir da representação, popularmente conhecido como o dar “queixa” e retirar a “queixa”. A LMP, pelo seu artigo 16, confere nova leitura ao instituto da representação, nos casos de violência doméstica, “dificultando” a desistência pelas mulheres nessa situação.

As questões acima, mais recorrentes nas decisões do STJ, estão em estreita conexão com as inovações trazidas pela Lei Maria da Penha, para um tratamento especializado e diferenciado às mulheres em situação de violência no âmbito do Poder Judiciário. A presente pesquisa tem como pressuposto que a Lei Maria da Penha alterou substancialmente a forma pela qual o Judiciário deve atender os casos de violência contra a mulher, ao prever um novo Juizado Especializado e procedimentos específicos voltados para garantir a segurança da mulher em situação de violência, sendo, efetivamente, parte importante da rede de atendimento e apoio no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Assim, a base documental trabalhada passou a contar apenas com as decisões referentes aos temas acima, totalizando, ao final, 166 (cento e sessenta e seis documentos). Divididas as decisões em grupos, o primeiro Grupo concentrou 109 decisões, em Processos de Conflito de Competência. O Grupo II foi formado com as decisões acerca das medidas protetivas de afastamento e de prisão preventiva, totalizando 24 documentos, em processos de *Habeas Corpus* e Recurso Ordinário em *Habeas Corpus*. O Grupo III contou com 33 documentos, em Recurso Especial e *Habeas Corpus*.

Para preenchimento dos dados, foram criados instrumentos de pesquisa para cada grupo de decisões. Neles foram inseridos os dados referentes ao tipo de processo, tipo de decisão, ano da publicação, origem, quem recorreu ao STJ, argumentos na origem e no STJ, entre outros; e alguns dados, mais específicos, quanto ao tipo de delito, pessoa ofendida, medida protetiva, tipo da audiência, se houve representação, desistência (retratação). Os resultados da pesquisa, mostrados a seguir, serão apresentados por grupos de decisões, privilegiando-se a abordagem qualitativa dos dados.

4. RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

4.1 DECISÕES DO GRUPO I - ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS

Todas as 109 decisões do Grupo I tratavam de conflito negativo de competência, sendo a maioria deles referentes a conflito entre os Juízes das Varas Criminais e os Juízes dos Juizados Especiais Criminais (JECrims), um afirmando a competência do outro, para se esquivar de apreciar o caso, evidenciando a resistência das Varas Criminais em julgar delitos que anteriormente eram afetos aos JECrims. A negativa dos Juízes em analisar, de imediato, essas causas fragiliza uma parte essencial da rede de proteção às mulheres em situação de violência que depende, essencialmente, da atuação do Judiciário.

Houve predominância de casos envolvendo relacionamentos afetivos findos, notadamente contra ex-companheiras e ex-namoradas. Em contraposição a inúmeros casos de violência em que o homem é o ofensor, foram detectados apenas seis casos em que a mulher é a parte ofensora. Esses dados vêm ao encontro dos estudos que apontam a mulher como a mais atingida pela violência nas relações doméstico-familiares ou afetivas (AZEVEDO, 1985; GREGORI, 1993; MACHADO e DIAS, 2007). Não foram encontrados, neste Grupo, casos de violência doméstica em uniões homoafetivas.

**Tabela 1. Número de decisões do Grupo I pela pessoa ofendida**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pessoa ofendida/vínculo com o ofensor** | **Frequência** | **%** |
| Esposa | 8 | 7.27 |
| Ex-esposa | 1 | 0.91 |
| Companheira | 17 | 15.45 |
| Ex-companheira | 26 | 23.64 |
| Namorada | 2 | 1.82 |
| Ex-namorada | 14 | 12.73 |
| Mãe | 1 | 0.91 |
| Irmã | 6 | 5.45 |
| Filha | 0 | 0.00 |
| Outras (os) | 9 | 8.18 |
| Não informado | 26 | 23.64 |
| **Total** | **110** | **100.00%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota 1: Na categoria “outras (os)” constaram as seguintes pessoas ofendidas: filho (2); ex-sogra (1); ex-nora (1); sogro (1); sogra (1); tia (1); cunhada (2); ex-namorado (1).

Nota 2: Foram observados casos de violência envolvendo mais de uma pessoa ofendida.

Em relação ao tipo de violência, foi possível observar que os delitos ditos mais graves, como homicídio e estupro, pela baixa ocorrência (1 caso) não suscitam tantas dúvidas no Juízo de origem quanto a sua competência, porque, anteriormente à LMP, esses delitos já eram de competência das Varas Criminais/Tribunal do Júri. A maior ocorrência neste Grupo recai sobre os delitos de lesão corporal, ameaça e contravenções (vias de fato) os quais eram considerados de menor potencial ofensivo, sob a vigência da Lei nº 9.099/95, e dificilmente seguiam para a instância superior questionar a competência.

**Tabela 2. Número de decisões do Grupo I pelo tipo de violência**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipos de violência** | **Frequência** | **%** |
| Ameaça | 42 | 31.34 |
| Vias de fato | 41 | 30.60 |
| Lesão corporal ( Art. 129, § 9º CP) | 26 | 19.40 |
| Lesão corporal grave ( Art. 129, §§ 1º e 2º CP) | 0 | 0.00 |
| Injúria | 7 | 5.22 |
| Difamação | 4 | 2.99 |
| Calúnia | 1 | 0.75 |
| Estupro | 1 | 0.75 |
| Homicídio qualificado | 1 | 0.75 |
| Outros | 5 | 3.73 |
| Não informado | 6 | 4.48 |
| **Total** | **134** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota 1: Na classificação “outros” foram encontrados os seguintes delitos: Dano patrimonial; Desobediência; Violação de domicílio; Molestar e importunar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade (Artigos 61 e 65 da Lei das Contravenções).

Em relação ao tipo de decisão no STJ, constatou-se que esse Tribunal confirma a aplicação da Lei nº 11.340/2006, e, portanto, a competência das Varas Criminais em 79 casos submetidos a sua apreciação. No entanto, em 16 casos o STJ optou pela não aplicação da Lei Maria da Penha. Essas decisões tratam de relações entre namorados (2), ex-namorados (6), irmãs (1), ex-companheiros (2), e outros, cujas argumentações, conforme será mostrado adiante, imprimem um padrão restritivo na aplicação da LMP, encontrado, inclusive, nas decisões que declaram competente a Vara Criminal. O STJ decidiu pela competência dos Tribunais de Justiça do Estado (9 casos); pela competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar (5 casos) e um caso pela Vara Cível.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE OS ARGUMENTOS ENCONTRADOS NAS DECISÕES DO GRUPO I

A análise qualitativa do Grupo I será feita inicialmente sobre os argumentos dos dois Juízes que rejeitaram o caso de violência doméstica contra a mulher, na origem; após será feita a análise qualitativa dos argumentos dos Ministros (as) do STJ para decidir a questão. Ressalte-se, entretanto, que o objetivo pretendido não inclui análise comparativa, mas apresentar o panorama da divergência nos Juízos de origem sobre o qual as decisões do STJ irão incidir.

**4.2.1 O primeiro Juiz a se declarar incompetente**

**Tabela 3. Argumentos no Juízo Suscitado - o primeiro a se declarar incompetente**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos no Juízo de origem** | **Frequência** | **%** |
| Infração penal de menor potencial ofensivo | 25 | 20.16 |
| Artigo 41 da LMP não afasta a Lei 9.099/95 | 24 | 19.36 |
| Artigo 41 da LMP afasta a Lei 9.099/95 | 3 | 2.43 |
| Relação íntima de afeto não abrangida pela LMP | 14 | 11.29 |
| Relação íntima de afeto abrangida pela LMP | 5 | 4.03 |
| Inconstitucionalidade da LMP | 10 | 8.06 |
| Aplicável LMP | 10 | 8.06 |
| Aplicável Lei nº 9.099/95 | 9 | 7.26 |
| Inaplicável Lei nº 9.099/95 | 5 | 4.03 |
| Outros | 10 | 8.06 |
| Não informado | 9 | 7.26 |
| **Total** | **124** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota: Na classificação “outros” constam três referentes as “Resoluções dos Tribunais de Justiça” (3); e, pela baixa ocorrência, foram incluídos os seguintes: “Inaplicável LMP” (2); “LMP mais severa para proteger a família” (1); “Sujeitos não abrangidos pela LMP” (1); “Sujeitos abrangidos pela LMP”(3).

Tendo em vista a predominância de Conflitos instaurados entre as Varas Criminais e os JECrims (75 casos), a hipótese de trabalho é que partiram das Varas Criminais a maioria dos argumentos tendentes a rejeitar a aplicação da Lei Maria da Penha. Após consulta individualizada às decisões, confirmou-se essa hipótese, razão pela qual a análise qualitativa será realizada sobre os argumentos desses dois órgãos judiciários.

**4.2.1.1 Os argumentos das Varas Criminais**

Verificou-se que os argumentos que buscam refutar a aplicação da LMP ao caso concreto se dividiam em torno do “tipo de delito” e do “tipo de relação afetiva”. Assim, foram reordenados para análise, da seguinte forma:

I - inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha

II - relativos ao “tipo de delito”

- infração penal de menor potencial ofensivo

- O artigo 41 da Lei Maria da Penha não afasta a aplicação da Lei 9.099/95

III- relativos ao “tipo de relação afetiva”

- relação íntima não abrangida pela Lei Maria da Penha

O argumento “inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha” implica negativa de aplicação dessa Lei na totalidade ou parte de seus dispositivos. Considerando o grande debate travado sobre a constitucionalidade da LMP, a partir de sua publicação, a ocorrência desse argumento não foi tão expressiva no Grupo I quanto os argumentos que visam interpretar de forma restritiva a aplicação da LMP. Porém, a existência desse argumento revela que ainda remanescem dificuldades de alguns Juízes na compreensão de que essa Lei tem por objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres, estabelecendo mecanismos especiais para a proteção das mulheres, as mais atingidas pela violência que ocorre no espaço privado, doméstico-familiar. O excerto abaixo, extraído de um caso de ameaça de morte contra a esposa e o filho, amplamente transcrito na decisão do STJ, traz a lume essa dificuldade:

Bastaria a substituição das expressões “violência doméstica e familiar contra a mulher” por “violência doméstica e familiar” e não haveria discriminação alguma a ser reconhecida. Portanto, o legislador infraconstitucional foi mais longe ao discriminar as pessoas do sexo masculino, eis que não tiveram o mesmo tratamento [...]. (BRASIL, CC 105994-MG, DJ 14/8/2009, 2010b)

Em relação ao “tipo de delito”, sobressaiu o argumento de que os delitos praticados são de “menor potencial ofensivo”. Conforme mencionado anteriormente, a Lei 9.099/95, por medida de política criminal, definiu que os delitos com pena inferior a um ano, alterado, posteriormente, para dois anos, seriam classificados como infrações de menor potencial ofensivo. Considerando que os “tipos” de delitos mais incidentes neste Grupo de decisões (ameaça, vias de fato, injúria, difamação), tem a pena fixada em menos de dois anos, as Varas Criminais buscam, com esse argumento, afirmar a competência do JECrims a esses casos. Não se vislumbra em suas argumentações um indício sequer que remeta à compreensão de que se trata de crimes diferenciados e complexos, em função do contexto que envolve a violência, em especial pela relação de proximidade com o ofensor. Percebe-se um total descompromisso dos Juízes de origem aos recursos interpretativos ditados pela LMP quanto à observância das condições peculiares das mulheres em situação de violência e que essa violência constitui uma das formas de violação de direitos humanos (BRASIL, 2006, Art. 4º e 6º). Em geral, o argumento referente à suposta menor lesividade do crime praticado vem acompanhado de outro, marcadamente presente nestas decisões: o recurso interpretativo de que o artigo 41 da Lei Maria da Penha não afasta a aplicação da Lei nº 9.099/95. Conjugando-se esse argumento com o primeiro fica clara a mensagem desses Juízes de que “determinados” casos que chegam ao Judiciário são meras “querelas” domésticas, os quais, no máximo, devem ser submetidos aos JECrims, que já os tratam como casos de menor importância.

Em relação ao “tipo de relação afetiva” destacou-se o argumento de que o caso, sob análise, se tratava de “relação íntima não abrangida pela LMP”, no sentido de que esta não se aplica às relações afetivas passadas. Nos relacionamentos entre namorados e ex-namorados, podem ser encontrados argumentos mais contundentes para afastar a aplicação da Lei Maria da Penha. Nesses casos, nem relacionamento atual nem passado poderia ser albergado pela LMP, a exemplo do caso abaixo transcrito em que a ex-namorada, grávida, sofreu lesões corporais (Artigo 129, § 9º) e foram requeridas medidas protetivas urgentes, mereceu a seguinte argumentação do Juízo da Vara Criminal:

Em que pese parecer ministerial, tenho que o caso não se subsume como violência doméstica, da forma como preceitua a Lei 11.340/06, eis que os autos narram que o envolvimento entre as partes era de um “namoro” de sete meses. [...] querer que simples desavenças de namorados e ex-namorados sejam tipificados como crime de natureza doméstica, é, antes de mais nada, meio de abarrotar ainda mais a Justiça Comum com crimes/contravenções que nada tem de “doméstico”. (BRASIL, CC 92.591-MG, 2010b) (grifo nosso)

Verifica-se, no caso acima, a conjugação de dois argumentos para excluir a aplicação da Lei Maria da Penha: o primeiro é a desconsideração do crime cometido como conduta repreensível pela Justiça Penal, classificando-o como simples “desavença” e o outro, a desconsideração da “relação íntima” a ser protegida pela LMP. Ambos remetem o caso para o âmbito privado, antes de, formalmente, enviá-lo para o JECrim.

**4.2.2 O segundo Juiz a se declarar incompetente**

Os casos enviados pelas Varas Criminais para outro Juízo tinham como destinatários os JECrims (75 casos). Os JECrims, por sua vez, se declarando incompetentes, devolvem os casos as Varas de origem ou instauram o Conflito, enviando-os para o STJ. Os argumentos utilizados pelos juízes foram os seguintes:

**Tabela 4. Argumentos no Juízo Suscitante – o segundo a se declarar incompetente**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos no Juízo de origem** | **Frequência** | **%** |
| Artigo 41 da LMP afasta a Lei nº 9.099/95 | 24 | 18.60 |
| Aplicável LMP | 20 | 15.50 |
| Inaplicável Lei nº 9.099/95 | 18 | 13.95 |
| Relação íntima de afeto abrangida pela LMP | 11 | 8.53 |
| LMP mais severa para proteger a família | 10 | 7.75 |
| Sujeitos não abrangidos pela LMP | 7 | 5.43 |
| Infração penal menor potencial ofensivo | 7 | 5.43 |
| Relação íntima de afeto não abrangida pela LMP | 5 | 3.88 |
| LMP mais severa para proteger a ofendida | 4 | 3.10 |
| Inaplicável LMP | 4 | 3.10 |
| Outro | 11 | 8.53 |
| Não informado | 8 | 6.20 |
| **Total** | **129** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota 1: Na classificação “outros” constam os seguintes: Resolução do Tribunal de Justiça (5), entre outros, de baixa ocorrência. Foram incluídos na classificação “outros” os seguintes argumentos: (In) constitucionalidade da LMP (2); Artigo 41 da LMP não afasta a Lei nº 9.099/95 (1).

Embora também constem Varas Criminais como Juízo suscitante (o segundo a receber a causa e se declararem incompetentes - 26 casos) a análise desse tópico será realizada somente sobre as argumentações dos JECrims. Estas buscam afirmar a aplicação da Lei Maria da Penha ao caso concreto.

**4.2.2.1 Os argumentos dos JECrims**

A análise dos argumentos dos JECrims seguirá o mesmo critério adotado anteriormente, em que se analisaram, conjuntamente, os argumentos em função do “tipo de delito” e do “tipo de relação afetiva”, da seguinte forma:

I – em relação ao “tipo de delito”

- O artigo 41 da LMP afasta a aplicação da Lei nº 9.099/95

- A LMP é mais severa para proteger a família

II – em relação ao “tipo de relação afetiva”

- a relação íntima entre as partes está abrangida pela LMP

Em relação ao “tipo de delito” constatou-se que os JECrims utilizaram o recurso interpretativo do artigo 41 da Lei nº 11.340/2006, de forma ampla, para afastar categoricamente a aplicação da Lei nº 9.099/95 aos delitos de violência doméstica contra a mulher. Assim, os Juízes dos JECrims concordam plenamente com a previsão estabelecida pela Lei nº 11.340/2006, de que cabe às Varas Criminais apreciar e julgar todos os casos de violência doméstica contra a mulher. Movidos ou não por interesse em afastar de sua competência esses casos, o fato é que os JECrims vêm contribuindo para a mudança nas práticas judiciárias, que resistem a um dos principais argumentos feministas acerca dos delitos praticados contra a mulher em contexto de violência doméstica: de que não são delitos de menor potencial ofensivo e sim, uma forma de violação dos direitos humanos das mulheres. Entretanto, detectou-se nos JECrims a compreensão de que a LMP veio para “pacificar o lar” e, por esse motivo, tratar de forma mais severa os delitos que ali ocorrem. Embora tal postura, de forte viés legalista, retome o caráter público e grave dos delitos em contexto de violência doméstica, indicando um afastamento de concepções, anteriormente detectadas, de completo “descaso” com a violência contra a mulher que ocorre no âmbito privado (CAMPOS, 2001, 2004; OLIVEIRA, 2006), não se pode afirmar a mesma tendência nos JECrims de outros Estados.

Quanto ao “tipo de relação afetiva”, verificou-se que, para os JECrims, a competência é das Varas Criminais enquanto não criados os Juizados de Violência Doméstica, para apreciar e julgar todos os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres nas relações afetivas, inclusive envolvendo namoradas, ex-namoradas ou ex-companheiras.

**4.2.3 – Os argumentos do STJ**

Os argumentos utilizados por Ministros (as) do STJ, para dirimir os Conflitos de Competência nos casos de violência doméstica contra a mulher foram os seguintes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos do STJ** | **Frequência** | **%** |
| Artigo 41 da LMP afasta a Lei 9.099/95 | 82 | 37.79 |
| LMP mais severa para proteger a ofendida | 70 | 32.26 |
| Relação íntima de afeto abrangida pela LMP | 27 | 12.44 |
| Infração penal de menor potencial ofensivo | 9 | 4.15 |
| Inaplicável a Lei nº 9.099/95 | 8 | 3.69 |
| Relação íntima de afeto não abrangida pela LMP | 7 | 3.23 |
| Sujeitos abrangidos pela LMP | 5 | 2.30 |
| Sujeitos não abrangidos pela LMP | 4 | 1.84 |
| Outros | 5 | 2.30 |
| **Total** | **217** | **100%** |

**Tabela 5. Argumentos do STJ na definição do órgão julgador**

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota: Na classificação “outros” foram incluídos argumentos relativos a afirmação da competência, tendo por base as Resoluções dos Tribunais (4 casos); não informado (1). Não foram constatados neste Grupo argumentos relativos à inconstitucionalidade da LMP; A LMP mais severa para proteger a família; e outros de natureza mais geral como (In) aplicável a LMP e Aplicável Lei nº 9.099/95.

Relembrando a análise quantitativa, verificou-se que, pelo tipo de decisão, o STJ confirmou a competência das Varas Criminais, portanto, a aplicação da Lei Maria da Penha a maioria desses casos. Todavia, qualitativamente, a análise das argumentações constantes das decisões revelou grande divergência e resistência entre os (as) Ministros (as) a essa leitura. As divergências centravam-se principalmente em relação ao “tipo de delito” praticado e ao “tipo de relação afetiva” no contexto da violência, cujos argumentos ficaram assim distribuídos:

I – em relação ao “tipo de delito”

- Artigo 41 da LMP afasta a Lei 9.099/95;

- LMP mais severa para proteger a ofendida;

- infração de menor potencial ofensivo.

II – em relação ao “tipo de relação afetiva”

- sujeitos não abrangidos pela LMP;

- relação íntima não abrangida pela LMP;

- relação íntima abrangida pela LMP

Em relação ao “tipo de delito”, os dois primeiros argumentos contribuíram de modo significativo para a “pacificação” do entendimento no STJ de que a Lei nº 9.099/95 não se aplica aos casos de violência doméstica contra a mulher, independentemente do delito cometido. Embora a Lei Maria da Penha tenha alterado a pena de apenas um delito: lesão corporal, a tese de que essa *Lei era mais severa para proteger a ofendida* ganhou adeptos e passou a integrar a maioria das decisões deste Grupo. Diferentemente dos JECrims, cujo entendimento era de que a Lei veio para proteger a família, alguns Ministros (as) viam, na nova Lei, um reforço à proteção das mulheres em situação de violência. Contudo, a interpretação de que esses delitos já não mais poderiam ser considerados de “menor potencial ofensivo” não foi de todo absorvida pelos julgadores, notadamente aqueles, inicialmente, relutantes a uma leitura mais ampla da Lei nº 11.340/2006, como consta na seguinte decisão:

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, *mesmo nas hipóteses de delito de menor potencial ofensivo*, a competência para analisar os casos abrangidos pela Lei Maria da Penha é da Vara Criminal, se inexistente o Juizado específico, não se aplicando a Lei nº 9099/95, a teor do art. 41 da Lei 11340/2006. (BRASIL, CC 111.008-RJ, DJ 04/06/2010, 2010b).

Em relação ao “tipo de relação afetiva”, verificou-se a existência de duas correntes interpretativas no STJ: *uma,* de caráter nitidamente conservador, que “fechava” a interpretação das “relações íntimas de afeto” ao conceito de família nuclear, formal ou informal, e *outra* que advogava a interpretação da Lei Maria da Penha *a qualquer* relação íntima de afeto, na forma como foi concebida pela LMP. Para “vencer” a resistência conservadora, alguns julgadores optaram por “criar” argumentos que justificassem a abrangência da Lei. No entanto, conforme será visto mais adiante, esses argumentos ao invés de caminhar para uma interpretação mais abrangente da Lei, tomaram rumo cada vez mais restritivo.

II – em relação ao “tipo de relação afetiva”

- sujeitos não abrangidos pela LMP;

*- inexistência de vínculo formal*

*- ausência da condição de vítima*

- relação íntima não abrangida pela LMP;

*– relações efêmeras e casuais*

*– ausência de nexo causal*

- relação íntima abrangida pela LMP

*– inexistência de vínculo formal*

O STJ decidiu que os tapas e ameaças desferidos contra a “suposta” nora pela avó de seu filho não seria abrangido pela LMP, “haja vista a inexistência do vínculo familiar entre a agressora e a vítima” e, ainda, que se tratava de crime de menor potencial ofensivo. A existência do neto e da violência por causa de reivindicação de pensão alimentícia deste foi totalmente ignorada como problema “familiar”, passível de reincidência, pelo menos enquanto o neto for “menor de idade” e necessitar de ajuda. Esses fatos, que constavam do inquérito, subsumiram ante os argumentos de que a ofendida era solteira e não havia vínculo “formal” com a suposta ex-sogra. Além de questionarem o vínculo, exigindo que seja formal, constou, de forma bem incisiva, o argumento de que se tratava de “delito de menor potencial ofensivo” e, também por essa razão, deveria ser apreciado no JECrim.

*– ausência da condição de vítima*

Segundo o STJ, a mulher “protegida” pela Lei de Violência Doméstica contra a Mulher é a “mulher vítima”, em relações patriarcais. A partir dessas argumentações, fica claro o conceito adotado pelo STJ, que a “mulher vítima em condições patriarcais” se dirige exclusivamente às mulheres na conjugalidade em relações hetero ou homoafetivas. Tomando como parâmetro essas relações, em que são mais evidentes as assimetrias de poder, em especial na conjugalidade entre homem e mulher (a maioria dos casos deste Grupo), o STJ exclui outros casos em que as assimetrias de poder são menos evidentes, porém existentes, nas relações de gênero entre parentes e familiares (SAFFIOTI, 1999), a exemplo do caso de violência envolvendo irmãs. Ao excluir esse caso do âmbito da Lei nº 11.340/2006, o STJ entendeu que não se tratava de mulher na condição de vítima em relações patriarcais, conforme se observa da seguinte argumentação:

Infere-se, desta forma, que o legislador tem em conta a mulher, numa perspectiva de gênero e em condições de hipossuficiência ou inferioridade física e econômica em relações patriarcais. O escopo da lei é a proteção da mulher em situação de fragilidade diante do homem (ou mulher) em decorrência de qualquer relação íntima, com ou sem coabitação, em que possa ocorrer atos de violência contra essa mulher. O sujeito ativo da violência doméstica tanto pode ser o homem, quanto a mulher, em virtude de o parágrafo único do art 5º estabelecer que as relações pessoais independem de orientação sexual. (BRASIL, CC 88.027-MG, DJ 18/12/2008, 2010b) (grifo nosso).

Adicionalmente, foi possível perceber nessas decisões outro argumento, mas que passa subliminarmente na leitura, uma vez que é apenas mencionado em reforço ao argumento principal para refutar o caso como típico caso de violência doméstica e familiar. Trata-se de um “julgamento antecipado”, classificando-o como simples desavença entre parentes, conforme mostram os seguintes trechos: *Fica evidente, pela análise do caso, que o delito supostamente praticado não encerra qualquer motivação de gênero, tendo havido apenas discussões e ofensas entre duas irmãs com problemas de relacionamento preexistentes* (BRASIL, CC nº 88.027-MG, 2010a).

O entendimento do STJ acerca da condição de “vítima” da mulher em situação de violência, cada vez mais restritivo, foi condicionando outros julgamentos, como pode ser constatado no seguinte trecho:

Ambas as partes afirmam e concordam (fls. 2 e 6) que a agressão teve origem por motivo de ciúmes da namorada com relação à descoberta de uma ligação feita pelo namorado, por meio de seu celular. Depreende-se dos autos que as agressões foram mútuas e o que as motivou não foi um caso de opressão à mulher, que é o fundamento da aplicação da Lei Maria da Penha. Não fica evidenciado, no caso, que as agressões ocorreram por causa da condição de fragilidadee hipossuficiência da mulher em relação ao seu namorado. (BRASIL, CC nº 96.533-MG, DJ 05/02/2009, 2010b) (grifo nosso)

Refutando esse posicionamento, encontrou-se, no voto divergente, o argumento de que a mulher, mesmo que “repila a agressão, até com mais eficácia, até que ela prepondere, o que é pouco usual”, não sendo razoável que precise apanhar passivamente para ter o seu caso de violência apreciado no foro competente da Lei Maria da Penha (BRASIL, CC nº 96.533-MG, 2010b). Por meio dessa decisão, percebe-se que a definição da “condição de vítima” ganha contornos mais estritos. Além de estar vinculada às relações de conjugalidade, ou seja, relações íntimas de afeto entre homens e mulheres (ou nas relações homoafetivas) soma-se a exigência de “concreta” fragilidade.

*– relações efêmeras e casuais*

Essa linha de argumentação foi articulada no âmbito do STJ com o firme propósito de excluir a aplicação da Lei Maria da Penha aos casos de violência nas relações entre namorados ou ex-namorados. O caso paradigmático pelo qual foi desenvolvido o argumento que serviu de fundamento para outros casos referia-se a delito de ameaça praticado contra M.E.D.R pelo seu ex-namorado. Consta que J.C teria jogado um copo de cerveja em M., desferindo um tapa em seu rosto e ainda a ameaçado. Segundo M., precisou de amigos para poder se livrar das agressões do ex-namorado. Entendeu a maioria de Ministros (as) do STJ que a Lei Maria da Penha não se aplicava ao caso, pois se tratava de relação efêmera e casual. A construção interpretativa desse caso levou em conta vários argumentos para justificar a decisão (BRASIL, CC nº 91980-MG, julgado em 08/10/2008, DJ 05/02/2009, 2010b). O primeiro argumento põe em questão o termo utilizado pelo legislador “qualquer relação de afeto”. Para alguns Ministros (as), esse termo deve ser interpretado restritivamente, pois “não justifica que as consequências de namoro acabado, quando ruins, venham desaguar na Lei n 11.340”; o segundo argumento questiona o “tempo” de duração da relação íntima de afeto, que deve ser “efetiva”; e o terceiro argumento reforça o anterior, que a relação de afeto não pode ser transitória ou passageira. Além da análise interpretativa, verifica-se entre os (as) Ministros (as) que apoiaram essa tese uma preocupação de ordem pragmática: “é que se interpretarmos todas as situações como incidentes na norma nova, vamos ter um impacto tremendo nos juizados já constituídos” (BRASIL, CC nº 91.980-MG, p. 9, 2010b). Essa decisão teve imensa repercussão na mídia e sociedade em geral, sendo publicada na página virtual do STJ e em jornais de grande circulação, onde o título da notícia deixava claro para a sociedade a posição majoritária do STJ de que não é em qualquer relação de namoro que as mulheres, mesmo em situação de violência, serão atendidas nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, criados pela Lei Maria da Penha.

Dois meses após essa decisão, em dezembro de 2008, no julgamento do Conflito de Competência nº 96.532/MG, em 05/12/2008 e publicado no DJ de 19/12/2008, o voto divergente no caso anterior passa a ser o vencedor e, assim, promove uma reviravolta na interpretação do STJ nos casos de namoro. A violência praticada nas relações afetivas entre namorados passa a ser aceita pela maioria do STJ. Essa decisão foi tomada por unanimidade pelo Colegiado, porém não teve a mesma repercussão que a anterior. Destacam-se, nessa decisão, argumentos que ressaltam a suficiência da previsão legal, a qual dispensa o “esforço” interpretativo do STJ para definir o que é ou o que o legislador quis que fosse, o significado de relação afetiva, conforme se observa no seguinte trecho da decisão:

Não se trata de saber se a relação do casal caracterizou união estável ou não, se o relacionamento já cessou ou não, basta que os elementos apontem para a direção de que ambos, em determinado momento, por vontade própria, ainda que esporadicamente, tenham tido relação afeto, independente de coabitação.

(BRASIL, CC nº 96.532-MG, DJ 19/12/2008, 2010b)

Segundo Valéria Pandjiarjian (2002, p.7), estudos e pesquisas de decisões judiciais, na área de família, buscando conhecer como o Judiciário implementa os direitos das mulheres, têm identificado no discurso judicial um movimento “contraditório”, “heterogêneo”, “permeado por avanços e retrocessos”. Esse movimento pode ser percebido nas argumentações de Ministros (as) referentes à aplicação da Lei nº 11.340/2006 às relações afetivas e com maior nitidez nas relações afetivas entre namorados ou ex-namorados, em que se questiona o vínculo para excluir as mulheres do amparo de uma lei especial, cujo alcance maior visa garantir às mulheres o direito a uma relação afetiva sem violência. Contudo, ao se constatar também esse movimento contraditório, quando as pessoas envolvidas na violência são inegavelmente parentes, fica patente a dificuldade em se dar importância aos atos de violência que ocorrem no âmbito privado da família quando praticados contra as mulheres.

Importante assinalar que, enquanto pairava a controvérsia entre os Ministros (as) do STJ sobre o tipo de relação afetiva sujeito aos ditames da LMP, casos dramáticos de violência doméstica contra a mulher eram noticiados como o de Eliza Samúdio, que desapareceu sem deixar vestígios e que, um ano antes, havia se dirigido até a Delegacia da Mulher para pedir proteção contra atos (sequestro, tentativa de aborto) de seu ex-parceiro. O pedido de medidas protetivas formulado na delegacia foi negado pelo Judiciário sob o argumento de que *[...] ela declarou na delegacia que tinha “ficado” com ele, que não era a namorada [...]*. Alegou-se que, para esses casos, graves, mas envolvendo relacionamento dito casual, havia a aplicação da lei penal, de cunho geral. Ocorre, entretanto, que a existência da lei penal, por si só, não garantia proteção preventiva para as mulheres contra as práticas delituosas cometidas por pessoas de seu relacionamento íntimo. Mesmo sendo graves, dificilmente essas condutas eram assim entendidas, expedindo-se medidas emergenciais que as protegessem. A Lei Maria da Penha, no tocante à tutela antecipada, mediante concessão de medidas protetivas, é um grande diferencial em relação aos outros normativos e, ao ser classificado o relacionamento da modelo como “casual”, a ela foi negada tal tutela.

*– ausência de nexo causal*

Essa tese importa em mais ônus para a mulher em situação de violência, pois, além de ter sido ofendida, para ter o abrigo da lei ou concessão de medidas protetivas urgentes, terá que se desdobrar em “provas” acerca de sua vida íntima com o ofensor e, ainda, que a violência decorreu desse relacionamento. O caso seguinte ilustra uma situação em que se exigiram esses elementos e foi negada a aplicação da Lei Maria da Penha:

Na hipótese, cinge-se a questão em definir a competência para processar e julgar a conduta perpetrada por A.R.S, in verbis: C. Alegou que o ex-namorado, A., pegou-lhe pelo braço e bateu a cabeça da vítima contra a parede. A., por sua vez, também alegou que sofreu agressões físicas por parte de C. (fls. 02). Como se vê, apesar de o suposto crime de violência ter sido praticado por ex-namorado da vítima, não se vislumbra elementos aptos a indicar uma convivência duradoura, bem como que a possível agressão tenha sido causada pelo fim do relacionamento ou algo do gênero. Inexistem indícios que possam **comprovar** que o agente tenha reiterado as ofensas ou tenha praticado outras condutas criminosas contra a vítima. (BRASIL, CC nº 105.233-MG, DJ 01/07/2009, 2010b). (grifo nosso)

Depreende-se desses argumentos, a criação de “condicionantes” para que a mulher em situação de violência seja atendida no Juizado específico da Lei Maria da Penha ou na Vara Criminal. Nesse caso “faltou” a convivência duradoura e, ainda, o “nexo” entre a violência e o fim do relacionamento. Esses “elementos” não constam da Lei Maria da Penha. Além disso, nesse caso, evidencia-se uma tendência em escusar a conduta do ofensor, sob a alegação de que não houve reincidência.

Quando se exclui o relacionamento afetivo, classificando-o de casual, em verdade se exclui a mulher, haja vista que este é o principal elemento definidor da aplicação da Lei Maria da Penha: a mulher, nas relações de gênero. Pode-se dizer que é uma forma de penalizar, indiretamente, a mulher que se envolve em tais relacionamentos. Quanto mais longe seu comportamento estiver do papel tradicional de mulher de família, menor a probabilidade de auferir os benefícios da Lei nº 11.340, de 2006, quando em situação de violência. Embora nessas decisões não se vislumbre referência direta a comportamentos esperados de homens e mulheres, a referência aparece subliminarmente, quando se exigem provas de relacionamento duradouro que se assemelhe a uma união familiar, transparecendo uma violência simbólica, à semelhança do apontado por Pandjiarjian (2002), em análises de discursos judiciais.

A classificação das mulheres em “tipos” foi identificada por Salem (2004, p.43), no imaginário de homens de classe popular, a partir de “representações sobre as sexualidades masculina e feminina e a relação entre gêneros”. Destaca a autora, mas sem intenção de generalizar, que, na concepção desses homens, a cada modalidade de parceira corresponde um tipo de relacionamento e de moral particular. Assim, àquelas que, no imaginário masculino, se aproximassem mais do conceito de menina de família (ou vinculada a uma rede familiar) mais respeito e consideração lhes eram devidas.

4.3 DECISÕES DO STJ DO GRUPO II - ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS

Este Grupo contou com vinte e quatro decisões, sendo cinco referentes a pedidos de revisão das medidas protetivas de afastamento e dezenove de prisão preventiva. Conforme será mostrado, a maior ocorrência de processos buscando rever as medidas de prisão preventiva deve-se ao reiterado descumprimento de medida protetiva de afastamento ou reiteração da conduta delitiva.

**Tabela 6. Número de decisões do Grupo II pela pessoa ofendida, tipo de violência**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ofendida** | **Delito** | **Frequência** | **%** |
| Esposa | Homicidio qualificado | 1 | 4.17 |
| Companheira grávida | Homicidio qualificado e aborto | 1 | 4.17 |
| Amante grávida | Homicídio qualificado e aborto | 1 | 4.17 |
| Namorada | Tentativa de homicídio | 2 | 8.33 |
| Companheira | Tentativa de homicídio | 1 | 4.17 |
| Não informado | Lesão corporal/injúria/ameaça/  Estupro | 1 | 4.17 |
| Esposa e filhas | Lesão/ameaça/estupro/atentado violento ao pudor/porte ilegal de armas | 1 | 4.17 |
| Ex-namorada e diarista | Lesão/ameaça/cárcere privado | 1 | 4.17 |
| Ex-companheira | Lesão corporal e ameaça | 3 | 12.50 |
| Ex-companheira e filha | Lesão corporal e ameaça | 1 | 4.17 |
| Companheira e filhos | Lesão corporal e ameaça | 1 | 4.17 |
| Não informado | Lesão corporal e ameaça | 1 | 4.17 |
| Companheira | Lesão corporal | 1 | 4.17 |
| Ex-companheira | Lesão corporal | 1 | 4.17 |
| Não informado | Lesão corporal | 1 | 4.17 |
| Mãe | Lesão corporal | 1 | 4.17 |
| Ex-companheira | Ameaça | 1 | 4.17 |
| Ex-namorada | Ameaça | 1 | 4.17 |
| Ex-esposa | Ameaça | 1 | 4.17 |
| Ex-esposa e filhos | Ameaça | 1 | 4.17 |
| Não informado | Não informado | 1 | 4.17 |
| **Total** | | **24** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Conforme consta da tabela acima, foi possível verificar que em vários tipos de relações afetivas (ex-companheira, companheira, namorada, ex-namorada, mãe, filha, esposa, ex-esposa) estão sendo adotadas medidas protetivas, contra as quais se insurgem os ofensores. Não foram detectados casos envolvendo relações homoafetivas.

Em relação ao tipo de decisão (denegatória ou concessiva do pedido), constatou-se que a maioria das decisões do STJ foram denegatórias, ou seja, a maioria dos pedidos de revogação de medida protetiva dos ofensores foi negada nesse Tribunal, mantendo-se a medida protetiva concedida às mulheres no Juízo de origem. Três decisões foram denegatórias e duas concessivas de medidas protetivas de afastamento; dezesseis decisões denegatórias e três concessivas de revogação de medidas protetivas de prisão preventiva.

4.3.1 ANALISE QUALITATIVA SOBRE OS ARGUMENTOS UTILIZADOS PELOS OFENSORES PARA JUSTIFICAR A REVOGAÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA

Os ofensores, não se conformando com a decisão do Juízo de origem, da Vara Criminal ou do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, buscam a sua modificação na instância superior. Com esse intuito, utilizam os seguintes argumentos para justificar seus pedidos:

**Tabela 7. Argumentos utilizados na origem pelos ofensores**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos** | **Frequência** | **%** |
| Ausência de requisitos/fundamentação para decretação da medida | 24 | 55.81 |
| Ausência de descumprimento de medida protetiva | 4 | 9.30 |
| Excesso de prazo para a instrução criminal | 4 | 9.30 |
| Primário/residência fixa/profissão definida | 2 | 4.65 |
| Gravidade abstrata dos fatos | 2 | 4.65 |
| Inconstitucionalidade LMP | 1 | 2.33 |
| Outro(s) | 6 | 13.95 |
| **Total** | **43** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota: Na classificação “outros” foram encontrados os seguintes argumentos: incompetência do Juízo (1); falta de citação da medida protetiva (1); ilegitimidade do Ministério Público para propor medida protetiva (1); relação íntima não abrangida pela LMP (1); negativa de autoria (1) e colaboração com as investigações (1).

Nota-se que os ofensores não discutem a autoria do delito (um caso apenas), mas trazem outros argumentos (excesso de prazo; ser primário, ter residência fixa, profissão definida e outros) em acréscimo ao argumento mais recorrente (falta de requisitos/fundamentação para a decretação da medida), para classificar a medida protetiva como desnecessária e arbitrária. Argumentam os ofensores que os fatos levados em conta pelo juiz de origem, ao decretar a medida, não preenchem os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal (CPP). Esse artigo traz os requisitos autorizadores da prisão preventiva. Ocorre, entretanto, que a Lei Maria da Penha, ao incluir outra hipótese autorizadora da prisão preventiva no item IV, do artigo 313 do CPP, busca garantir a efetivação das medidas protetivas e, consequentemente, a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência. São poucos os casos em que se observa menção expressa ao cumprimento de medida protetiva (4 ocorrências), um dos principais requisitos a ser levados em consideração na análise de pedidos de revogação da medida nos casos de violência doméstica contra a mulher.

4.3.2 ANALISE QUALITATIVA SOBRE OS ARGUMENTOS DO STJ

**Tabela 8. Argumentos do STJ nas decisões do Grupo II**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos** | **Frequência** | **%** |
| Presentes requisitos/fundamentação para decretação da medida(Art. 312 CPP) | 18 | 35.29 |
| Ausência de requisitos/fundamentação para decretação da medida(Art. 312 CPP) | 4 | 7.84 |
| Garantia da execução das medidas protetivas de urgência (Art. 313 CPP)/resguardar a integridade física e psicológica da ofendida | 13 | 25.49 |
| Descumprimento de medida protetiva (1) | 6 | 11.76 |
| Excesso de prazo não configurado | 3 | 5.88 |
| Outro (2) | 7 | 13.73 |
| **Total** | **51** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota (1): As medidas protetivas descumpridas referiam-se a afastamento de 200metros (1); separação de corpos e afastamento definitivo do lar (1); reiteração da conduta delitiva (1); proibição de aproximação da ofendida (2).

Nota (2): Na classificação “outros” foram encontrados os seguintes argumentos: em vista de tratar-se de crime hediondo (2); prisão decorre de sentença condenatória (1); proteção aos filhos/família (1); relação íntima abrangida pela LMP (1); o pedido deve ser apreciado pelo Tribunal de Justiça (1).

O STJ confirmou os fundamentos utilizados no Juízo de origem para a prisão preventiva ou medida de afastamento, que traziam elementos concretos de risco à integridade física e psicológica da ofendida. Foram encontradas seis ocorrências de inequívoco descumprimento da medida protetiva (de afastamento, proibição de contato) e treze argumentos referentes à garantia de execução de medidas protetivas. Nesses casos, foi possível constatar que a prisão ocorreu em flagrante delito ou ocorreu no curso da ação, a partir de informações da ofendida de que o ofensor estava reiterando a conduta delitiva (continuava a ameaçar, perseguir, intimidar).

Percebe-se neste grupo de decisões, acerca das medidas protetivas, uma adesão maior e sem muita resistência de Ministros (as) a vincular a aplicação da LMP à proteção da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência. A análise dos dados indica que essa adesão ocorre, em grande parte, devido ao contato mais direto com a realidade da violência, evidenciado pelo maior número de informações no processo, em geral, com as decisões do Juiz de origem, Tribunais de Justiça e a manifestação do Ministério Público, fazendo transparecer, com mais nitidez, o fato que ensejou a ida da mulher à delegacia e ao Poder Judiciário: a conduta do ofensor, a ocorrência de reincidência e, em alguns casos, o “desprezo” do ofensor pelos atos judiciais que determinaram a medida protetiva de afastamento e proibição de contato.

4.4 DECISÕES DO GRUPO III - ANÁLISE QUANTITATIVA SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS

Constam desse Grupo 33 decisões discutindo questões relativas à representação e a possibilidade de desistência da ação penal pela mulher ofendida nos delitos de lesão corporal. Em seis casos, apareceram, também, delitos de ameaça. Esse Grupo de decisões mostra que são os homens a recorrer ao STJ em busca de meios de defesa contra a comunicação de prática delituosa feita pela mulher ofendida na delegacia (26 ocorrências). Não consta neste Grupo casos de mulheres ofensoras e nem registro de violência em relações homoafetivas. Detectou-se também a presença marcante do Ministério Público Estadual, questionando o instituto da representação aos delitos de lesão corporal, de forma direta, pela iniciativa de Recurso Especial (sete ocorrências) e indireta, tendo em vista que a maioria das ações de *Habeas Corpus* impetradas pelos ofensores buscam reverter decisão dos Tribunais de Justiça, que autorizaram o prosseguimento do processo, atendendo ao pedido do Ministério Público Estadual. Assim, pode-se afirmar que essa atuação vem em defesa da aplicação integral da Lei nº 11.340/2006 aos casos de violência doméstica contra a mulher.

Em relação à pessoa ofendida, predominaram casos envolvendo a companheira, conforme se observa na tabela abaixo.

**Tabela 9. Pessoa ofendida nas decisões do Grupo III**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pessoa ofendida/vínculo com o ofensor** | **Frequência** | **%** |
| Esposa | 5 | 13,89 |
| Ex-esposa | 2 | 5,56 |
| Companheira | 16 | 44,44 |
| Ex-companheira | 2 | 5,56 |
| Ex-companheira grávida de oito meses | 1 | 2,78 |
| Namorada | 1 | 2,78 |
| Ex-namorada | 1 | 2,78 |
| Irmã | 1 | 2,78 |
| Filha | 2 | 5,56 |
| Outro | 1 | 2,78 |
| Não informado | 4 | 11,11 |
| **Total** | **36** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota: Constatou-se a ocorrência de mais de uma pessoa ofendida em três processos. Na classificação “outro” consta um processo no qual os “filhos” foram mencionados como ofendidos, sem maiores detalhamentos.

A análise das decisões deste Grupo teve por premissa que a exigência de representação nos casos de violência doméstica contra a mulher passou a ser flexibilizada em todos os delitos que dependam de representação, cabendo ao magistrado e ao promotor, presentes em audiência, a grande responsabilidade de aferir as circunstâncias presentes no contexto de violência e, se preciso for, interferir na liberdade da mulher em desistir da ação penal contra o ofensor.

**Tabela 10. Características específicas dos processos quanto ao tipo de delito, representação e retratação nas decisões do Grupo III**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipos de**  **Delito** | **Tipos de delitos nas decisões do Grupo III** | | | | | | | | |
| **Total de delitos** | **Características específicas do processo** | | | | | | | |
| **Representação** | | **Desistência**  **(Retratação)** | | **Audiência(\*\*)** | | **A mulher pediu a audiência(\*\*)** | |
| Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Lesão corporal | 33 | 32 | 1 | 27 | 6 | 20 | 5 | 1 | 19 |
| Ameaça | 6 | 5 | 1 | 5 | 1 | 5 | 1 | 1 | 5 |
| Totais | 39 | 37 | 2 | 32 | 7(\*) | 25 | 6 | 2 | 24 |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota (\*): Consta no item “desistência”, na classificação “não”, casos em que não há manifestação expressa da ofendida e/ou não houve audiência para esse fim, sendo, por vezes, esse o motivo da irresignação dos ofensores.

Nota (\*\*): Quanto aos dados concernentes à “audiência” e ao item “a mulher pediu a audiência”, só foram anotados os casos em que essa informação aparecia na decisão do STJ ou foi identificada na consulta ao processo físico/eletrônico, comportando um total de 20 processos.

A partir das informações constantes na Tabela acima, pode ser percebido um ponto em comum nos inúmeros tipos de audiência em que foram colhidas as retratações (desistências) das ofendidas: a designação da audiência, de ofício, pelo Juiz. Alguns tipos de audiência detectados mostram a resistência dos Juízes em abandonar os procedimentos da Lei nº 9.099/95, como exemplo a audiência “preliminar para ratificação da representação e conciliação”, entre outras.

Considerando que a audiência tem por finalidade a desistência do processo, verifica-se, na prática, uma presunção geral de desistência, aplicável a todos os casos, quando o juízo de oportunidade da retratação (desistência) passa das mãos das mulheres para as dos Juízes. Com base nessa presunção geral, a audiência teria o escopo de oportunizar a desistência para grupos de mulheres que, estatisticamente, mais desistem (em união conjugal formal ou informal) e para aquelas mulheres que não desistem a audiência teria o objetivo de “confirmar” sua vontade de prosseguir com o processo.

Em relação ao tipo de decisão do STJ, do total de trinta e três decisões, constam onze individuais e vinte e duas coletivas (quinze pela Quinta Turma, seis pela Sexta Turma e um, o Recurso Repetitivo nº 1097042-DF, pela Terceira Seção), sendo dez unânimes e doze por maioria. O resultado prático dessas decisões foi o arquivamento da maioria dos casos submetidos ao STJ (21 ocorrências). Note-se que a controvérsia sobre o tema fica patente, pela elevada incidência de casos decididos por “Maioria”. Esse foi o caso do Recurso Especial de natureza repetitiva nº 1097042-DF, que decidiu, sob intensa divergência, a posição do STJ pela necessidade da representação nos delitos de lesão corporal decorrente de violência doméstica.

De um total de trinta e três decisões, apenas onze fazem referência aos Tratados e Convenções de Direitos Humanos, mas de modo genérico, sendo encontradas principalmente nas decisões dos Ministros (as) que entenderam ser a ação penal para apuração do delito de lesão corporal decorrente de violência doméstica de natureza pública incondicionada.

4.4.1 ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE OS ARGUMENTOS ENCONTRADOS NAS DECISÕES DO GRUPO III

Os argumentos utilizados na origem para levar o caso ao STJ foram os seguintes:

**Tabela 11. Argumentos dos impetrantes/recorrentes nas decisões do Grupo III**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos utilizados para justificar o pedido** | **Frequência** | **%** |
| Falta da representação | 13 | 23.21 |
| Retratação/renúncia desconsiderada | 10 | 17.86 |
| Negativa de vigência/ofensa a dispositivos da LMP | 9 | 16.07 |
| Ação penal pública condicionada à representação | 8 | 14.29 |
| Audiência do Art. 16 LMP é obrigatória | 6 | 10.71 |
| Ação penal pública incondicionada | 2 | 3.57 |
| Artigo 41 da LMP afasta a representação do delito de lesão corporal | 2 | 3.57 |
| A interpretação da LMP deve atender aos fins sociais | 2 | 3.57 |
| Compatibilidade entre os arts. 41 e 16 LMP | 1 | 1.79 |
| Artigo 16 refere-se a outros delitos (ameaça, estupro) | 1 | 1.79 |
| Boletim de ocorrência configura a representação | 1 | 1.79 |
| Boletim de ocorrência não configura a representação | 1 | 1.79 |
| (In) constitucionalidade da LMP | 0 | 0.00 |
| **Total** | **56** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota 1: Notou-se que em algumas decisões constavam os argumentos “ação penal pública condicionada à representação” (oito ocorrências) e “ação penal pública incondicionada” (duas ocorrências) de forma geral, sem mais detalhamento, limitando-se a acompanhar outros argumentos mais específicos. Por esta razão, não serão submetidos à análise. O argumento “(in) constitucionalidade da LMP” foi o único que se buscou de forma deliberada nestas decisões, em vista de sua ocorrência no Grupo I, nos Juízos de origem. O objetivo era verificar se tal argumentação se repetiria nos demais grupos, e se ainda estariam presentes manifestações de rejeição pela LMP ou parte dela, mas, conforme mostra esta Tabela, o argumento “inconstitucionalidade da LMP” não apareceu nas decisões do Grupo III, embora constem menções ao tema por Ministros (as) do STJ.

Na lógica da defesa dos ofensores, se a representação é necessária e a hipótese de desistência está prevista, estas não podem ser desconsideradas (recusadas) pelo Juiz, independentemente das “condições” em que ocorram. Interessante notar que a previsão do artigo 16 da LMP, pensada para a proteção das mulheres, passa a ser argumento de defesa dos ofensores. Esse artigo prevê a hipótese da desistência (retirada da “queixa”) em audiência especialmente designada para essa finalidade. Sendo assim, só terá utilidade para aquelas mulheres que optarem pela desistência. No entanto, para os ofensores, essa audiência deve ser obrigatória, oportunizando a desistência para todas as mulheres em situação de violência. A audiência designada de ofício pelo Juiz parece vir ao encontro das aspirações dos ofensores, implícitas nos argumentos de que a audiência do artigo 16 é obrigatória.

Em geral, o Ministério Público Estadual questiona a aplicação da Lei 9.099/95, que previu o instituto da representação para os delitos de lesão corporal, sob o argumento de ofensa ou negativa de vigência de dispositivos da LMP, entendendo que essa afastou totalmente a Lei dos Juizados Especiais Criminais dos casos de violência doméstica contra a mulher.

**4.4.1.2 Os Argumentos do STJ**

Neste grupo de decisões, discutiu-se, exaustivamente, sobre a (des) necessidade de representação da mulher ofendida para a responsabilização criminal do ofensor, nos casos de delito de lesão corporal decorrente de violência doméstica contra a mulher, sendo os Ministros (as) do STJ instados a uniformizar a interpretação da Lei nº 11.340/2006, em face das normas da Lei nº 9.099/95. Os principais argumentos observados nas decisões do STJ foram os seguintes:

**Tabela 12. Argumentos do STJ nas decisões do Grupo III**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Argumentos do STJ** | **Frequência** | **%** |
| Compatibilidade entre os artigos. 16 e 41 LMP | 17 | 8,95 |
| Intenção do legislador | 17 | 8,95 |
| A interpretação da LMP deve atender aos fins sociais | 15 | 7,89 |
| Artigo 41 da LMP afasta a representação do crime de lesão corporal | 13 | 6,84 |
| Artigo 41 da LMP não afasta a representação do crime de lesão corporal | 12 | 6,32 |
| LMP mais severa para proteger a família | 12 | 6,32 |
| Audiência do artigo 16 LMP garante a livre manifestação da mulher ofendida. | 11 | 5,79 |
| Autonomia da mulher em dispor da ação penal | 9 | 4,74 |
| LMP mais severa para proteger a ofendida | 9 | 4,74 |
| Manifestação da mulher ofendida em desistir do processo não é livre em contexto de violência | 8 | 4,21 |
| Interesse público se sobrepõe ao interesse privado | 8 | 4,21 |
| Ação penal pública incondicionada | 3 | 1,58 |
| Audiência do Art. 16 LMP é desnecessária (ação penal incondicionada) | 1 | 0,53 |
| Aumento da pena do delito de lesão corporal (Art. 129, § 9º) afasta a aplicação da Lei 9.099/95 | 6 | 3,16 |
| Contradição em relação ao crime de estupro que necessita da representação | 5 | 2,63 |
| Inexiste contradição em relação ao crime de estupro que necessita da representação | 5 | 2,63 |
| Artigo 17 LMP deixa antever seu limite restritivo. | 5 | 2,63 |
| Retratação como possibilidade de reconciliação | 2 | 1,05 |
| Falta de legitimidade/conflito de interesses | 1 | 0,53 |
| (In) constitucionalidade da Lei Maria da Penha | 0 | 0,00 |
| \*Precedente do STJ (Recurso Repetitivo) | 9 | 4,74 |
| \*Precedente do STJ (Recurso Repetitivo) com ressalvas | 6 | 3,16 |
| \*Admitida a retratação em audiência do artigo 16 LMP | 5 | 2,63 |
| \*Audiência do artigo 16 LMP é obrigatória | 1 | 0,53 |
| \*Retratação/renúncia pode ser desconsiderada | 1 | 0,53 |
| Outros | 9 | 4,74 |
| **Total** | **190** | **100%** |

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Nota: Os argumentos assinalados com asterisco foram identificados em decisões posteriores ao julgamento do Recurso Especial (Repetitivo) nº 1097042-DF.

Não obstante a relevância de todos os argumentos encontrados neste Grupo de decisões opta-se, nesta pesquisa, pela análise das manifestações de Ministros (as) do STJ nos dois julgados mais representativos acerca da controversa “representação”, os quais serviram de “guia” para outras decisões no próprio Tribunal ou outras instâncias judiciárias. Trata-se do Recurso Especial nº 1.000.222-DF, julgado em 23/11/2008, publicado em 24/11/2008, e o *Habeas Corpus* nº 13.608-MG, julgado em 05/03/2009, publicado em 03/08/2009.

*1º caso:* Consta do primeiro julgado a prática de delito de lesão corporal contra a companheira, que, em audiência marcada nos autos de medida protetiva, manifestou pela desistência do processo. Porém, o Ministério Público formaliza a denúncia ao entendimento de que o delito de lesão corporal passou a ser de natureza pública incondicionada, ou seja, independe da vontade da mulher para ter prosseguimento. O ofensor, discordando desse entendimento, recorre ao STJ. Destaca-se na decisão do STJ o tratamento da violência doméstica contra a mulher como problema social, não só daquela mulher que desistiu de instaurar o processo contra o seu companheiro, mas de toda a sociedade, portanto, de natureza pública, no qual o Estado deve intervir. Outros Ministros (as) aderem ao argumento de que o “interesse público se sobrepõe ao interesse privado”, enfatizando a responsabilidade de o Estado não só cumprir os preceitos constitucionais, mas também ao compromisso firmado no âmbito da comunidade internacional de direitos humanos para a erradicação dessa violência. Assim, manifestam o entendimento de que ação penal para apurar o delito de lesão corporal contra a mulher no contexto de violência doméstica não depende de representação da mulher ofendida para ter prosseguimento.

A representação e a desistência e os seus significados para as mulheres em situação de violência vêm de longa data sendo objeto de estudo e discussão entre feministas e, a partir da publicação da LMP, percebe-se a incorporação dessas discussões no STJ, conforme se observa do seguinte julgado:

Sob um enfoque sociológico, é inegável reconhecer que grande parte das mulheres, vítimas de violência doméstica, especialmente aquelas de classes econômicas menos favorecidas, quando levam seus casos ao conhecimento das chamadas “autoridades”, acabam por ser coagidas a se retratar, sofrendo intimidação de todos os tipos por parte dos infratores, inclusive físicas, morais, psicológicas, financeiras, etc. [...] O argumento de que não se deve retirar da mulher o poder de decisão sobre a situação de violência em sua família, com todo respeito aos que pensam de modo diverso, termina por não solucionar o grave problema, mantendo a possibilidade de serem vítimas de inaceitável coação na busca de impunidade, circunstância que acaba por estimular a reiteração criminosa. (BRASIL, HC 108.098-PE, DJ 03/08/2009, 2010b).

*2º caso: mudança de entendimento.* A partir do julgamento no *Habeas Corpus* nº 113.608-MG, publicado em 03/08/2009, decidido, pela maioria, passa a prevalecer no STJ o entendimento de que a ação penal do delito de lesão corporal decorrente de violência doméstica necessita de representação, sob o argumento de que deve ser assegurada a retratação como forma de conciliação e preservação da família.

Outros argumentos sobrevieram enfatizando a imprescindibilidade da representação, como exercício da autonomia da mulher em decidir sobre sua vida e a de sua família. Embora cientes quanto ao contexto da violência, no qual diversos fatores se inserem e influenciam o ato de desistência, entenderam alguns Ministros (as) que a desistência da representação na audiência ante a presença do Juiz e representante do Ministério Público garante a sua livre manifestação. Interessante notar o deslocamento de argumentos centrados na defesa da família para outros que ressaltam o papel ativo da mulher em desistir do processo resgatando teorias feministas (BRASIL, HC 110.965-RS, DJ 03/11/2009, 2010b). Contudo, não foi identificado neste Grupo de decisões, nenhum argumento em que se questionam ou se avaliam as práticas referentes à designação de audiência, de ofício, para colher a representação/desistência da mulher ofendida.

A partir da adoção pelo STJ da decisão no Recurso Repetitivo nº 1097042-DF como precedente, em que foi definida a imprescindibilidade da representação nos delitos de lesão corporal em contexto de violência doméstica contra a mulher, nota-se que as decisões do STJ, de modo geral, mínguam em termos de argumentações, resumindo-se a confirmar a (in) existência da representação e desistência para definir o destino do processo.

Contudo, percebe-se nessas decisões uma tendência em considerar válida a retratação (desistência) feita em Juízo, independentemente do tipo de audiência designada - se preliminar, de conciliação, na presença do ofensor e da ofendida, na oportunidade de avaliação de medidas protetivas. Por outro lado, nota-se, também, uma tendência em considerar inválida a simples comunicação do fato na delegacia como representação, exigindo sua formalização ou reafirmação em audiência. Considerando a defesa entusiasmada de alguns Ministros (as) à previsão do artigo 16 da LMP como instrumento suficiente para garantir a liberdade da mulher em desistir do processo, torna-se importante mencionar que neste Grupo de decisões constatou-se apenas um único caso em que houve o afastamento da desistência da mulher ofendida pelo contexto da violência, pois revela essa possibilidade somente a partir de casos extremos de violência que se estendem também para os filhos.

5. CONCLUSÕES

Em uma análise mais ampla dos dados, verificou-se que o STJ, essencialmente demandado para casos extremos de violência doméstica como homicídio, tentativa de homicídio, estupro, se viu diante de uma infinidade de casos envolvendo delitos de lesão corporal, ameaça e contravenções, cometidos contra as mulheres.

Foi possível verificar, na prática, que as mulheres dificilmente recorrem à delegacia para noticiar apenas um delito. Em geral, consta a ocorrência de lesão corporal e ameaça, significando o interesse do ofensor na continuidade delitiva e o “perigo” que resulta para as mulheres em situação de violência, bem como a incidência razoável de casos de tentativa de homicídio e de homicídios contra as mulheres, praticados por pessoas de seu convívio estreito, na forma qualificada, ou seja, por motivo torpe, fútil, cruel, sem defesa para a ofendida. Em relação à pessoa ofendida, constatou-se a presença de mulheres companheiras e esposas, segundo pesquisas as que mais demandam a intervenção judicial em seus relacionamentos afetivos, mas também casos de namoro e uma pluralidade de integrantes da unidade doméstico-familiar como irmãos, cunhados, nora, o que sinaliza positivamente para a LMP como um estímulo às “denúncias”.

Percebeu-se que as divergências na aplicação da LMP não habitavam somente os operadores do direito nas instâncias inferiores, mas também, entre os Ministros (as) do STJ, as divergências eram acirradas.

Na análise do Grupo I destacou-se a resistência das Varas Criminais em acolher o caso de violência doméstica, independentemente do tipo de delito e relação afetiva. Embora tenham sido detectadas posturas conservadoras no STJ, esse Tribunal pacificou o entendimento de que cabe às Varas Criminais apreciar e julgar os casos de violência doméstica contra a mulher enquanto não criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Contudo, verificou-se grande resistência no STJ quando se tratava de estender a aplicação da LMP a casos de namoro. A leitura restritiva da LMP põe em xeque seu objetivo de alcançar um maior número possível de mulheres em situação de violência pelos seus parceiros em relacionamentos afetivos estáveis, não estáveis, longos ou efêmeros, comuns na atualidade, que nem por isso dispensam regras mínimas de boa convivência, respeito e responsabilização em caso de ruptura dessas regras.

Quanto ao segundo Grupo de decisões, verificou-se uma maior adesão por Ministros (as) à previsão feita pela LMP de mais uma hipótese autorizadora de prisão preventiva a ser utilizada para a proteção das mulheres em situação de violência, na qual sejam vistas, de fato, como sujeitos de direitos a uma vida sem violência. Entretanto, ressalta na pesquisa o reiterado descumprimento de medidas protetivas pelos maridos, companheiros ou namorados, indicando um possível descaso dos ofensores às medidas protetivas decretadas nos Juízos de origem. Assim, seria importante abordar em pesquisa própria as razões desse descumprimento e seus reflexos para as mulheres em situação de violência.

O terceiro grupo de decisões concentrou casos questionando o instituto da representação e a possibilidade de sua desistência pela mulher ofendida. Nesse grupo de decisões, volta à cena a discussão sobre a aplicação ou não da Lei nº 9.099/95 aos casos de violência doméstica contra a mulher. Contudo, contrariando as expectativas de alguns segmentos feministas, o STJ manifestou no Recurso Especial Repetitivo nº 1097042-DF, o entendimento de que a LMP não teve intenção de afastar por completo a Lei nº 9.099/95, e, por conseguinte, a representação dos delitos de lesão corporal. Importa registrar que a decisão foi por maioria de votos, comportando intensa divergência. De modo geral, não se observou uma nova leitura dos delitos de violência doméstica como violação de direitos humanos nas práticas judiciárias, embora tenham sido detectadas menções aos Tratados e Convenções.

Finalmente, cabe considerar o apontado na análise das decisões que a compreensão dos operadores do direito como agentes atuantes na rede de apoio contra a violência doméstica que atinge as mulheres é completamente ausente nas diversas instâncias. Existe um aspecto da LMP que parece ainda não ter sido “tocado” nas práticas judiciárias aos casos de violência doméstica contra a mulher: o papel transformador que a LMP conferiu aos operadores do direito para mudar a realidade da violência doméstica contra a mulher no cenário brasileiro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo:Cortez, 1985.

BARSTED, Leila Linhares**. Aspectos Sociais da Lei Maria da Penha**. In: II Jornada da Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Reforma do Judiciário/Ministério da Justiça, em 10 de março de 2008. Disponível em: < <http://201.49.148.183/portalcnj/images/imprensa/leila_linhares_barsted.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto -Lei nº2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>>. 25 set. 2010

\_\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº9099 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

\_\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº11340, de 07 de agosto de 2006.** (2006a). Que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

\_\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Seção de Informação Processual. Brasília, DF: 2010b. Disponível em:

http://www.stj.jus.br/webstj/processo/Justica/Default.asp. Acesso em: 25 de set. 2010.

CAMPOS, Carmen Hein. A Lei 9.099/95: Reprivatização do Conflito Doméstico. **Revista da Ajuris**, Ano XXVII , n. 83, Tomo I, set. de 2001. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_\_. Lei Maria da Penha: mínima intervenção punitiva, máxima intervenção social. **Revista Brasileira de Ciências Criminais,** 78, jul-ago, Ed. Revista dos Tribunais, 2008, p. 244-267.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sobre o CNJ**. In Portal do CNJ. Brasília-DF: 2011. Disponível em:< <http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj>>. Acesso em 10 jan. 2011.

ELA não era namorada dele diz juíza sobre Eliza. TerraTV online notícias. 2010. Disponível em: <<http://terratv.terra.com.br/videos/Noticias/Especiais/Caso-Bruno/4880-311025/Ela-nao-era-namorada-dele-diz-juiza-sobre-Eliza.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas:** um estudo sobre as mulheres; relações violentas e prática feminista. São Paulo: paz e terra, 1993.

GROSNER, Marina Quezado. **A seletividade do sistema penal na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: o trancamento da criminalização secundária por decisões em *Habeas Corpus***. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Ano 2, 2º sem., 1994, p. 473-483.

MACHADO, Carla; DIAS, Ana Rita. **Cultura e Violência Familiar:** Uma Revisão Crítica da Literatura. **BIB**, São Paulo, no. 64, 2o semestre, 2007, p. 43-74

NAMORADO não se enquadra na Lei Maria da Penha. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10 out 2008. Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/10/10/stj_agressao_de_ex-namorado_nao_se_enquadra_na_lei_maria_da_penha-549692207.asp>>. Acesso em: 25 nov. 2010

OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. **Crime invisível: mudança de signficados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

PANDJIARJIAN, Valéria. **Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação**. Rio de Janeiro: IPAS-Brasil, 2002. Disponível em: <

<http://www.ipas.org.br/arquivos/valeria/painel.doc>>. Acesso em: 20 nov.2009.

SABADELL. Ana Lucia. Violência doméstica: críticas e limites da Lei Maria da Penha. **Boletim do Instituto de Ciências Penais**. Belo Horizonte, v. 7, n. 85, março 2008, p. 5-7.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva** 13 (4) p. 82-91, 1999. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0>>. Acesso em: 20 nov. 2009

SALEM, Tania. **“Homem…já viu né?”:** representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: Família e Sexualidade. Maria Luiza Heilborn (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Luciana Santos. **O que queres tu mulher? Manifestações de gênero no debate de constitucionalidade da Lei Maria da Penha.** In: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

004)

**CORPO FEMININO NOS CURSOS TÉCNICOS, PREDOMINANTEMENTE, MASCULINOS: INVESTIGAÇÃO NOS DISCURSOS PRESENTES NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - Elza Ferreira Santos**

**Introdução**

De que corpo as mulheres, na sociedade contemporânea, necessitam para exercer as carreiras historicamente denominadas masculinas? Se atuam com feminilidade, dizem não ser adequadas para o serviço que é rústico e por vezes perigoso; se atuam com masculinidade, dizem ser “Maria Homem” como se negassem o corpo que a natureza lhes deu e que a sociedade, comumente, espera que elas o tenham. Indagações como estas é o que desejamos partilhar e discutir nesse artigo.

O trabalho insere-se nos estudos feministas, especificamente, aqueles que se propõem a estudar as relações de gênero e na sociologia da educação, principalmente, a que se destina a estudar o cotidiano pedagógico na educação profissional e as perspectivas de entrada das jovens no mundo do trabalho. Quanto à construção empírica, fincamos nossos olhos numa instituição centenária, o Instituto Federal de Sergipe – IFS. Em suas alunas e alunos, particularmente, nos que cursam Eletrônica, Eletrotécnica, Desenvolvimento de Sistema e Análise de Processos Químicos. Exceto neste, em todos os outros cursos, o número de mulheres matriculadas é imensamente inferior ao de homens.

Assim, considerando que o poder possibilita resistências e, consequentemente, constitui o ser corpo diante do outro, temos como objetivos conhecer como as estudantes se posicionam, nessa sociedade de transição (mas que gostaria que o corpo fosse duradouro), diante de um corpo que se altera o tempo todo: o corpo aluna, técnica, mulher, jovem, força, beleza, maternidade etc. e verificar como a instituição escolar – regimentos, aulas e estágios – disciplina o corpo de uma/um estudante quase técnica/o. Para os atingirmos, realizamos com alunas e alunos, ao longo de 2011, cinco grupos focais – GF. Os debates foram transcritos e todos eles encarados como textos sobre os quais nos detivemos construindo uma análise de discurso.

Sistematizamos o desenvolvimento do artigo em partes, a saber: na primeira tratamos do conceito de gênero e do processo de subjetivação; na segunda, da educação profissional; na terceira, expomos dados sobre a juventude sergipana e o IFS; na quarta, a metodologia da pesquisa; na quinta, os discursos em torno do corpo feminino das alunas e, por fim, as conclusões.

**Gênero: discursos teóricos e conceituais**

O termo “gênero” foi introduzido nos anos setenta com o intuito de frear o “avassalador determinismo biológico”. Segundo Saffioti (2004), o primeiro estudioso a alcunhar o termo gênero foi Robert Stoller em 1968. No período o termo não vingou, o que só veio a acontecer em 1975 com o trabalho acadêmico intitulado de *The Traffic in Women* de Gayle Rubin. "*Traffic*" é mundialmente considerado um trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero embora a pesquisadora Saffioti reconheça indícios em Simone de Beauvoir que fomentariam a nomenclatura gênero: “a gente não nasce mulher, torna-se”.

Rubin (1993) adota a expressão “sistema de sexo/gênero” como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana”. Vê-se a distinção entre os atributos sociais e os naturais/biológicos, pois se considera a sociedade como agente de práticas transformadoras do real, isto é, do corpo. Outra estudiosa de Gênero é Joan Scott. Segundo Scott (1989, p. 01), a categoria gênero “parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Os estudos que se desenvolveram a partir daí tornaram-se relevantes para entender os diversos processos que constituem a composição das profissões e as relações mantidas entre mulheres e homens no trabalho, em casa ou em qualquer outro lugar onde se observe o relacionamento entre elas e eles, elas e elas, eles e eles ou como afirma Louro (2003, p. 21) “para se compreender o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”.

No Brasil, conforme Costa *et al* (2010), os estudos feministas começam a ser registrados na década de 60 com um trabalho de Saffioti denominado “A mulher na Sociedade de Classes: Mito” de 1969. Já o conceito de gênero “alastrou-se rapidamente na década de 1990” (SAFFIOTTI, 2009, p. 15). Isto se deveu às leituras e discussões travadas em torno dos textos produzidos por Scott. Scavone (2004), por sua vez, reconhece a teoria de gênero elaborada por Scott como suporte teórico dado a diversos estudiosos do assunto. Menciona-se que os dois famosos textos de Scott *Gender: a Useful Category of Historical Analysis* de 1986 e *Gender and the Politics of History* de 1988 circulavam por meio de xerox entre as estudiosas brasileiras.

Se, por um lado, vê-se a categoria de gênero disseminada nos diversos estudos das ciências sociais, por outro, veem-se questionamentos em relação a ela. Entre os questionamentos destacamos o de Judith Butler (2003). Em seus estudos as categorias gênero e poder se associam para compreender o que constitui o sujeito na contemporaneidade. A filósofa americana mostra que o sujeito não é uma entidade substancial que possa representar um grupo, por exemplo, o das mulheres. Sua obra aposta na instabilidade e fluência do sujeito. Ela entende que a concepção de gênero é construída no discurso e pelo discurso.

Indo mais longe, a autora pergunta se não seria o sexo também uma construção discursiva. Ou melhor, “Talvez o próprio constructo chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25). Com Butler, a noção de poder é ampliada e a noção dualista de gênero é criticada, pois mesmo ao trocar sexo por gênero continuamos a empregar masculino e feminino como se fossem correspondentes de macho e fêmea, respectivamente: “El gênero es el aparato mediante el cual tienen lugar la produción y la normalización de lo masculino y lo femenino, junto con las formas intersticiales hormonal, cromosómica, psíquica y performativa que el gênero asume” (BUTLER, 2005, p. 11).

Ou seja, o aparato simbólico criado pela cultura patriarcal e científica impõe valores e o conceito de gênero submete-se a eles. A proposta de Butler é que os estudos de gênero possam também desconstruir este aparato sociocultural que empurra homens e mulheres para um binarismo masculino e feminino: “estamos sugiriendo que el género tiene una manera de moverse más allá de ese binario naturalizado” (2005, p. 12). O gênero não escapa do poder regulador, entenda-se poder regulador no sentido foucaultiano – aquele que se constitui historicamente e opera sobre os atos sociais e culturais. Defende Butler (2005, p. 10) que o gênero “requiere e instituye su próprio y distinto regime regulatório y disciplinario”.

Atender a um discurso restritivo que compreende homens e mulheres como únicos representa a instituição de um poder regulatório. Ora, numa escola, quanto às alunas, espera-se delas, muitas vezes, que se apresentem bem femininas, ou seja, que ajam com meiguice e afetividade, pois culturalmente são valores que lhes foram atribuídos. Então, muitos se surpreendem quando elas agridem fisicamente alguém ou gritam palavrões ou escolhem trabalhar como mecânicas. Entendemos, pois, que o gênero reconhecido não é a representação social do sexo que classifica as aluna em questão, efetivamente. Mais que isso, noutro momento, aquelas mesmas meninas que estavam a gritar ou a bater, podem apresentar-se bastante meigas ou gostarem de fazer tricô.

**Subjetivação: um discurso performático**

Butler compreende o sujeito como efeito de discurso. Entendendo a mulher como um devir, um contínuo processo, defende que o gênero é “uma prática discursiva” (2003, p. 59), logo, abre-se às contingências, às ressignificações. Afinal, a linguagem não é uma estrutura fechada e, se o feminino e masculino só podem ser compreendidos dentro dela, Butler considera que os corpos assumem uma postura de performatividade.

A performance é construída por meio das regulações produzidas culturalmente. Cotidianamente, constroem-se normas e rituais que são todos os dias repetidos e, assim, assimilados como se fossem ideais para toda uma coletividade. O gênero é uma prática performativa no sentido de que atende a práticas entendidas como normais ou materializadas no corpo. Assim, o sujeito se produz nas e pelas práticas discursivas reguladoras. O gênero é um modo de subjetivação, pois a emergência do sujeito não parte do nada ou do novo. Emerge inserido em uma sociedade, em discursos engendrados pela família, pela escola ou por quaisquer outras instituições pois todas elas possuem práticas de gênero.

Dentro da perspectiva foucaultiana, compreendemos o sujeito como uma construção histórica. É a história que dá subsídios para entender os processos de subjetivação. O sujeito constrói-se numa relação de poder, logo, sofre pressão e somente a partir dessa coação é que ele se constitui como tal. Em outras palavras, o discurso que um sujeito produz reflete condições (ou circunstâncias) sociais. Há princípios de regulação conforme os quais se formula ou se produz um sujeito. Mas como o sujeito apreende essa regulação?

Intencionalmente ou não a onipotência de uma ordem escolar é sistematizada por meio dos discursos que instituem a escola, por meio dos discursos que instituem o saber dos professores, por meio da vigilância perseguida pelos olhares que buscam a ordem como sinal do bom funcionamento das coisas, enfim, por meio de todos os setores, olhares e discursos que impregnam valores de como devem se comportar os corpos. No que diz respeito ao gênero, a escola como instituição regulada por normas ainda apresenta padrões convencionais quanto aos papéis sociais que homens e mulheres devem exercer. Os livros didáticos não raro apresentam visão maniqueísta de como deve se comportar o sujeito feminino ou o masculino. No ensino profissionalizante, por exemplo, os livros técnicos sempre trazem a imagem de meninos usando ferramentas ou manuseando máquinas.

Esses dispositivos presentes na escola podem ser vistos também na família ou em quaisquer outras instituições. Moldar o corpo, formar o sujeito de acordo com as convenções parece uma necessidade social. Os discursos produzem valores, investindo e impondo um princípio regulador que toma completamente o indivíduo, que o totaliza e lhe outorga coerência, consequentemente, parecem atuar como encarceradores do sujeito, do corpo. Entretanto, as relações de poder suscitam resistência: “as resistências são o outro lado nas relações de poder” (FOUCAULT, 2003a, p. 91). Os discursos que promovem a subordinação promovem também as resistências: “O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 2003a, p. 96).

É por meio do discurso que o sujeito vai enveredar-se. Escutando seus pais, seus professores, o sujeito vai posicionar-se e entrar nos liames do discurso deles para assim construir o seu seja acatando seja rejeitando o que se ouve. O silêncio ou o olhar produzem poder, emitem reprovação ou aprovação mas o sujeito que os recebe não fica inerte. Esse mesmo olhar que lhe dirige aprovação pode ser o olhar que provoca e que estimula a reagir. Há a necessidade de o sujeito deparar-se com o outro. É na relação dialógica que se constrói o sujeito, pois “não se pode ocupar-se consigo sem a ajuda de um outro” (FOUCAULT, 2006, p. 603).

A realidade social ou, como preferem Berger e Luckmann, a vida cotidiana supõe um modo intersubjetivo, um mundo no qual participamos juntamente com outros homens e mulheres. Não se pode existir na “vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros” (BERGER e LUCKMANN 1985, p. 40). No caso das mulheres, quem é o seu outro? Homens e mulheres constituem-se outros. O sujeito feminino tanto quanto o masculino são formados por homens e mulheres, porém muitas vezes ainda hoje em nossa sociedade somos obrigados a escondermos os anseios, as orientações sexuais e os desejos. Muitas escolhas profissionais, por exemplo, são feitas de acordo com as pretensões das famílias. Valores de profissões adequadas ou inadequadas podem ser transmitidos de mães e pais para filhas/os ou de professoras/es para as/os discentes.

Dito de outra forma, se a constituição do sujeito se dá nas relações, como ele poderá apreender determinados costumes se em nossa sociedade ainda há um número restrito de mulheres caminhoneiras, eletricistas, engenheiras, políticas, entre outras? As situações precisam ser vivenciadas ou experimentadas para que a partir daí o sujeito possa manifestar-se na sua fala e nas suas ações.

É na imanência da história que os modos de subjetivação se constituem. É também ali que elas se desfazem. Pois não há liberação senão na história (FOUCAULT, 2006), mas de que história nós estamos falando? Por acaso temos acesso livre à história das mulheres e à dos homens que agem diferente dos padrões ditados pela sociedade? Onde estão os discursos que dizem ser normais todos os desejos sexuais, todos os tipos de trabalho para quaisquer sexos? Quanto tempo levará a se desatarem os nós construídos na história ocidental por uma sociedade heterossexual, branca e patriarcal?

Possivelmente, buscando o conhecimento, deslocando-se para alcançá-lo, pois o conhecimento acerca da existência humana é relacional e “capaz de produzir uma mudança no modo de ser do sujeito” (FOUCAULT, 2006, p. 290). Nas relações sociais, o sujeito não é estático, desloca-se porque ora se envolve com um ora com outro; o discurso da família é posto em xeque com o discurso da escola, da igreja, do clube, enfim, dos demais grupos dos quais faz parte o sujeito. Ele se insere numa rede de conhecimentos desde cedo.

O sujeito mergulha no mundo simbólico, no mundo do discurso de seus pais, irmãos, familiares e vizinhos, posteriormente, da escola, igreja e associações, todos os dias. Esses signos estão do lado de fora, mas não distantes. Ao contrário, “el sujeto busca los signos de su existencia fuera de sí, en un discurso que es al mismo tiempo dominante e indiferente. Las categorías sociales conllevan simultáneamente subordinación y existencia” (BUTLER, 2010, p. 31).

No início, a criança é o centro das atenções e lhe destinam muitas falas, olhares e cuidados. Mas, ao mesmo tempo em que o sujeito é aprisionado no discurso do outro, ele elabora, reelabora e vai constituindo a sua existência, mesmo porque o sujeito não está preso a um só discurso. Vários discursos, como já esclarecemos, começam a chegar até ele. A questão é como o sujeito fará para resistir o discurso do outro e construir o seu próprio:

El poder que opera en el sometimiento se manifiesta, por tanto, en dos modalidades temporales sin común medida entre si: en primer lugar, como algo que siempre anterior al sujeto, está fuera de el y em funcionamiento desde el principio; en segundo lugar, como efecto voluntario del sujeto (...) El sujeto es el mismo un lugar de ambivalência, puesto que emerge simultáneamente com efecto de un poder anterior y como condición de posibilidad de una forma de potencia radicalmente condicionada. (BUTLER, 2010, p. 25).

É da ambivalência que o sujeito responde à submissão e lhe resistirá. Assim, o sujeito pode resistir e expressar resistência. Não uma resistência que acontece de uma hora para outra, instintiva ou impulsivamente. Mas uma resistência também contingencial, resultado também das experiências que o sujeito está vivenciando naquele momento. Por isso que a resistência opera, de acordo com o que entendemos, na repetição e não é um fato único e isolado.

Nessa perspectiva, a escola é, indubitavelmente, um dos espaços em que se exige mais sujeição e ao mesmo tempo mais se promove ousadia e liberdade. Os micropoderes presentes numa instituição escolar circulam em sala de aula, corredores, salas administrativas, no portão, nas quadras esportivas e nos laboratórios. Em tais espaços estão os micropoderes direcionando, organizando, vigiando, mas ao mesmo tempo criando resistência, espaço de discussão, infração e fuga. O que queremos expressar, de modo prático, é que o sujeito sentindo-se inserido no sistema pedagógico encontra, provavelmente, muitas ocasiões de se manifestar como sujeito autônomo, isto é, estar numa rede em que os poderes atuam.

Na escola, a repetição de discursos se faz notar. Alunos e alunas vão aos poucos sedimentando seu conhecimento, seu estar numa escola em virtude do que escutam, do que falam, do que observam, enfim, o universo escolar é repleto de discursos que vão e vêm ditos de tantas formas: escritos, orais, em tom de ordem, de pedido, de ironia ou de ambiguidade. Tudo isso vai sendo assimilado pelo sujeito que vai filtrar o discurso, aderir a ele ou repudiar o dito pelo outro, no caso, a instituição, os professores, os colegas etc. Todos esses outros corroboram para a formação do sujeito. Para Foucault, o simbólico produz as possibilidades de suas próprias subversões e estas são efeitos inesperados das interpelações simbólicas. Interpelações que podem ou não alterar os modos de se posicionarem diante das exigências de uma escola ou de uma empresa.

**Educação profissional e gênero**

Diversas pesquisas assinalam que as meninas se dão bem em leitura, interpretação de texto, ao passo que os meninos nas disciplinas que envolvem cálculo. Na Alemanha, por exemplo, Häussler y Hoffman mostraram que entre os estudantes de 11 a 16 anos, as meninas se interessavam menos do que os meninos pelos estudos de física. Entre os garotos e garotas que se interessavam por ciências, foi possível também perceber que havia gostos diferentes: as meninas preferiam “la luz, el sonido y el calor” e os meninos preferiam “la mecânica, la electricidad y la radioactividad” (HÄUSSLER; HOFFMAN,1997, 1998 apud em WEINER, 2010, p. 28).

Nos EUA, também essa diferenciação na escolha de carreiras é notável. Um estudo realizado pelo The National Women’s Law Center (NWLC) em 2005 referente à educação científica e técnica, com crianças entre 9 e 12 anos de idade revelou que: “females represent more than five out of six students enrolled in courses in traditionally female fields, but just 1 out of every 6 students in traditionally male courses” (NWLC, 2005, apud LUFKIN *et al*., 2007, p. 427).

No Brasil, os dados também surpreendem. Em uma pesquisa realizada pelo INEP (2006), é possível perceber um número crescente de mulheres presentes em cursos profissionalizantes. A área cujo índice de matrícula possui o mais alto percentual de mulheres é a da saúde, fato observado em todas as regiões. E o menor percentual de matrícula de mulheres está na área de Indústria, fato que também se repete em todas as regiões. Na área de Química o número de mulheres é levemente superior ao de homens, mas é preciso ressaltar que nessa área se inclui o curso de Química de Alimentos onde se vê normalmente uma imensa matrícula feminina. A área de Construção Civil ainda tem consideravelmente um número de homens maior do que o das mulheres, mas na região Sudeste essa diferença já é pequena. Embora a área de Informática não tenha essa ideia de força física, de desgaste corporal, ainda há forte a presença do contingente masculino.

A segregação se deve a várias razões. Vão desde as relações presentes no âmbito familiar até as discriminações sofridas durante a atuação no mercado de trabalho. Lógico que quando falamos de escolhas não convencionais, não estamos nos restringindo apenas às meninas que se inserem na eletrônica, por exemplo, mas também aos meninos que se inserem em turismo. Tanto elas quanto eles infringem o que é socialmente determinado. Assim, de modo sucinto, as razões para que eles não escolham as carreiras denominadas femininas nem elas às carreiras masculinizadas de acordo com *National Centers for Career and Technical Education* – NCCTE (2003) são:

(a) lack of early exposure to nontraditional occupations and role models; (b) student attitudes; (c) unsupportive career guidance practices and materials; (d) lack of encouragement to participate in math, science, and technology; (e) stereotyped instructional strategies and curriculum materials; (f) a chilly school/classroom climate that can result in student isolation; (g) lack of self-efficacy; and (h) limited support services. (apud em LUFKIN *et al*., 2007, p. 432)

Particularmente, no IFS não existe uma política que possa acompanhar e assistir as alunas e alunos durante o curso. Também não há seminários ou palestras que tratem como comuns aos dois sexos as profissões mais extremas. De modo similar, quando um garoto expressa sua vontade por cursar Turismo passa a ser isolado, sendo tratado por colegas com piadas. Os/as professores/as não escondem o estranhamento quando veem situações desse tipo.

Se restringirmos as causas quanto ao fato de as garotas não escolherem as carreiras técnicas/tecnológicas, boa parte das pesquisas apontam: a família que não a incentiva, a academia tem poucos modelos femininos, não são dadas diversas informações acerca de determinadas profissões (BURGER *et al*., 2007). Na escola, a falta de incentivo é enorme: “In general, “smart” and “popular” are not synonymous during adolescence, and physics, being the least “cool” and most “nerdy”, is the hardest for girls to embrace” (BORG *et al*., (2005) apud BURGER *et al.*, 2007, p. 261).

Entretanto, no Brasil foi elaborado, em 2004, o Primeiro Plano de Políticas para as Mulheres – I PNPM - e paulatinamente algumas medidas estão sendo postas em prática. O I PNPM, de forma, contundente assinala que:

A escola é um dos grandes agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de gênero, que gera discriminação e violência contra as mulheres, se expressa no ambiente educacional de várias maneiras. Conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da mulher ainda são reproduzidos em materiais didáticos e paradidáticos, em diferentes espaços e contextos educacionais. E, atitudes preconceituosas de professoras(es) ou orientadoras(es) educacionais podem contribuir para que determinadas carreiras sejam vistas como “tipicamente femininas”, e outras “tipicamente masculinas” (IPNPM, 2006, p. 55) .

No I PNPM, as questões de gênero estão associadas aos grupos minoritários como os negros/as e indígenas. Por isso um dos grandes avanços nesse documento, em nossa opinião, é a meta de “Incorporar diretrizes relativas a gênero, raça e etnia no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, inclusive por meio da participação ativa junto ao Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica” (I PNMN, 2006, p. 58).

**Juventude sergipana e o Instituto**

Em se tratando do Estado de **Sergipe**, a comparação entre rapazes e moças remete à distribuição sexual das funções em uma sociedade em que os preconceitos do sexismo permanecem fortes, apesar de estarem diminuindo. Os homens são proporcionalmente mais numerosos nos setores da agricultura, do trabalho operário (indústria da transformação e construção civil e do transporte). As mulheres ocupam mais vagas no comércio, na prestação de serviços, na educação, na atividade social, na saúde e, claro, no trabalho doméstico (CHARLOT, 2006).

Aliás, sobre “as juventudes sergipanas” constatou-se que tanto homens como mulheres pautam sua vida sobre “quatro pilares: família (28%), emprego (24%), estudos (16%), saúde (12%). Esses quatro assuntos abrangem 80% dos motivos de satisfação ou não Satisfação dos jovens em relação à vida” (CHARLOT, 2006, p. 48). Em nossa pesquisa os/as estudantes situam-se numa classe social que vê o trabalho como parte de sua vida, como constituição de si, vê o salário como meio de sobrevivência, como o que lhe permite circular nos meios sociais e galgar *status* e reconhecimento.

O Instituto Federal de Sergipe é uma instituição que completou cem anos de história e de contribuição na formação acadêmica e profissional em Sergipe. Em 1909, o presidente Nilo Peçanha assinou um decreto que instituía a criação de Escolas de Aprendizes Artífices. Uma das escolas foi criada em Aracaju, que no primeiro ano de efetivo funcionamento, em 1911, contava com 120 alunos matriculados, dos quais apenas 69 concluíram. Segundo Patrício (2003), nenhuma aluna foi matriculada na primeira turma. Somente em 1944, criados os cursos de Corte e Costura e o de Chapéus, Flores e Ornatos, as mulheres prestaram exame para seleção discente. Porém, só se formaram quatro alunas em 1947. Desse modo, foram suprimidas as vagas para as mulheres e somente quinze anos depois, com a implantação dos cursos técnicos, é que as mulheres voltariam à Escola; dessa vez para o curso técnico de Estradas.

Atualmente, o IFS compõe-se de 6 campi dos quais o maior é o de Aracaju onde realizamos a nossa pesquisa. O Campus Aracaju possui, em 2012, o maior número de matrícula, a saber: 4114, desse total 1995 são mulheres o que corresponde a 48% do total de matrícula. Com esse percentual, percebe-se um equilíbrio na matrícula. Entretanto, se observarmos a matrícula dos cursos subsequentes e a dos Integrado é possível perceber a segregação sexual:

**Tabela 1** - Campus Aracaju: Cursos Subsequentes e Cursos Integrados de 2012

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cursos Subsequentes 2012** | **Qtde** | **Masc.** | **%** | **Fem.** | **%** |
| Agenciamento e Guiamento | **4** | 1 | **25,0** | 3 | **75,0** |
| Alimentos | **92** | 12 | **13,0** | 80 | **87,0** |
| Análise e Processos Químicos | **3** | 1 | **33,3** | 2 | **66,7** |
| Construções Prediais | **4** | 4 | **100,0** | 0 | **0,0** |
| Desenvolvimento de Sistemas | **10** | 5 | **50,0** | 5 | **50,0** |
| Edificações | **298** | 166 | **55,7** | 132 | **44,3** |
| Eletrônica | **107** | 99 | **92,5** | 8 | **7,5** |
| Eletrotécnica | **193** | 174 | **90,2** | 19 | **9,8** |
| Guia de Turismo | **120** | 26 | **21,7** | 94 | **78,3** |
| Hospedagem | **128** | 22 | **17,2** | 106 | **82,8** |
| Informática | **101** | 88 | **87,1** | 13 | **12,9** |
| Petróleo e Gás | **104** | 73 | **70,2** | 31 | **29,8** |
| Química | **119** | 57 | **47,9** | 62 | **52,1** |
| Química de Alimentos | **1** | 0 | **0,0** | 1 | **100,0** |
| Segurança do Trabalho | **304** | 123 | **40,5** | 181 | **59,5** |
| Serviços Hoteleiros | **1** | 0 | **0,0** | 1 | **100,0** |
| **Subtotal** | **1589** | **851** |  | **738** |  |
| **Cursos Integrados 2012** | **Qtde** | **Masc.** | **%** | **Fem.** | **%** |
| TI - Alimentos | **129** | 25 | **19,4** | 104 | **80,6** |
| TI - Análise e Processos Químicos | **2** | 2 | **100,0** | 0 | **0,0** |
| TI - Construção Civil | **5** | 4 | **80,0** | 1 | **20,0** |
| TI - Edificações | **154** | 93 | **60,4** | 61 | **39,6** |
| TI - Eletrônica | **110** | 98 | **89,1** | 12 | **10,9** |
| TI - Eletrotécnica | **119** | 104 | **87,4** | 15 | **12,6** |
| TI - Informática | **157** | 109 | **69,4** | 48 | **30,6** |
| TI - Programação e Suporte em Sistemas Computacionais | **3** | 3 | **100,0** | 0 | **0,0** |
| TI - Química | **134** | 60 | **44,8** | 74 | **55,2** |
| TI - Química em Alimentos | **4** | 1 | **25,0** | 3 | **75,0** |
| TI - Serviços Hoteleiros | **6** | 2 | **33,3** | 4 | **66,7** |
| **Subtotal** | **823** | **501** |  | **322** |  |
| **Total** | **2.412** | **1.352** |  | **1.060** |  |

**Fonte:** Coordenação do Registro Escolar (CRE) do IFS**.**

**Percurso da pesquisa**

Quanto à parte teórica, debruçamos nossas leituras nos estudos de gênero, os que compreendem o corpo como discurso Butler (2003, 2008 e 2010), nos de sexualidade, os que postulam o corpo como constructo histórico Foucault (2003a, 2006) e de educação e trabalho, os que versam sobre a inserção de mulheres em campos majoritariamente ocupados por homens quer na escola/universidade quer nas indústrias (Lombardi, 2005; Stanki, 2000 e Carvalho, 2007).

Para conhecer a população pesquisada e seu cotidiano escolar, em uma primeira etapa, foram consultados os dados e as estatísticas presentes no sistema acadêmico através da Coordenação de Registro Escolar – CRE – do IFS; também foram consultados os perfis sócio-acadêmicos elaborados pela Coordenação de Assistência ao Aluno – CAE – do IFS (o perfil abrange dados como sexo, idade, classe social, raça, religião) e as informações sobre os egressos do IFS publicadas pela Diretoria de Relações Empresariais (DRE) do IFS e pelo Governo Federal. A partir daí selecionamos os cursos Integrados de Eletrônica, Eletrotécnica e Informática e os Subsequentes em Eletrônica, Eletrotécnica, Desenvolvimento de Sistema e Análise de Processos Químicos. Exceto neste, em todos os outros cursos, o número de mulheres matriculadas é imensamente inferior ao de homens.

Na segunda etapa, ocorreu a realização dos grupos focais – GF, uma técnica de pesquisa na qual se reúne uma determinada quantidade de pessoas – parte do público alvo de investigação – a fim de “coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico” (CRUZ NETO, MOREIRA e SUCENA, 2002, p. 05). Participamos dos GF como moderadora, embora sejamos professora no IFS, não conhecíamos as/os participantes dos grupos focais, uma vez que não havíamos ministrado aulas para elas e eles.

Foi por meio de debates que ouvimos rapazes e moças discorrerem acerca do tema profissionalização das mulheres, a construção de sua subjetivação na contemporaneidade. O primeiro GF contou com 5 ex-alunos e 5 ex-alunas dos cursos supracitados; o segundo, com 5 alunos do 4º ano do Integrado de Eletrotécnica; o terceiro, com 7 alunos e 3 alunas do 4º período do Subsequente de Eletrônica; o quarto, com 6 alunas do 3º ano do Integrado de Informática, Eletrônica e Eletrotécnica e o quinto com 3 alunos e 3 alunas do 4º período do Subsequente de Análise de Processos Químicos. A média de idade era 20 anos. Feitas as apresentações iniciais, assistimos a um vídeo (organizado para essa finalidade) usado como pretexto para iniciarmos a discussão. Durava em torno de cinco minutos e continha imagens de trabalhadoras: astronautas, caminhoneiras, policiais, eletricistas, artistas do rock, carpinteiras, pedreiras, políticas, escritoras, enfim, eram imagens de mulheres que exerciam profissões conhecidas historicamente como masculinas. A seguir o debate começava.

Os GF duravam em torno de uma hora e trinta minutos, todos foram gravados e transcritos. Para esse artigo selecionamos uma categoria de análise – Corpo – sobre a qual procuramos, ao estilo foucaultiano, tecer uma análise do discurso.

**Corpo e seus discursos**

Durante os GF, o corpo feminino configurou-se através de vários sentidos, um deles foi fragilidade: a mulher tem menos força e resistência física. Outro foi o de biologia carregado dos quesitos menstruação e gravidez, pseudovilões para o exercício profissional. E, por fim, o de sensualidade vinculado à sedução, estética e assédio.

Para nós, o corpo é discurso, pois “la diferencia sexual nunca es sencillamente uma función de diferencias materiales que no estén de algún modo marcadas y formadas por las prácticas discursivas” (BUTLER, 2008, p. 17). O corpo é carne, osso, enfim, matéria mas tudo isso é revestido de discurso. As pessoas carregam um código genético, vivem de acordo com o funcionamento do seu organismo mas as pessoas também estão imersas no mundo de linguagem e seu corpo vai se materializando nas relações de poder.

Corpo Fragilidade:

Mas o homem não é tão frágil, a mulher fisicamente é mais frágil, é por isso que as profissões que requer um pouco mais de riscos, força física, ao longo da história, são inicialmente masculinas, só que aí com o passar do tempo a mulher veio lutando pra tomar outro espaço... (Alex – GF1)

O homem já tem esse potencial digamos assim físico e a mulher tem que se esforçar pra ultrapassar esse limite, quer queira quer não, não tem como a gente dizer que o preparo físico é o mesmo (Igor – GF1)

A mesma coisa que tem um menino magrinho que não vai conseguir carregar um peso. Uma mulher que tenha mais preparo físico, que tenha o hábito de fazer esse serviço, essa questão não é porque é nato, é uma preparação. (Vanessa – GF1)

Risos e tumultos indicam discordância...

a mulher pode exercer a função de policial? pode! mas tem uma limitação queira ou não queira tem uma limitação: a força física, o mesmo cem quilos que o homem vai pegar a mulher pode pegar mas digamos que homem pegue com uma mão a mulher vai pegar com as duas... sabemos que a mulher tem um papel muito importante na sociedade, mas tem afazeres que cabem mais ao homem do que a mulher não se trata de só o homem pode fazer, a mulher pode fazer também, agora com um esforço maior (Albert – GF2)

A discussão acerca da fragilidade começa, no GF1, após expressarem espanto e admiração por verem mulheres participarem das Forças Armadas. O espanto deveu-se justamente a isto: um corpo pensado frágil que tem de executar ações de um corpo forte. O potencial da força física é masculina parece ser uma assertiva conclusiva em que não se admite negação. Vanessa contraria a opinião mostrando que o corpo forte não deve ser generalizado para todos os homens, afinal existem aqueles que são fisicamente frágeis. Tenta convencer os colegas de que a força não está só de um lado, mas torna-se alvo de risadas e nenhum das/dos colegas sai em sua defesa.

O esforço maior a que se refere o GF2 foi reiterado em todos os focais, exceto no GF4. A observação de que há afazeres mais cabíveis aos homens do que às mulheres é certamente uma constatação do que está em suas experiências. Quantas vezes se podem observar em Sergipe mulheres trabalhando na construção civil? Nas fábricas de cimento? No transporte de cargas? Como se pode dizer o contrário daquilo que se experimenta?

As mulheres não negam o corpo diferente que possuem, não negam adaptações por que precisam passar mesmo porque o corpo é construção, carrega uma história de si, consequentemente uma história da sociedade: o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2003b, p. 80). O técnico forma o corpo. Vestir-se com macacão ou no mínimo de calças compridas, ter os dedos ágeis e muitas vezes sujos de graxa, andar curvado pois muitas vezes carrega-se uma maleta com as ferramentas e pesa muito ou senta-se curvado para ficar próximo da máquina ou do computador. Mas porque o corpo tem de ser este? E por que o corpo das mulheres não pode também ter essa construção?

“Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2009, p. 132), os corpos masculinos e femininos são disciplinados a atenderem uma demanda sociocultural, mas a cada época podem ser alteradas as demandas. Há corpos que não são adaptados para pegar tanto peso, mas o corpo pode adaptar-se, aprender a lidar com situações extremas. O poder produz rituais da verdade e neles são produzidas as regras do jogo. Agora, as máquinas favorecem a que os corpos franzinos ou considerados frágeis também comecem a suportar pesos ou ao menos a movê-los, então novas verdades passam a ser formadas e diante dos efeitos da verdade reestruturaremos nossas ações e produziremos novos conhecimentos.

Corpo Biologia:

Os participantes do GF eram jovens, o ambiente era uma escola profissionalizante e, possivelmente, por conta disso os afazeres domésticos ou o cuidado com crianças apareceram pouco nas discussões. Entretanto, ao falarmos de fatores que interferem no campo profissional, destacaram-se aspectos como menstruação e gravidez.

Menstruação:

Na mata, uma mulher que é militar e ocorre um *sistema.* Desce! e aí pra mulher se cuidar? (Euclis – GF3)

Acho que é uma questão de cuidado (Luan – GF3)

Fica difícil (Sérgio – GF3)

Né não! Acho que pega... (Euclis – GF3)

Risos

Entendeu é questão de cólica mesmo, isto é fato (Luan – GF3)

Tem remédio (Marília – GF3)

Então, foi exatamente isso que eu falei, mulher tem que se cuidar mais (Luan – GF3)

Vai entender mulher! Não tem condições não, um homem pensa uma coisa, mas... (Euclis – GF3)

Isso é para dar nó! (Luan – GF3)

(...)

Na empresa em que vocês foram chefiados por mulheres tem este tipo de justificativa? (Pesquisadora)

Não. (Luan – GF3)

Ela pode falar outra coisa, mesmo tando com este problema, ela pode não ser assim direta pode falar outra, não sei se é questão de vergonha... não sei... vá entender mulher... (Euclis – GF3)

Posso fazer uma pergunta? mas vocês nunca chegaram para o namorado ou alguém que você não tá a fim de ver ou tá marcando um compromisso nunca chegaram para dizer: ah, eu não vou porque eu tô com cólica? (Luan – GF3)

Sim... (Marilia – GF3)

é isso que eu quero dizer... (Luan – GF3)

Vida pessoal é pessoal! Daí a usar cólica para desculpa de faltar o trabalho, tá louco? (Marilia – GF3)

Os rapazes do GF3 demonstraram muito interesse por discutir o assunto, porém, a palavra menstruação apareceu disfarçada pela palavra “sistema”. Um sistema que impossibilita ou dificulta a vida das mulheres a tal ponto de, segundo os rapazes, delas faltarem o trabalho, a escola e a compromissos.

Os rapazes do GF3 desafiam as colegas do grupo indagando-as sobre a possibilidade de sofrerem de TPM. É com surpresa que recebem a resposta de que elas não faltariam ao trabalho simplesmente por conta de uma cólica. Os rapazes insistem em afirmar que as cólicas atrapalham as mulheres, fazem gracejos no focal dizendo que suas colegas provavelmente já a usaram como pretexto para não fazerem provas, as meninas negam com veemência e isto os surpreende bastante.

As três, presentes na discussão, mal têm tempo de se pronunciar. Rejeitam todas as afirmações dos rapazes. A cólica pode justificar a ausência de um compromisso pessoal, mas a mesma não vale para um compromisso profissional. Bem se vê que a apreensão dos corpos femininos por homens e mulheres gera discursos distintos entre eles.

O mesmo assunto surgiu de forma incisiva logo no início do debate no GF5. Após a apresentação do vídeo, na primeira fala de um dos integrantes houve a manifestação de que as mulheres trabalham bem, são competentes menos em um determinado período: o menstrual.

A mulher é uma pessoa que faz o trabalho mil vezes melhor que o homem, eu sei porque a mulher sabe tomar cuidado no local de trabalho, ela atende de uma forma melhor do que o homem, exceto nos períodos que a mulher está naqueles tempos não se sente bem ela não exerce aquela profissão adequada (Felipe – GF5)

Naquele tempo? (pesquisadora)

O tempo que ela tem no final do mês ou no início do mês. Sim, já vi em pesquisa, não me lembro qual foi a revista, que elas não passam bem, mas fora esse período a mulher exerce a função melhor que o homem, na sua forma de pensar, pela sua forma de pensar, pela sua forma de trabalhar e pelo convívio que há entre os homens. (Felipe – GF5)

Eu concordo com ele. Acho que sim, você fica estressada, (Alice – GF5)

Lógico que o rendimento cai. (Felipe – GF5)

Acho que depende do trabalho, se for um trabalho que exija a parte mental, é meio complicado. (Thamires – GF5)

Não sei se o rendimento cai, mas que a probabilidade de erro é bem maior nesse período, lógico que depende de cada mulher, mas sendo um trabalho físico a probabilidade de erro é maior. (Marcos – GF5)

Eu sempre achei que a mulher poderia fazer as mesmas coisas que os homens, só que assim ainda existe muito preconceito principalmente na indústria, tem trabalho pesados que eles não aceitam mulheres já por causa disso ... (Mariana – GF5)

Supondo que uma mulher leva de quatro a cinco dias menstruando e que nesse período cai o rendimento, que empresa vai querer contratar uma mulher sabendo que durante cinco dias terá perda em sua produção? (pesquisadora)

Silêncio

No início da fala de Felipe, há um elogio ao fato de as mulheres trabalharem melhor que os homens por serem cuidadosas e atenciosas. Contudo, seu elogio ao cuidado sofre retaliação ao mencionar o fato de a mulher sofrer perda de “rendimento” no período menstrual.

Antes, é preciso ressaltar que tal qual no GF3, o aluno não usa a palavra menstruação, usa a expressão “naqueles tempos”, isto é, “tempo que ela tem no final do mês ou no início do mês”. Percebia-se um constrangimento no aluno ao pronunciar a palavra menstruação. Como sabemos sobre o período menstrual, foram construídos diversos mitos “a mulher, com seu sangramento mensal, assumiu, através da história, papéis os mais diversos: vidente, conselheira, bruxa, feiticeira e, atualmente, é considerada, senão uma coitada, pelo menos alguém que sofre de um incômodo” (GASPERINI, 1999, p. 156) e esses mitos circulam ainda entre nós a ponto de muitas vezes nos sentirmos, no mínimo, envergonhados de falar sobre o assunto.

Apesar de pensarmos que as ideias explicitadas pelos alunos do GF5 – cair o rendimento no período menstrual – são resquícios desses mitos, conforme se viu acima as ideias foram defendidas por quatro das/dos participantes. Um deles não só concordou como acrescentou o fato de a mulher está propensa a cometer erros nesse período, afinal, a cólica é um elemento perturbador: “com cólica nem raciocino direito” (Alice – GF5). Quanto aos outros dois, um rapaz silenciou e uma moça embora não o tenha contestado afrontosamente manifestou discordância quando destacou que o preconceito é o que faz as pessoas pensarem que há diferenças no exercício de profissão entre mulheres e homens, para ela o mais importante é o avanço da mulher.

A discussão foi temporariamente suspensa com a reflexão: que empresa contratará uma mulher sabendo que durante cinco dias terá perda em sua produção? Em um mercado competitivo como o que se vive nas últimas décadas a queda de produção por uma semana parece insustentável. O debate foi silenciado mas compreendemos que o silêncio é parte das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2003a). Nesse sentido, com os diversos discursos entrecruzados pode-se ver melhor o feixe de relações de poder em que eles são construídos: participantes – alunos, alunas e pesquisadora – carregam consigo os discursos da família, da religião, da escola, do mercado etc. Quiçá, o silêncio tenha levado-os a refletir sobre o que ouviram e disseram.

No GF4, apareceu um posicionamento completamente diferente do que foi abordado nos demais. As estudantes da área de indústria quanto da área de informática pareceram pouco preocupadas com os supostos impedimentos físicos ou biológicos, No GF4, tais assuntos são vistos como detalhes ou pormenores do corpo feminino:

Ora gravidez, menstruação, toma-se remédio e esse negócio de TPM é bobagem, tem dia que a gente acorda e não tá bem mesmo. Os homens também acordam em dias que eles não tão bem, todo mundo tem seu dia em que não tá bem. Eu acho que no século XXI a tecnologia não chegou ainda a todos os lugares, então no caso de um interior brabo que não tem nada, a mulher vai cavar um poço e limpá-lo, aí também é esculhambação (todas riem!). Mas também imagina também ter homem que não ia aguentar cavar um poço na terra árida sem tecnologia. Então eu acho, que a tecnologia não chegou em todos os lugares e isso dificulta mas que as mulheres não podem exercer determinada profissão, ah, isso não existe não! (Mônica – GF4)

Eu acredito que a gente possa levar numa boa essas coisas biológicas. (Lu – GF4)

Acho que não influenciariam em nada essas questões biológicas pelo menos considerando aqui as profissões que temos visto não atrapalharia. (Bárbara – GF4)

Isso depende de cada mulher, ela tem de aprender a conviver com isso, pois infelizmente é natural da mulher menstruar, ter cólica, tem de conviver, não adianta (Karen – GF4)

Elas são uníssonas. Mônica afirma que o estado de mau humor não é atribuído a TPM, ao contrário, é a única em todos os GF a admitir que mau humor pode existir em todos com ou sem TPM. Ela aproveita a ocasião para falar de um assunto aparentemente desconectado da discussão, em tom de indignação: pode ou não uma mulher cavar um poço? Pode, porque a tecnologia atualmente veio para ultrapassar os limites físicos do corpo. Pode ou não um homem cavar um poço? Sem tecnologia, terá dificuldades imensas. Mônica desloca o que em outros focais apareceu como problema biológico, corpo feminino, para a empregabilidade da tecnologia. Ou seja, quaisquer mulheres poderão resolver os limites do corpo através do uso da tecnologia e se esta não se faz presente não é um problema da mulher é problema do atraso tecnológico que há no local de trabalho.

Todas as respostas dadas no GF4 sinalizam que a menstruação não é empecilho ou ao menos não deve ser. São, inclusive, contundentes em dizerem que em se tratando das profissões correspondentes aos cursos que fazem, não há nada do biológico que possa atrapalhá-las. Ainda, no GF4, houve um determinado momento em que a pesquisadora julgou oportuno apresentar-lhes a situação ocorrida no GF3: “no meio da selva, em plena ação militar, como uma fuzileira poderá atuar se estiver menstruada e com cólica? Após a pergunta, subitamente, as seis jovens riram.

Quem é que vai se preocupar com cólica numa hora daquelas? (risos) No meio da selva, numa tensão daquelas, só os meninos podem mesmo achar que alguém se lembraria de cólica numa hora dessas! (risos) (Bárbara – GF4)

É a mesma coisa, quem vai querer pensar nisso, vai querer acabar logo o que tá fazendo, livrar-se do trabalho da selva. (risos) (Gabi – GF4)

O riso pode denotar muitos significados: os rapazes desconhecem o corpo feminino (só os meninos podem mesmo achar) e por preconceito ou falta de informação julgam que os aspectos biológicos estão acima de qualquer coisa; as mulheres (tal qual os homens) não são iguais, logo, reagem de modo diferente diante de uma mesma situação. De qualquer modo, o riso assegura uma negação.

Gravidez:

No GF2, gravidez não é razão para impedimento de as mulheres trabalharem e usaram um clichê “gravidez não é doença”, mas no decorrer do debate fizeram algumas ponderações.

Ela não tá doente, ela tá grávida, agora vai chegar o momento que ela não vai poder fazer porque ela já vai tá de resguardo para ter o neném mas enquanto ela tiver condições, vemos aí vários exemplos tem mulheres cantoras que elas cantam pulam; jogadora de vôlei faz o que quer (Albert – GF2)

É durante este período ela tem que ter mais um cuidado a mais com essa mulher até porque uma vida que ela está trazendo, mas eu acho que não atrapalha não dependendo da área também, tem áreas que envolvem pesos (Clóvis – GF2)

Naquela parte de gestação, uma mulher que trabalha com produtos químicos, mineração que tá sujeita a uma maior periculosidade por causa da insalubridade acho que atrapalha sim e atrapalha muito (Iury – GF2)

A fala de Albert mostra-se entusiástica, entretanto, ao citar exemplos de mulheres grávidas que trabalharam durante a gestação cita os de artistas e atletas do vôlei. Por que não citou outras profissões mais próximas da indústria? Não as conhece, provavelmente. O aluno cita o que mais se divulga pela mídia televisiva.

O entusiasmo de Albert é imediatamente contestado pelos dois colegas que lhe seguem na fala. O primeiro, Clóvis, ressalta que, “dependendo da área”, não é possível trabalhar na condição de grávida pois há a questão do cuidado, não exatamente por cuidado com a mulher em si mas por conta do filho no ventre. Reaparece a questão do levantar peso que pode ser um quesito de proibição para que a gestante permaneça na atividade. A seguir vem a opinião de Iury uma questão bastante séria – as áreas insalubres – o que faz com que expresse discordância em relação à defesa de que grávida possa estar em quaisquer trabalhos.

Mas a questão é como existe a possibilidade de engravidar as mulheres serão evitadas de ocuparem tais serviços? A resposta parece simples: não, elas trabalham e quando ficarem grávidas se afastam, ao terminar o período de licença gestação poderão retornar as atividades normalmente. Então, onde está o quiproquó?

De forma gritante, o quesito gravidez apareceu também no GF3.

Se ela engravidar é um ano de prejuízo para a empresa. (Risos) Noves meses depois mais seis meses de licença, aí é mais um ano de prejuízo (Vitor – GF3)

Mas, se as empresas usarem este raciocínio que “gravidez vai dar prejuízo”, vamos ter o sexo feminino sem emprego! (pesquisadora)

Confusão de vozes

Tem empresa que pensa assim, a empresa que ele (refere-se a um amigo conhecido na turma) trabalhou no primeiro ano não tinha nenhuma mulher por causa disso que poderia ter prejuízo (Adriano – GF3)

Assim como tem empresas que preferem solteiro. Preferem solteiros para não ter que pagar benefícios, plano de saúde... este tipo de coisa (Jeferson – GF3)

Verdade, tem empresas que querem assim (Elclis – GF3)

Porque é mais fácil se dedicar a empresa (Luan – GF3)

A mulher tem que ser solteira, sem filhos. É difícil fazer a entrevista a um homem e perguntar se tem filho e te prejudicar e não entrar por que tem filho, agora a mulher não. Sabe que tem que amamentar, a mulher já é assim mais do lar, então, qualquer coisinha... Só no caso extremo é que vai acionar o pai, (Cristiano – GF3)

Como se pode observar, a gravidez foi outro assunto bastante comentado pelos homens no GF3. As três mulheres calaram-se diante do tumulto de vozes. Nenhuma delas é mãe nem é trabalhadora, parece ter-lhes faltado a experiência da situação. Ao contrário dos rapazes, dois deles eram pais e quase todos trabalhadores. O assunto parecia-lhes grave e suas falas denotavam a experiência de conhecerem situações vivenciadas por eles ou por pessoas próximas.

Prejuízo foi a palavra usada para caracterizar gravidez. O mercado de trabalho, tão bem conhecido por eles, mostra-se preso às artimanhas capitalistas, que exigem sempre lucro a custa de qualquer sacrifício. Então, se a mulher afasta-se no período da gravidez (considerando as áreas insalubres, por exemplo) e/ou no período de licença gestação, há uma perda para a empresa pois lá estava uma pessoa devidamente treinada para o exercício, uma pessoa cuja prestação de serviço supostamente atendia às metas da fábrica e substituí-la por outra significa no mínimo apostar num desconhecimento acerca do/a profissional substituto/a. Ademais, quando terminar a licença, esta mulher se encontra a seis meses ou bem mais sem treinamento, sem prática o que implica mais tempo que se empregará para sua readaptação.

Entre casados e solteiros preferem os solteiros pois estes podem comprometer todo o seu tempo, se for preciso, para a empresa. Entre homens e mulheres, preferem os homens. O mercado é cruel, preocupa-se em resolver os obstáculos tecnológicos, ou quaisquer obstáculos que afetem as relações comerciais. As mulheres entram nele, mas a lógica de funcionamento é de explorar completamente. O mercado quer controlar os corpos: eternizar a juventude e funcionamento contínuo. O corpo não pode parar de produzir para a fábrica, não pode cansar, portanto. Nesse caso o corpo não pode reproduzir porque reproduzir é incompatível com a produção no modelo capitalista em que estamos inseridos.

Nos enunciados aparece a situação da empresa que remete a “prejuízo” ou que “dói no bolso. Quando dizem “ninguém quer perder” esquecem-se de perceber que se a empresa não perde é porque do outro lado há um perdedor: a mulher. Por extensão o homem, a família. Homens e mulheres perdem com ações trabalhistas que não respeitam os limites nem os desejos do ser humano.

Corpo Sensualidade:

A rigor, a sensualidade não nos pareceu preocupar as alunas do IFS. Não foi considerado um problema, durante o curso, o que está em pauta é concluí-lo, arranjar estágio, depois, arranjar emprego.

No GF2, veio à tona, quando um dos alunos, em tom de provocação mandou um colega cursar Turismo. Ocorreu, uma intervenção da moderadora a fim de saber a razão do desdém e então explicaram.

Vá fazer turismo. (Clovis – GF2)

Turismo não, mas a parte de administração posso até fazer... (Albert – GF2)

Turismo não por quê? (Pesquisadora)

Em turismo os homens são discriminados (Iury – GF2)

Os homens são discriminados? Por quem? Pelos alunos de outras turmas? (Pesquisadora)

Algumas vezes até pelas meninas da própria turma (Ivo – GF2)

Apesar que eu gostaria muito de estar em turma daquela de turismo (risos) (...) porque tá cheio de meninas, pra quem passou quatro anos aqui com um bando de marmanjos é melhor mudar um pouco de ares (...) Ah senti falta, claro que a gente sente mulher fica mais fácil de você criar relacionamentos (Iury – GF2)

E em que as mulheres mudariam? (pesquisadora)

Ah, sei lá as mulheres dizem que é melhor, amigo homem é melhor que amigo mulher (Iury – GF2)

Não, não parece normal, não precisa de mulher para... Estímulo para que? (Clóvis – GF2) (faz uma expressão no rosto) Murmúrios (falam em divertimento)

Seria mais divertido? (pesquisadora)

Divertidíssimo (Iury – GF2)

Seria mais um tempero (Albert – GF2)

Seria diferente (Pedro – GF2)

É importante ressaltar dois fatos: turismo é um curso acentuadamente feminino no IFS, os rapazes que lá estudam, como são minoria, também sofrem preconceito. Lá os rapazes são muitas vezes considerados efeminados pejorativamente de modo que na fala de Clóvis se insinuou isto.

Ao referir-se a turismo também querem dizer que lá conseguiriam namoradas, o curso de turismo não é necessariamente para conseguirem amizades, pois o relacionamento em nível de amizade há entre eles. Não sentiram a falta ou a vontade de que houvesse mulheres entre eles para poderem estudar mais. Só a hipótese de que com elas talvez fosse mais “divertido”, um “tempero”. O curso foi dureza, foi difícil, muito estudo, as mulheres poderiam dar um sabor, amenizar a dureza do curso.

A mulher é como “tempero”, como mais simpáticas, mais alegres, não como estudiosas, competentes. O curioso é que não se referem às meninas que estudavam o mesmo curso que eles embora de turmas diferentes. Não as conheciam? Certamente que sim. Na troca de laboratório, de sala de aula. O que se passa que não falam das colegas de curso? As mulheres que cursam Eletrotécnica parecem não ser “tempero”.

No GF3,

Um dia desses, vi no mural do Instituto uma convocação para estágio. Era na Petrobrás, mas o folder especificava ser para homens (pesquisadora)

Eu vi e até perguntei ao professor o porquê daquilo. (Marilia – GF3)

Silêncio

Ah, eu não sei, porque plataforma é só homem, imagine uma mulher no meio? (Adriano – GF3)

Aqui é assim (Marilia – GF3)

Porque os homens vão desconcentrar (Euclis – GF3)

Se a mulher for para fazer o serviço, não tem como a gente não olhar, a gente olha! (Cristiano – GF3)

Eu trabalhei em uma fábrica que tinha poucas mulheres, poxa poderia ser qualquer mulher que era assediada. Pelo menos a minha prima já trabalhou em empresa assim, ela disse que se sentia mal porque passava e sempre era observada. (Rodrigo – GF3)

Existem chances de risco de acontecer alguma coisa desagradável na empresa (Luan – GF3)

Sempre tem um pervertido (Adriano – GF3)

Parece que vocês estão defendendo a empresa (pesquisadora)

Não. Estamos tentando compreender o que passa pela empresa (Luan – GF3)

Não. É proteção às mulheres, ah! eu não sei explicar não. (Adriano – GF3)

Atrapalhar o rendimento do pessoal (Vitor – GF3)

Momento confuso

Atrapalharia: a mulher é o quê? um pedaço de pão no monte de rato. A mulher passar independentemente de ter intenção ou não. (Adriano – GF3)

Qual o problema? (Marilia – GF3)

Se eu estivesse nesta plataforma para mim seria ótimo ia ser uma motivação para os homens lá por exemplo... (Janderson – GF3)

Se a mulher se impor e se der o respeito e não der nenhuma entrada... (Michele – GF3)

E quem não respeita? (Vítor – GF3)

Uma coisa é você impor respeito e outra é não respeitar! (Luan – GF3)

Então não são profissionais! Eu não aceito isso não... (Denilson – GF3)

Eu acho que já previne por isso. Um homem ali 15 dias vendo uma mulher ali pode fazer uma coisa, cabeça de ser humano. Eu acho que para proteger a integridade da empresa e da ser humano que é a mulher que tá ali, também pode ser isso...( Euclis – GF3)

A despersonificação presente na fala acima registra uma concepção preconceituosa. O homem como roedor, a mulher como comida. Ao homem a desconcentração, a perversão; à mulher a imposição do respeito; a empresa para não correr riscos deve ser protetora. Se as relações de poder são intencionais (FOUCAULT, 2003a), não estariam os alunos expressando a intenção de que as mulheres continuem afastadas de determinadas profissões?

A presença de trabalhadoras em ambientes longínquos cheios de trabalhadores é para a maior parte do GF3 um risco para as empresas e para as mulheres. Estas podem ser assediadas e se sentirem mal; aquelas, sofrer queda na produção e no rendimento. Discordaram as três participantes, porém, não argumentaram, pois a profusão de vozes masculinas ocupou o espaço. Dos sete rapazes, um discordou categoricamente de seus colegas alegando falta de profissionalismo nos trabalhadores que não sabem conviver com uma colega. Outro, pareceu também discordar, mas sua argumentação foi ambígua já que a atribuiu à mulher o valor de motivação e ao homem, o de instinto. E, portanto, não se percebeu o que a mulher pode motivar e o que se quer justificar com a noção de instinto atribuída somente ao homem.

A convicção de que as mulheres são assediadas e se sentem mal em decorrência do assédio é um fato evidente na fala dos rapazes. Para tanto, um deles exemplifica citando um caso na família, “minha prima, já trabalhou em empresa assim, disse que se sentia mal porque passava e sempre era observada”. De fato, uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010) constata que 11% do universo das mulheres entrevistadas sofreram assédio sexual, 10% dos quais se passaram em ambiente de trabalho. Essa pesquisa aponta para o alto percentual. De modo similar, uma pesquisa realizada pela Ouvidoria da Petrobrás (2009) tentou saber se o empregado – ou empregada – já havia sido vítima de assédio sexual ou se teria presenciado situações deste tipo. Entre as mulheres respondentes, 9,9% afirmaram já terem sido vítimas de assédio sexual, e entre os homens, 2,5%. Quanto ao fato de terem presenciado situações de assédio, também as mulheres reportam mais essa situação do que os homens, 15,3% contra 10,8%.

Essas pesquisas condizem com o que manifestaram os alunos nos GF3. Só que as pesquisas apontam para a criação de políticas públicas destinadas a minimizar ou eliminar o problema e as afirmações deles apontam para um imediatismo: proteger as mulheres retirando-as dos ambientes de risco de assédio sexual. Exercer uma profissão em que haja muitos homens é admissível, o problema é que a mulher não pode ficar sozinha entre eles: ora ela é desprotegida, ora é a sedutora. Ora é vítima do assédio, ora responsável por despertar o “instinto” masculino. Às vezes um sentido mais romântico, motivação. O tumulto foi enorme, enquanto as vozes das mulheres escasseavam. Por quê?

Na correspondência de forças “podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios” (FOUCAULT, 2003a, p. 97) e se algum discurso vai ou não sobressair-se só posteriormente se saberá. Por ora, a intervenção de Marília nega a existência de problemas. Certamente, para a nova geração de profissionais uma mulher está no meio de tantos homens parece ser mais confusão para os homens do que para mulheres, porque estas, no mínimo, sabem “se dar ao respeito” isto é, agir com objetividade, determinação e capacidade de denunciar quando se sentir ofendida.

Quanto aos homens, falaram em terceira pessoa. Os outros assediam, os outros se desconcentram. A primeira pessoa foi empregada para referir-se à motivação e à proteção, que no contexto ganhava conotação de sentido positivo. Um deles tenta concluir a discussão dizendo que o atual momento ainda é de bastantes impasses, não há respostas lógicas, convincentes, mas que como a Petrobrás é uma grande empresa deve ter alguma razão para que nos estágios restrinjam mulheres. Outro alegará que as próprias mulheres cientes disso tudo evitam candidatar-se a esse tipo de vagas. Outro diz “não há explicação, tudo é muito confuso”. A discussão se transforma enveredando para a questão da gravidez como empecilho para trabalho. Ou seja, saímos do corpo sensual para o corpo maternal. O que pelo visto nem um nem outro agradam às empresas conforme já vimos.

Ainda no GF3, associada à questão do que chamamos de sensualidade, está a beleza, isto é, os cuidados estéticos com o corpo. O imaginário social em torno do corpo feminino é o de transmitir beleza e isto parece irreconciliável com determinadas carreiras. Em Eletrônica, dizem os alunos que é possível distinguir, mesmo dentro dos macacões, os técnicos das técnicas. Nessas áreas há distintas posturas:

Se elas partirem para uma área de mecânica para melar de graxa e abrir o motor, dar manutenção, botar aquele macacão para sair todo preto e sujar as mãos. (Jeferson – GF3)

Eu acho que não tem problema não; se tem que se sujar, se suja e acabou! (Michele – GF3)

Se você sabe que vai se sujar? Se a gente entra nessa... (Fabiana – GF3)

Pois é (Marilia – GF3)

Já vai sabendo já (Fabiana – GF3)

Mas, tem uma diferença: Uma mecânica, por exemplo, sei que vou me sujar de graxa, levo minhas ferramentas, de repente vem uma mulher com a ferramenta, porém vem com luva, passa o creme antes, porque tem que passar a mulher vem sempre preparada, o homem não. Eu venho logo com as ferramentas e vou lá, a mulher vem toda preparadinha, então, ela sabe que vai se sujar e ela vai se preparar geralmente o homem não. (Cristiano – GF3)

Os alunos comentam que a distinção entre técnicos e técnicas é que estas se preocupam com a estética, aqueles menos. Na área de mecânica (abri motor, dar manutenção), por exemplo, suja-se muito, veste-se macacão o que pode tirar a elegância. Uma mulher difere do homem, jamais sairia com as unhas sujas, pretas, encardidas, “só saem com as unhas limpinhas nós não”.

Para os rapazes do GF3 a ideia de cuidado com o corpo para deixá-lo sempre arrumado, limpo, bonito acompanha a mulher. Para elas, de fato pode acompanhar mas isto não é a preocupação primeira dentro de uma oficina ou de uma fábrica em que se tem de trabalhar com manutenção de motores, por exemplo. Os jovens parecem estar presos a imagens reducionistas: homem pode sujar-se e permanecer sujo e a mulher não. Como podem estar no terceiro semestre de um curso e ainda estarem alienados a essas imagens?

No GF4, sobre a questão da sensualidade há divergência em relação ao que foi apresentado no GF2 e GF3. As garotas do GF4 estudam em salas onde a maioria se constitui de homens como já sabemos, entretanto, não se sentem assediadas. Houve um momento do focal, provocado pela moderadora, em que se pergunta por paquera, namoro:

Não rola paquera, num curso com tantos meninos? (pesquisadora)

(risos)

São cegos, todos, são muito crianças... (risos) (Gabi – GF4)

É que com a convivência é muito estranho de acontecer. (Luana – GF4)

É que primeiro a gente tem de se apaixonar, mas a gente já os conhece tanto que já enxergamos tantos defeitos que já perdeu a graça. (Mônica – GF4)

Na maioria dos casos, eles dizem com a gente “é só um menino de cabelos grandes” (Luana – GF4)

No início, fiquei meio com o pé atrás comecei a imaginar e se só tiver homem na sala como é que eu faço e no início foi meio assustador tudo novo aquela coisa toda e eu fiquei meio com medo só que aí eu fui me adaptando e comecei a gostar do curso vê o que tinha de interessante... (Sami – GF4)

Não se teme o assédio num ambiente escolar. O IFS é enorme, há muitos professores, técnicos (a maioria é do sexo masculino), o processo de adaptação é grande, mas as meninas sentem que os meninos não a veem como mulher em vários momentos. A imagem é a “menino de cabelos grandes” pois é como se elas tivessem no curso deles. O IFS tem em seu quadro docente 102 professoras e 232 professores distribuídos em suas diversas áreas de ensino. No Campus Aracaju, há 175 docentes dos quais 46 são mulheres. Nas coordenações que compreendem os cursos de Eletrônica e Eletrotécnica não há professoras até o momento.

**Considerações finais**

Os processos de subjetivação vão sendo construídos nos diálogos e nos embates de todos os dias. Afinal, estão as alunas inseridas em cursos predominantemente masculinos, então, preparam-se direto ou indiretamente para o mercado de trabalho cujas profissões também tenham a predominância masculina. Os processos de subjetivação são constantes, dinâmicos e controversos, mas não acontecem aleatoriamente. Acontecem de acordo com a história que cada uma carrega consigo. Assim é imprescindível reconhecer:

* A história familiar, ainda que não tenha sida a nossa prioridade, não pode ser negligenciada. Se essas famílias ainda se revelam preconceituosas, ao menos permitiram que seus filhos e filhas estudassem em uma escola grande, diversificada o que propicia envolvimentos vários.
* Os laços de amizade construídos durante o período em que estudaram nos cursos quer integrados quer subsequentes são muito importantes. É na troca de queixas, e alegrias que vão tecendo novos olhares, novas percepções. Especificamente as alunas podem sentir através da relação com os colegas uma prévia de como serão as relações com os colegas de trabalho. Logo, os impasses experimentados em sala de aula, nos laboratórios, na conquista dos estágios, tudo isso lhes serve de aprendizado, no mínimo.
* É preciso que a instituição de ensino se comprometa em discutir as questões de gênero em seu espaço acadêmico. Não é admissível continuar recebendo cartazes discriminatórios de seleção para estágios tampouco cravá-los em seus murais como se fossem os mais adequados ao ambiente escolar. A escola precisa continuar repensando suas práticas pedagógicas, inserir-se muito mais nas discussões em torno de gênero e promover espaços de debates acerca das novas verdades que estão sendo construídas na contemporaneidade.

Os discursos que nos revestem são múltiplos, contraditórios e cheios de lacunas, portanto, o sujeito emerge escolhendo, sintetizando e criando discursos. Com os discursos mergulhamos na rede de poderes e tecemos resistências. Com eles apresentamos nosso corpo, posições, desejos e é tudo isto que nos definem. É na linguagem que estão as possibilidades de suas próprias subversões. Para Butler, o lugar do desejo ou da vontade é o lugar onde o social envolveria o psíquico em sua mesma formação, assim, o gênero se produz como uma repetição ritualizada de convenções.

Para nós, a pesquisa demonstrou que em meio à repetição convencional, imposta socialmente, surgem, através do discurso, contradições e resistências. É verdade que a instituição do eu não é capaz de suplantar o resíduo social uma vez que desde o início na sua composição necessita-se recorrer a outro lugar, mas se o sujeito constitui-se mediante a imposição de poder e o poder é ambivalente temos, então, que o poder que impõe também é de onde parte a emergência do sujeito. É em relação à história que parece se repetir, que o sujeito intervém sobressaindo-se da relação que mantinha com o outro, mesmo que o outro seja a instituição de ensino, seja o mundo do trabalho.

As mulheres, portanto, querem atuar, querem trabalhar, porque compreendem que os tempos são outros, são tempos abertos, tempos que mesmo ligados a outros tempos permitem a existência dos subvertidos e dos disciplinados, afinal, o corpo é discurso que se transforma de acordo com as contingências e com os desejos.

**Referência Bibliográfica**

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004, 247 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília,:SPM, 2006, p. Acesso em 20 de maio de 2012 em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>

BURGER, C., ABBOTT, G., TOBIAS, S., KOCH, J., VOGT, C., SOSA T., BIEVENUE, L., CARLITO, D., & STRAWN, C. Gender equity in science, engineers, and technology. In Klein, S. S., Richardson, B., Richardson, D., Grayson, D. A, Fox, L. H., Kramarae, C., Pollard, D. S., Dwyer, C. A. (Orgs.). **Handbook for Achieving Gender Equity Through Education**. Routledge (p. 255-279) Taylor, & Francis Group New York, London, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas** **de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, Judith. Regulaciones de Género. In: **La Ventana**, n. 23, 2005, p. 08-35.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Trad. Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós-Entornos, 2008.

BUTLER, Judith. **Mecanismos Psíquicos Del Poder: Teorías sobre La sujeción**. Trad. Jacqueline Cruz. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia e instituto de La Mujer, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, educação e ciência **- Conferência de Encerramento do I Seminário Gênero e Práticas Culturais,** João Pessoa, 4 a 6 de setembro de 2007.

CHARLOT, B. **Juventudes Sergipanas: Relatório de Pesquisa**. UNESCO : Governo de Sergipe, Secretaria do Combate à Pobreza e da Assistência Social, Aracaju, 2006.

COSTA, Ana Alice Alcântara, SARDEMBERG, Cecília Maria B. & VANIN, Iole. A Institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: **Pensando Gênero e Ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009, 2010/ Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.**

GASPERINI, Maria Inês Pagano. Sangue e sexo Menstruação e comportamento sexual. Volume 10 - Número 2 - Julho a Dez. de 1999 **Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana – SBRASH PP** 150-277. Acesso [http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/pdf/volumes/volume10\_2.pdf#page=7](http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/pdf/volumes/volume10_2.pdf) em 01.09.2012.

FOULCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15ª edição. Rio de janeiro: Graal, 2003a.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, vol. IV. Estratégia. Poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-1982)**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO & SESC. **Pesquisa de opinião pública: mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**, agosto de 2010. SESC/ fundação Perseu Abramo http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf acesso on line em 25 de agosto de 2012.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e Resistência: A Engenharia como Profissão Feminina**. Tese de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós Estruturalista**. 5ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LUFKIN, M., WIBERG, M., JENKINS, C., BERARDI, S., BOYER, T., ARDLEY, E., HUSS, J. Gender equity in career and tcchnical education. In: In Klein, S. S., Richardson, B., Richardson, D., Grayson, D. A, Fox, L. H., Kramarae, C., Pollard, D. S., Dwyer, C. A. (Orgs.). **Handbook for Achieving gender equity through education**. Routledge Taylor & Francis Group New York, 2007, London.

Petrobrás. **Pesquisa de Gênero da Petrobrás**. 2009 <http://www.assediomoral.org/IMG/pdf/pesquisadegene.pdf> acesso em 25 de agosto de 2012.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: Notas sobre “Economia Política” do Sexo**. Trad. Edileusa Oliveira da Roma e Sônia Corrêa, Edição SOS Corpo Recife em 1993. Título original: The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of sex. In: REITTER, Rayna, Ed. Towards an Anthropology of Women. New York, Columbia U.P. 1979, p. 157-210.

SCAVONE, Lucila. A emergência das questões feministas nas ciências sociais. In: **Dar a Vida e Cuidar da Vida**. São Paulo; Editora Unesp, 2004.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Séries Estudos e Ensaios – Ciências Sociais – FLACSO/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil** – JUNHO, 2009, p. 01-44 <http://flacso.org.br/index.php>. acesso em 11 de novembro de 2009.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto alegre, 16(2): jul-dez. 1989, p. 5-22.

STANCKI, Nanci. **Gênero e Trabalho Feminino: Estudo sobre as Representações de Alunos(as) dos Cursos Técnicos de Desenho Industrial e Mecânica do CEFET-PR**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do CEFET-PR. Curitiba, 2000. 218 p.

WEINER, G. Género y educación en Europa: revisión de la literatura. In **EACEA- Eurydice** Diferencias de género en los resultados educativos: medidas adoptadas y situación actual en Europa. Bruselas: Eurydice, 201